



**Ana Cristina
Pragosa Ferreira**

**Aspectos da vida quotidiana presentes nos *Annales*
de Tácito**

**Uma caracterização da sociedade imperial no
principado de Tibério**



**Ana Cristina
Pragosa Ferreira**

**Aspectos da vida quotidiana presentes nos *Annales*
de Tácito**

**Uma caracterização da sociedade imperial no
principado de Tibério.**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Estudos Clássicos, realizada sob a orientação científica do Doutor João Manuel Nunes Torrão, Professor Catedrático do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro

o júri

presidente

Prof. Dr. João Manuel Nunes Torrão
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Dr.^a Maria Cristina de Castro-Maia de Sousa Pimentel
Professora Associada com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Prof. Dr.^a Maria Fernanda Amaro de Matos Brasete
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Ao orientador, Professor Doutor João Nunes Torrão, pela atenção e disponibilidade constante. Ao meu professor do Ensino Secundário, Dr. Amorim, que despertou em mim o gosto e o interesse pelas línguas e culturas clássicas. Aos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que sedimentaram os conhecimentos e a motivação iniciais pelos Clássicos.

À Franca e à Adriana pela amizade e companheirismo.

Aos meus pais e sogros pelo apoio e incentivo constante.

Ao Alberto pela paciência, alento à persistência e pelo companheirismo, que lhe permitiu abdicar de muitos tempos livres para permanecer comigo durante a realização deste trabalho.

resumo

Palavras-chave: (vida quotidiana, mulher, escravos, espectáculos, morte, vida militar)

Os *Annales* do historiador romano, Públio Cornélio Tácito, surgem como um documento de particular importância para a caracterização de alguns dos aspectos da vida quotidiana do período governado pela dinastia Júlio-Claudiana, sendo também um testemunho indispensável, no que respeita o conhecimento de imperadores como, Tibério, Cláudio e Nero.

Com uma visível preocupação com a fidelidade aos factos, o historiador mostra-nos como cada um dos governos dos referidos imperadores influencia o modo de vida, não só dos habitantes de Roma, mas também daqueles que se distribuem pelas províncias e pelas fronteiras do Império.

É a partir desta intenção inicial de fidedignidade que encetamos a caracterização de alguns aspectos da sociedade romana, sobretudo durante a época em que Tibério se encontra no poder. A relação com as mentalidades e ideais, sobretudo filosóficos, vigentes na época, torna-se, para este propósito, essencial para a compreensão desses aspectos.

A história de Tácito coloca-se, assim, ao serviço do estudo de usos e costumes de outras épocas, explicando, simultaneamente, os mais básicos hábitos da vida quotidiana actual.

abstract

Key-words: (daily life, women, slaves, spectacles, death, military life)

The Annals of the Roman historian, Publius Cornelius Tacitus, acquire a special significance in the characterization of particular aspects of the daily life under the ruling of Julius-Claudian dynasty, as well as being an essential testimony for the knowledge of such emperors as Tiberius, Claudius and Nero. Clearly committed to accuracy, the historian describes in which way the regime of each referred emperor conditions the lifestyle of, not only the inhabitants of Rome, but also those living in the outer provinces and boundaries of the Empire.

In view of this care for exactitude, we initiate the characterisation of some aspects of the roman society, mainly under Tiberius's rule. In order to completely understand those aspects, it is essential to take into account the contemporaneous ideals and mentalities, particularly the philosophic ones.

The history of Tacitus is therefore an essential tool to understand the ways of life in the ancient period, at the same time shedding light on the simple daily habits of our times.

Todos os excertos, apresentados neste trabalho, relativos à obra de Tácito são retirados dos volumes:

TACITO. *Annales*, Trad. John Jackson - The Loeb Classical Library, Vol III, IV e V - Cambridge, Harvard University Press, 1986.

ÍNDICE

Índice:.....	7
Introdução:.....	9
Desenvolvimento:.....	15-166
Condição feminina no quotidiano dos romanos:	15
1 - O quotidiano de uma jovem romana;.....	15
2 - O casamento no feminino;.....	17
3 - As virtudes de uma mulher casada;.....	21
4 - Promiscuidade feminina / os vícios das mulheres.....	35
Os quotidianos da servidão romana:	43
1 - A presença dos escravos em Roma;.....	43
2 - O mercado Romano de escravos;.....	51
3 - Os quotidianos dos escravos;.....	53
3.1 - A relação entre <i>serui</i> e <i>domini</i> ;.....	54
4 - Aguardar a libertação.....	64
Espectáculos na Roma de Tibério:	71
1 - Como entram os espectáculos no quotidiano romano;.....	71
2 - Os espectáculos no quotidiano do principado de Tibério;.....	74
2.1 - <i>Ludi Scaenici</i> ;.....	75
2.2 - <i>Ludi Circenses</i> ;.....	80
2.3 - <i>Ludi Gladiatorii</i> ;.....	83
3 - Tibério e Tácito perante os espectáculos.....	87
Morrer no Império:	97
1 - Os rituais fúnebres;.....	97
2 - A escolha da morte.....	107

O quotidiano militar, um outro aspecto da vida romana, na época de Tibério:115
1 - Contexto epocal e espacial em que se movem os militares romanos:115
1.1 - Acampamentos:119
2 - A vida quotidiana nos acampamentos:127
2.1 - O quotidiano dos militares em combate:153
3 - As implicações que a vida militar poderá ter na vida civil dos romanos:161
 Considerações Finais:	167
 Bibliografia:	181
 Índice Onomástico:	185

Introdução

A história da cultura de um povo está intimamente ligada com a contribuição, que os vários elementos da sociedade dão para o conjunto de hábitos e particularidades, representativas desse mesmo povo como um todo, que estão na matriz do património cultural a herdar por sociedades futuras.

Esse contributo será sempre uma preciosa fonte de conhecimento não só do pensamento, dos hábitos e dos Homens de cada época, mas também do que a nossa sociedade foi beber a essas épocas.

Doadora de uma inegável herança cultural ao Ocidente, patente em alguns dos mais básicos hábitos nosso quotidiano, a cultura e os modos de vida da sociedade romana são, para nós, objecto de grande curiosidade e interesse, motivando uma análise de alguns dos elementos da sociedade romana e do modo como eram vividos os seus quotidianos.

Para compreendermos melhor o objecto do nosso interesse e iniciarmos a análise dos elementos do quotidiano dos primeiros anos do séc. I d. C., tomaremos como ponto de partida uma das últimas obras do historiador Públio Cornélio Tácito, nascido por volta do ano 55 d. C.: os *Annales*.

Os motivos pelos quais a nossa escolha recaiu sobre este autor prendem-se sobretudo com critérios de fidelidade aos factos e de imparcialidade. Estes propósitos, expostos pelo historiador desde o início da obra, surgem da necessidade de dizer algo acerca dos quatro Imperadores (Tibério, Calígula, Cláudio e Nero) sem a existência do véu da adulação, que fazia com que as histórias daqueles Imperadores tivessem sido modalizadas sob sentimentos de temores e ódios:

*“Tiberii Gaique et Claudii ac Neronis res florentibus ipsis ob metum falsae, postquam occiderant recentibus odiis compositae sunt.”*¹.

Esta intenção inicial fica provada com a preferência de Tácito por fontes fidedignas, como as *Acta Senatus*, as *Acta Diurna Populi Romani* e as Memórias de Agripina, a Menor².

¹ Tác. *Ann.* I.1.

² CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature, a History* - Trad. de Joseph B. Solodow, Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1987, 539-544.

O convívio com os costumes do grande Império proporcionou a Tácito a escrita de 18 livros, reveladores da história da dinastia Júlio-claudiana, desde a ascensão de Tibério em 14 d. C., depois do grande marco político que foi Augusto, até à morte de Nero, o último Imperador desta dinastia, em 68 d. C.. Dos 18 livros iniciais, até nós apenas chegaram 16 marcados por um hiato, que abrange toda a narrativa do principado de Calígula e a parte inicial do principado de Cláudio.

Desta forma, contamos apenas com os relatos de Tácito relativos aos principados de Tibério, Cláudio e Nero. De entre estes relatos, escolhemos como base da nossa observação, a descrição que Tácito faz da época em que Tibério foi Imperador, ou seja, os anos balizados entre 14 e 37 d. C.

A razão da nossa escolha não se prende com um desprezo pelas épocas subsequentes, é antes baseada em várias razões: a forma extensa como o historiador revela a época em que Tibério é Imperador, justificável pelo maior número de anos deste à frente do poder, quando comparado com os seus sucessores; a maior possibilidade da ocorrência de mudanças, nas vidas dos habitantes de Roma, em 23 anos de poder, do que durante os 13 ou 12 anos, que Cláudio e Nero, respectivamente, estiveram no poder; o ponto de viragem, que representa para o Império a ascensão de Tibério ao poder; e a possibilidade da realização de uma observação comparativa entre esta época e as referentes aos Imperadores subsequentes.

Tibério protagoniza a ascensão de um homem, que, não sendo descendente de Augusto, é colocado no destino do poder pelas mãos da mãe e pela falta de alternativas à herança do Império (os possíveis descendentes de Augusto tinham já morrido, apenas restava Tibério, o filho adoptivo). Tibério enfrenta a tarefa ingrata de substituir um homem cujo carisma é quase imbatível, enfrenta um Império onde a excessiva adulação, de que é objecto pelos que lhe são próximos, inclusive pelo Senado, lhe dificulta a tarefa de encontrar verdadeiros aliados na administração do Império, e onde a ilusão da vida faustosa ganha terreno entre os cidadãos.

Entre o ano 14 e o ano 37 d. C., Roma era uma cidade com uma grande diversidade populacional, onde se cruzavam pessoas diferentes, com vidas, objectivos e destinos diferentes e que, em virtude destas diferenças, conheceriam certamente quotidianos diferentes.

Devido a esta diversidade populacional decidimos realizar uma abordagem

tripartida aos aspectos da vida quotidiana durante a Roma governada por Tibério.

Na primeira abordagem optámos pela análise dos quotidianos de dois grupos de habitantes de Roma, que tendo origens, funções e destinos diferentes se entrecruzam não só no espaço do domínio do *paterfamilias*, mas também no modo como eram vistos pelos restantes grupos da sociedade. Referimo-nos às mulheres e aos escravos.

As mulheres, jovens raparigas ou já matronas, tal como os escravos dependiam directamente do seu amo, o *paterfamilias*, o *dominus* da casa e o seu quotidiano girava em torno da família e das tarefas domésticas, sobretudo as relacionadas com a religião. Contudo, os quotidianos femininos poderiam transformar-se de acordo com as ambições da mulher e com os direitos que iam conquistando dentro da sociedade romana, ainda que estas conquistas dependessem, sobretudo, da forma como a mentalidade masculina, em Roma, encarava a mulher.

Esta perspectiva masculina acerca da mulher é outro ponto de contacto entre os quotidianos femininos e servis. Para além da subserviência aos *domini*, os quotidianos femininos e servis aproximam-se no modo como a sociedade os encarava.

Ainda que de forma mais excessiva, e apesar da dicotomia humano/coisa que, de forma bastante clara, distanciava escravos e mulheres, ambos eram relegados para segundo plano no que respeita aos direitos e à admissão de que poderiam assumir um papel preponderante na sociedade.

O escravo deveria viver exclusivamente para o seu amo, fazia parte dos bens deste, ainda que a sua condição não lhe permitisse sequer ser considerado ser humano, nem lhe desse qualquer tipo de direito, a única coisa que tinha como certa era o trabalho e a obediência.

Porém, dependendo da sua sagacidade, alguns escravos conseguem ultrapassar a barreira da submissão total ao *dominus* e atingir a liberdade, que lhes poderia trazer a esperança de uma vida melhor; para além disso, sem que os romanos se apercebessem completamente, à medida que cresciam em número e conquistavam os mais diversos sectores de trabalho, os escravos estavam a alterar as formas de vida da sociedade romana.

Quanto à nossa segunda abordagem relativamente aos quotidianos vividos na sociedade romana governada pelo Imperador Tibério, decidimos aproximar outros dois elementos, dois acontecimentos sociais, que poderão ter tanto de disparidade, como de proximidade. Referimo-nos, desta vez à vivência dos espectáculos e à vivência da morte.

Quer os espectáculos quer a morte são, para os romanos, grandes momentos dos seus quotidianos.

Os espectáculos, com origem e motivação religiosa apresentavam uma grande importância no calendário dos romanos, dado o número de dias que estes dedicavam aos agradecimentos e louvores aos deuses com rituais religiosos. Com o tempo, porém, os jogos foram ganhando um carácter mais lúdico, que se traduzia num afastamento relativamente ao cerimonial religioso e que contribuía para uma perda da solenidade inicial e para um crescimento de excessivas liberdades por parte do público e por parte dos participantes, sobretudo os actores.

Assim, os *ludi*, organizados em várias modalidades, os *Scaenici*, os *Circences* e os *Gladiatorii*, mobilizavam toda a sociedade; *humiliores* e *honestiores*, cidadãos e não cidadãos estavam cada vez mais ávidos pelo divertimento, cuja variedade e exuberância ia aumentando de acordo com a vontade do Imperador ou dos patrocinadores destes eventos.

O quotidiano citadino girava, assim o permitisse o Imperador, cada vez mais em torno da realização dos *ludi*, o local onde todas as classes se reuniam e aproximavam e onde surgia a oportunidade para fazer ouvir os descontentamentos de um povo, que ia perdendo os seus direitos de expressão.

Quanto ao segundo grande momento do quotidiano romano que decidimos abordar, ou seja, a morte, cabe aqui referir que, ainda que a um nível diferente, também ela detém uma grande importância nesse quotidiano, sobretudo no modo como são honrados os mortos e como a memória destes permanece nas gerações posteriores.

Bastante ligados à memória dos seus antepassados, os romanos esforçam-se para que na morte as honras a atribuir não sejam parcas, deste modo não se estranha que nos rituais fúnebres, sobretudo nos que são atribuídos a grandes figuras de Roma, possam ser encontradas características de espectáculo e que todo o ritual fúnebre tenha a duração de vários dias.

Para além do modo como são encaradas as exéquias, também no modo como é encarada a morte, os romanos não surpreendem, uma vez que a enfrentam do mesmo modo que enfrentam a vida, ou seja, valorizando sempre a *pietas* para com os deuses seus protectores, para com os seus antepassados, que os acompanham durante toda a vida e na passagem para a morte; realçando também valores que distinguem um romano, tais como a honra e, sobretudo, a *uirtus*.

Finalmente, relativamente à nossa terceira abordagem aos aspectos do quotidiano romano no início do século I d. C., optámos por observar uma outra realidade desse quotidiano. Desta forma, saímos da cidade e deslocamo-nos até às fronteiras do Império para verificar como era o quotidiano dos homens, que zelavam pela segurança do Império Romano, ou seja, de que forma eram vividos os dias dos militares ao serviço das legiões romanas.

Em muitos aspectos diferente do quotidiano vivido na *Vrbs*, o quotidiano militar romano é condicionado pelo risco de guerra e pelas dificuldades inerentes à permanência, durante cerca de 25 anos, num acampamento. Porém, a existência de militares é crucial não só a nível da defesa das fronteiras do Império, mas também ao nível da expansão do Império Romano em aspectos para além dos geográficos.

Assim, tendo em conta o papel dos militares, parece-nos certo que em Roma, se fariam sentir alterações a nível demográfico, económico e cultural, que alterariam necessariamente os quotidianos dos habitantes da *Vrbs*.

Verificamos, então, que os vários aspectos dos quotidianos romanos, que nos propomos abordar são malhas de uma rede complexa, que é a sociedade Imperial da época de Tibério. Como em todas as sociedades, os vários elementos não funcionam sem ligações entre si, têm necessidade da existência uns dos outros e, mais do que modos de vida, o modo como interagem reflecte o predomínio de um pensamento comum, inspirado em valores, correntes filosóficas e crenças religiosas.

Condição feminina no quotidiano dos romanos

1. O quotidiano de uma jovem romana

A sociedade romana não colocava homens e mulheres a um mesmo nível. Nascer mulher não era, tal como em algumas sociedades do nosso mundo continua a não ser, um ponto de partida fácil para uma cidadã romana.

A condição feminina implicava a abdicação de tarefas e atitudes que ficavam confiadas ao homem. Não há conhecimento de mulheres que tenham ocupado um cargo público, ou que enveredassem por uma carreira mais proeminente na sociedade, pois o lugar destinado à mulher era a casa. Este destino era atribuído tanto à mulher de um estrato social mais baixo, como àquela cuja categoria social era mais elevada, ainda que com as diferenças inerentes a cada uma das classes.

As mulheres que Tácito nos apresenta nos *Annales* são sobretudo mulheres que se enquadram num estrato social elevado e, ainda que as mais representadas sejam as mulheres da família imperial, há também referências a mulheres de ascendência menos ilustre que por algum motivo se tornaram conhecidas da sociedade romana. Esta selecção de Tácito, ainda que à partida não reflecta totalmente o quotidiano feminino da Roma do Séc. I d. C., poderá servir de ponto de partida para o seu conhecimento parcial, uma vez que é nas classes elevadas que as mais baixas encontram o seu estereótipo e que a cultura civilizacional romana se rege por uma base comum a todas as classes sociais.

Desde a mais tenra idade que o papel da mulher na sociedade romana começa a ser delineado. Logo após o nascimento, a sua vida começa a depender da vontade que o seu pai, biológico ou tutor, tem ou não de a criar³. Se decidir deixá-la viver, é também o *paterfamilias* que lhe dá o nome. A jovem passa a ter exactamente o mesmo nome que o pai, embora na forma feminina do nome, como poderemos verificar através de nomes como o de *Vipsania Agrippina*, filha de *Marcus Vipsanius Agrippa*, de *Valeria Messalina*, filha de *Marcus Valerius Messalla*, ou ainda de *Liuius Drusilla*, filha de *Marcus Liuius*

³ Nesta época, em Roma, havia o costume de abandonar os recém-nascidos em praça pública, ou numa lixeira, caso a família não se dispusesse, por razões diversas (sobretudo económicas), a criar a criança em causa. Eram abandonadas crianças de ambos os sexos, porém Jérôme Carcopino refere que a maioria eram raparigas, cf. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa: Livros do Brasil, 1979, 102-103. O facto de o pai de uma criança ser ou não biológico prende-se com o estatuto de *paterfamilias*, o homem que detém o poder dentro de uma família, podendo ser um pai biológico ou um tutor.

Claudianus.

Esta forma de atribuir nome às crianças prende-se também com a ênfase que os romanos davam à sua origem. Ao manterem o *nomen*, geração após geração, os romanos estavam a perpetuar a designação da *gens*, da qual descendia cada família⁴.

A mulher é, então, desde muito cedo conduzida na vida e na sociedade pelas mãos de uma entidade masculina, um dono absoluto de todos os bens da casa, que, apesar de não participar na sua educação (este papel estava guardado para a *materfamilias*), era quem decidia o seu destino, transformando a mulher num ser, que aos olhos da sociedade teria pouco poder de decisão.

O elemento masculino era o ponto de referência quanto à vida social. À mulher era atribuído um rótulo, de acordo com o comportamento pelo qual se pautava, ou com a sua posição no puzzle familiar: filha de..., irmã de..., mulher de ou mãe de..., expressões que, mais do que um atributo, quase adquiriam a função de cognomes femininos.

Embora a mulher fosse a peça essencial para o crescimento da família, a facilidade com que era possível desagregá-la do puzzle da família romana era outro aspecto que minimizava a condição feminina, que logo de início os romanos consideraram frágil a muitos níveis.

Assim, ainda que fosse a educadora e a “fonte” de nascimentos, a mulher poderia, sem que a vida da Domus se ressentisse, ser afastada da família, devido a motivos, que poderão parecer inócuos a sociedades quotidianas mais liberais, como a infertilidade, ou os comportamentos, considerados maus na época. Os escravos continuariam a zelar para que toda a organização doméstica, inclusive a educação das crianças, decorresse sem alterações.

Qualquer desagregação do meio familiar romano não era gratuita. Uma jovem mulher tinha deveres para com a sua *domus*, (onde se encarregava de tarefas relacionadas com a religião doméstica, como a manutenção da chama do lar familiar), e para com a sua família, sobretudo no que respeita à sua conduta moral; na sua mente devia estar sempre presente qual a sua origem familiar⁵. O bom nome da sua *gens* deveria ser honrado e uma

⁴ Os nomes romanos masculinos eram compostos por três nomes, que se designavam por *praenomen*, o nome atribuído individualmente a cada pessoa, o *nomen* indicava a *gens* a que cada pessoa pertencia, isto é, a sua família, e o *cognomen*, que funcionava como uma distinção entre famílias, visto que uma mesma *gens* poderia ter vários ramos.

⁵ As casas romanas prestavam culto aos seus antepassados através dos sacrifícios prestados aos *Lares* (deuses da família e espíritos protectores da casa).

conduta menos própria era algo pouco suportável aos olhos desta sociedade.

Destas preocupações sofreu o primeiro Imperador, Augusto, com os comportamentos pouco próprios da filha e neta, conhecidas pelo carácter lascivo e pelos maus exemplos face à legislação moral, que o próprio Augusto defendia e que o levava a exilar a filha Júlia, por mais do que uma vez, e a neta⁶.

2. O casamento no feminino

A juventude de uma mulher no Império Romano era apenas uma etapa na vida feminina, em que o mais importante era a preparação para o casamento. Como já foi referido, o cenário para a educação das meninas era a casa, com um professor particular e com a mãe, que as preparava para a etapa seguinte da sua vida.

O casamento era, não só para a jovem rapariga, mas também para a sua família, significado de algumas alterações que se reflectiriam no quotidiano de ambos.

Uma união nem sempre era destituída de segundas intenções, uma vez que dela poderiam advir vantagens em benefício do nome e da riqueza das famílias implicadas. Consequências suficientemente apelativas para que se verificasse um aumento de alianças matrimoniais.

Porém, ainda que a ambição falasse mais alto, entre pessoas da mesma família estava vedada a organização de casamentos, por serem considerados incestuosos. O incesto era um algo bastante condenável, como podemos verificar pela condenação imposta a Sexto Mário, em resultado da prática deste acto:

*“Post quos Sex. Marius Hispaniarum ditissimus defertur incestasse filiam et saxo Tarpeio deicitur.”*⁷.

Muitas vezes, os casamentos eram planeados quando a noiva ainda era uma criança, ou seja, o amor não era o motor de um casamento e a família não deixava opção, pois as ambições sociais poderiam estar subjacentes à nomeação dos noivos, servindo de pretexto para uma coligação entre famílias. A razão destas escolhas prendia-se sobretudo com o

⁶Relativamente à legislação moral defendida por Augusto, cf. *Lex Iulia de Adulteriis*, p. 38 deste trabalho; Tác. *Ann* I.53 e III.24.

dote que cada jovem possuía e que, com o casamento, podia ou não passar a ser controlado pelo marido, consoante as famílias escolhessem um casamento *cum* ou *sine manu*, visto que se a modalidade escolhida fosse *cum manu*, o marido passava a assumir o papel que até então pertencia ao pai e à mulher pertencia uma entrega total ao marido, à família deste e respectivos costumes.

O casamento poderia funcionar como meio de ascensão social, quer por parte do noivo, quer por parte da noiva, isto é, a possibilidade de um deles se unir a alguém de uma classe social superior à originalmente sua traria benefícios que se relacionariam com a sua imagem na sociedade. A ilustrar este aspecto temos o exemplo do casamento realizado entre Tibério e Júlia, filha de Augusto, que serviu, não só para controlar os impulsos sexuais da sua filha, recentemente viúva, como também para aproximar Tibério do poder.

O impacto social de um casamento era tanto mais importante, quanto maior fosse a exposição das famílias ou individualidades implicadas. No caso dos *principes*, de acordo com a opinião que Tácito atribui a Tibério, estes deveriam sempre conduzir as suas acções no sentido de um agrado geral por parte da sociedade.

“...*principum diuersam esse sortem, quibus praecipua rerum ad famam derigenda.*”⁸.

Ainda em relação ao casamento como meio de ascensão social, o autor dos *Annales* faz referência à existência de disparidades entre as classes sociais dos noivos, aquando de um comentário de Tibério face à intenção de Sejano em casar com Lúvia. Tibério relembra ao pretendente que a sua condição de *eques* poderá funcionar como um ponto negativo na sua intenção:

«“*Falleris enim, Seiane, si te mansurum in eodem ordinem putas, et Liuiam, quae Gaio Caesari, mox Druso nupta fuerit, ea mente acturam, ut cum equite Romano senescat.*”»⁹.

⁷ Tác. *Ann.* VI.19.

⁸ Tác. *Ann.* IV.40.

⁹ Idem.

Contudo, esta condição ou ascendência de *eques*¹⁰ poderia ser suplantada, quer pelo percurso pessoal do pretendente, quer pela conduta pela qual eram conhecidos os seus antepassados, tal como podemos verificar pelo exemplo de Marco Vinício e Lúcio Cássio¹¹.

Observámos entretanto que o facto de caber à família a última palavra quanto à realização ou não do casamento, não é impeditivo da existência de mais do que um pretendente¹², algo que tornava mais difícil a escolha e a existência de um consenso entre o desejo da pretendida e os interesses da família. De acordo com o testemunho que Tácito nos dá e tendo em conta o papel que a mulher ocupava junto da família, seriam a mãe e/ou a avó as mais indicadas para aconselhar uma futura noiva quanto à escolha do marido:

«“...Ideo se non illuc decurrere, quod promptum rescriptu, posse ipsam Liuiam statuere, nubendum post Drusum an in penatibus isdem tolerandum haberet; esse illi matrem et auiam, propiora consilia....”»¹³.

Resta-nos agora saber a partir de que idade estaria uma mulher apta para casar.

Durante o relato de Tácito, em nenhum dos casamentos que merecem o seu comentário é feita uma alusão à idade mínima essencial a uma mulher, para que esta pudesse casar. No entanto, vários autores atestam que o momento certo estava definido antes do início da idade fértil de uma jovem, ou seja, perto dos 13 ou 14 anos de idade, e, tendo em conta o objectivo maior do casamento, ou seja, a procriação, somos levados a concordar com a opinião daqueles¹⁴.

Contudo, Tácito apresenta-nos uma afirmação clara de que, pelo menos até aos 40 anos, a possibilidade de casamento não estava colocada de parte para uma mulher. O motivo deste limite etário, à semelhança do que anteriormente foi dito relativamente à idade mínima para o casamento, terá também a sua motivação na idade máxima até à qual as mulheres serão capazes de procriar, deste modo a mulher teria a possibilidade de casar

¹⁰ A condição de *eques* não marcava apenas aquele que a possuía, mas também toda a sua família.

¹¹ Tác. *Ann.* VI.15.

¹² Idem.

¹³ Tác. *Ann.* IV.40.

¹⁴ ROUSSELLE, Aline “A política dos corpos: entre procriação e continência em Roma” in DUBY, Georges; PERROT, Michelle, *História das mulheres no Ocidente: A Antiguidade*. Porto: Ed. Afrontamento, Lda 1993, 352-367.

aproximadamente até aos 50 anos:

*“At Agrippina peruicax irae et morbo corporis implicata, cum uiseret eam Caesar, profusis diu ac per silentium lacrimis, mox inuidiam et preces orditur: subueniret solitudini, daret maritum; habilem adhuc iuuentam sibi, neque aliud probis quam ex matrimonium solacium;...”*¹⁵.

Quanto à realização da cerimónia do casamento romano, Tácito não é muito esclarecedor relativamente ao género de cerimónias que se realizavam na época de Tibério.

Sabemos que as formas tradicionais de casamento romano eram o *usus*, a *coemptio*, que, no século I d. C., já se encontravam desaparecidos em alguns níveis da sociedade romana, e a *confarreatio*, um ritual de casamento, cheio de simbolismo, que aparece referido apenas uma vez durante o relato que Tácito faz acerca dos anos em que Tibério esteve no governo.

O casamento por *confarreatio* era de extrema importância a nível religioso, uma vez que apenas os filhos de pais casados através deste ritual estavam habilitados a ser *flamines* de Júpiter, Marte e de Quirino e, ao mesmo tempo, teriam de casar desta forma. Assim, apenas em famílias com pretensões a lugares religiosos se mantinha este ritual. As dificuldades de Tibério para encontrar apenas três cidadãos nascidos de uma união por *confarreatio* são suficientes para justificar a expressão “*uetusto more*”, utilizada por Tácito para exprimir o anacronismo da *confarreatio* como forma de casamento, durante o ano 23 d. C. Quanto aos motivos do desuso desta prática, Tácito deixa que seja Tibério a reflectir acerca deles.

*“Sub idem tempus de flamine Diali in locum Serui Maluginensis defuncti legendo, simul roganda noua lege disseruit Caesar. (...) neque adesse, ut olim, eam copiam, omissa confarreandi adsuetudine aut inter paucos retenta: (plurisque eius rei causas adferebat, potissimam penes incuriam uirorum feminarumque; accedere ipsius caerimoniae difficultates, quae consulto uitarentur)...”*¹⁶

¹⁵ Tác. *Ann.* IV.53: Agripina teria cerca de 40 anos e mesmo doente, viúva e já com filhos, ainda era considerada apta e nova para casar novamente.

O facto de estas três formas de casamento, que subjugavam a mulher à autoridade legal, à *manus* do marido, estarem em vias de extinção já no século I d. C. é, quanto a nós, um prenúncio da emancipação que advirá à mulher em tempos futuros, já que, de acordo com Jérôme Carcopino, uma nova prática cerimonial de casamentos, bastante próxima do tipo de cerimónias que a sociedade actual realiza, colocava os noivos em pé de igualdade relativamente à vontade e intenção de casar um com o outro, pelo menos na promessa que faziam um ao outro e que a posteridade conhece através da fórmula “*ubi tu Gaius ego Gaia*”¹⁷.

A mulher passava a poder casar sem ficar subjugada ao poder do marido, ainda que a modalidade *sine manu* de casamento dependesse também da vontade dos *paterfamilias*¹⁸. Contudo estava aqui a génese da independência feminina, relativa ao marido por motivos legais, e relativa ao seu *paterfamilias* por motivos de distância física, pois se ainda permanecesse sob tutela do seu pai ou de alguém nomeado por ele, a mulher deixava de estar sob vigilância directa destes¹⁹.

3. As virtudes de uma mulher casada

Após o casamento, o poder da jovem *materfamilias* estava dentro da sua casa, era ela quem governava, como já dissemos, as tarefas que os escravos deveriam executar, enquanto ela própria se encarregava de tarefas mais delicadas como fiar²⁰.

Porém a mais importante das tarefas não deveria ser descurada, a de gerar uma criança. De facto, a sociedade romana, dominada e governada por homens, ignora muitas

¹⁶ Tác. *Ann.* IV.16.

¹⁷ CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa: Livros do Brasil, 1979, 108.

¹⁸ A modalidade de casamento *sine manu* garantia que a mulher não teria qualquer direito sobre os bens familiares do marido e, nesse caso, a família da mulher poderia não estar interessada, já que a riqueza desta e dos seus familiares não era aumentada.

¹⁹ A utilização da expressão “motivos legais” tem origem na concepção do casamento como uma norma jurídica, transformada num acto social, apresentada por Yan Thomas em “A divisão dos sexos no direito romano” in DUBY, Georges et PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente: A Antiguidade*, Porto: Ed. Afrontamento, Lda., 1993, 129-136. Relativamente à tutela do *paterfamilias*, os dependentes deste (homens ou mulheres) poderiam nunca ser autónomos, se não fossem emancipados, daí o facto de, mesmo a distância, permanecerem vinculados à autoridade/tutela do *paterfamilias*. Cf. Paula Barata Dias, “A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia” in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 6 (2004), 99-133.

²⁰ Uma mulher era designada por *materfamilias* assim que casava, não sendo necessário passar pela experiência da maternidade para lhe ser atribuída esta designação; acontecia o mesmo para a designação de matrona.

vezes quaisquer capacidades que uma mulher possa ter, restringindo-a à sua condição de mãe, ou de, atrevemo-nos a dizer, útero.

A própria legislação romana promove a ideia da mulher como o sexo fraco que conquista a magnitude com a maternidade. Não estranhemos por isso que, na galeria de mulheres que Tácito nos apresenta, a fertilidade feminina seja talvez o maior dos elogios que qualquer mulher alcança. Os motivos são, como do que até aqui se disse se depreende, óbvios: perpetuar o nome de uma família e zelar para que a aristocracia romana não parasse de crescer, como parecia ameaçar, durante a época de Augusto.

O decréscimo da taxa de natalidade, fenómeno sociológico já verificado desde a época das guerras civis, prolonga-se até à época imperial e leva o primeiro Imperador a legislar acerca da natalidade, fomentando-a com a Lei *Pappia Poppaea*²¹. Deste modo, compreende-se que o enaltecimento da fertilidade feminina não se relacione apenas com um aspecto biológico da mulher, mas também com uma preocupação demográfica de determinada época. A quantidade de filhos era responsabilidade sua, e quantos mais tivesse, mais seria apreciada por isso.

Nas mulheres dos *Annales* que Tácito se propõe apresentar de modo mais favorável aos olhos do leitor, não passa despercebida uma caracterização centrada no aspecto da fertilidade; durante o principado de Tibério, o exemplo talvez mais flagrante deste favorecimento é o de Agripina, mulher de Germânico.

A fertilidade de Agripina era inegável, os seus seis filhos eram prova disso, contudo Tácito não se inibe de a mencionar mais do que uma vez, e de comparar Agripina com outra mulher, relativamente a este aspecto, ficando a mulher de Germânico beneficiada. Lúvia é a mulher escolhida pelo historiador para realizar esta analogia²².

Contrária à projecção dada a Agripina, surge alguma indiferença de Tácito para com Lúvia, revelada, em parte, pela parcimónia com que é descrito o episódio em que esta é a protagonista de um acontecimento, raro na Antiguidade e largamente celebrado por Tibério: ela é responsável pela gestação de crianças gémeas, algo que poderia ser suficiente para lhe garantir um lugar de prestígio entre as mulheres da época.

²¹ A Lei *Pappia Poppaea*, aprovada a 9 d. C., leva um homem, já durante o reinado de Tibério, a queixar-se perante o Senado da sua incapacidade para sustentar os filhos que teve, incentivado por esta medida de Augusto.

²² Lúvia é irmã de Germânico e de Cláudio, casada com Druso, que, em *Ann.* II.43 Tácito diz ser inferior a Agripina quanto à sua “*fecunditate*”, característica já referida pelo historiador, em *Ann.* I. 41 e enfatizada com o adjectivo “*insignis, e*”: “*insigni fecunditate*”.

Sabemos que o parto era dos momentos mais difíceis da vida da mulher romana, pois as probabilidades de sobrevivência eram escassas. As mulheres viam-se confrontadas com um destino ambíguo: serem respeitadas pela fertilidade, que lhes permite ser mães mais do que uma vez e poderem ter, pelo menos, três filhos, de modo a poderem libertar-se da tutela de uma entidade masculina, mas também estarem confrontadas com uma morte temporã²³. Deste modo, a gestação de gémeos era um acontecimento a louvar, independentemente do carácter da mãe.

Este aspecto da vivência feminina da época imperial não se esgota, nos *Annales*, com os exemplos de Agripina e Lúvia. Há outras mulheres referidas por Tácito, a quem o historiador louva ou apresenta de modo inequivocamente laudatório quanto à condição de mãe, são elas, a mulher de Armínio, cuja caracterização se centra no facto de estar grávida e proteger o seu ventre do perigo, invocando não só o carácter fértil da mulher, bem como a sua índole maternal:

*“Inerant feminae nobiles, inter quas uxor Arminii eademque filia Segestis, mariti magis quam parentis animo neque uicta in lacrimas, neque uoce supplex; compressis intra sinum manibus grauidum uterum intuens.”*²⁴;

Júlia Augusta que, mais do que uma progenitora de numerosos filhos, tem reconhecido o valor de ser a verdadeira genitora da família imperial, já que é dela que descendem todos os Imperadores que o período Júlio-claudiano conheceu: Tibério é seu filho, Cláudio é seu neto, e Calígula e Nero são seus bisnetos. No entanto, Tácito considerara-a uma mãe má para o Império e para a casa dos Césares, opinião que se deverá certamente aos meios utilizados por ela para conduzir Tibério até ao poder, ou a uma visão global pejorativa que o historiador tem acerca da dinastia Júlio-claudiana:

*“... postremo Liuia grauis in rem publicam mater, grauis domui Caesarum nouerca.”*²⁵.

²³ O facto de as mulheres com três, ou quatro filhos (consoante fossem mulheres livres ou libertas) serem dispensadas de qualquer tutela sobre os seus bens devia-se a uma lei de Augusto, que associava assim a maternidade a um dever jurídico, com o objectivo de aumentar o número de recém-nascidos romanos.

²⁴ Tác. *Ann.* I.57.

O facto de ser fértil não dava às mulheres qualquer tipo de isenção perante os deveres de educadora, como vimos anteriormente, e as mulheres que até aqui observámos são disso um exemplo.

Tácito apresenta características de algumas mães, que viveram nos primeiros anos do século I da nossa era, e que desempenham um papel importante no traçar de um perfil global daquilo que era o papel de uma mãe na época.

Uma das ideias que fica da análise das mães é a de que elas acompanhavam os filhos não apenas na infância, mas também ao longo da sua vida, transmitindo-lhes os valores necessários para que fossem bons cidadãos, ou seja, para que tivessem em conta os costumes dos antepassados, a religião familiar e do Estado, as leis, enfim, o essencial para serem considerados homens de honra e saberem honrar o nome que usavam.

Lívia é apresentada por Tácito como um exemplo de mãe dominadora. Aos olhos do historiador ela é uma “*mater inpotens*”, determinada em alcançar o poder para Tibério, sem olhar a meios, como se poderá presumir pelas suspeitas de assassinatos que Tácito coloca sobre ela. Agripina é a mãe protectora e ciosa dos perigos que os seus filhos correm, por serem possíveis herdeiros a um trono que só a Tibério poderia pertencer²⁶.

Porém, ao contrário destas, outras havia cujo zelo maternal não era digno de exemplo; nos *Annales* somos confrontados com uma destas mulheres, a mãe de Sexto Papínio, que Tácito apresenta como a principal responsável pela morte do filho. Esta mulher é apresentada como um exemplo de má educadora, cuja falha de transmissão de valores essenciais levou a um desvio do carácter do jovem, que se tornou num apreciador da vida devassa. O episódio tem consequências drásticas: a morte do rapaz e a usurpação do papel de educadora à mãe, uma vez que as suas más influências poderiam ainda recair sobre um filho ainda bastante jovem:

*“Igitur accusata in senatu, quamquam genua patrum aduolueretur luctumque communem et magis inbecillum talli super casu feminarum animum aliaque in eundem dolorem maesta et miseranda diu ferret, urbe tamen in decem annos prohibita est, donec minor filius lubricum iuuentae exiret.”*²⁷.

²⁵ Tác. *Ann.* I.10

²⁶ Para a imagem de Lívia como *mater inpotens*, cf. Tác. *Ann.* I.3 e V.1, quanto à característica de protectora atribuída a Agripina, cf. Tác. *Ann.* II.71, 72.

²⁷ Tác. *Ann.* VI.49.

Os deveres femininos não terminavam na organização doméstica, nem na educação dos filhos. A castidade, a fidelidade, e também a fertilidade eram qualidades transformadas em deveres exigidos e apreciados pelos romanos às suas mulheres, como veremos em seguida.

Durante a descrição que Tácito nos faz do reinado de Tibério, é fácil perceber que uma das características mais apreciadas numa mulher pelos romanos, sem nos referirmos, é claro, à beleza física, que seria também um aspecto bastante apelativo na caracterização feminina, era a castidade, não apenas no sentido de virgindade, mas também no sentido de honra e honestidade, ou melhor, fidelidade para com o marido.

O motivo da importância dada à castidade prende-se com o rumo de vida que geralmente se apresentava às mulheres, isto é, o casamento, caso não se verificasse a dedicação ao sacerdócio. A mulher deveria honrar, não só o marido, mas também a sua família, ou seja, o nome que havia sido escolhido para si. No caso de a escolha ter sido o sacerdócio, era à religião que a mulher devia atitude honrosa.

Referir-nos-emos, por agora, aos casos das mulheres casadas. Um pouco ao jeito da expressão “à mulher de César não basta ser séria, é necessário que pareça”, também as matronas deveriam ostentar a sua castidade. Não será por acaso que o elogio feito à mulher de Germânico, Agripina, aquando da partida das cinzas daquele de Antioquia para Roma, apesar de lhe identificar outras qualidades, vai no sentido de um retrato visual que se coaduna com a excelência do seu carácter e que acentua os traços de uma mulher dorida pela morte do marido, fazendo dela um exemplo de mulher honrada, fiel por dentro e por fora, “um modelo de virtude antiga”, “*cum decus patriae, solum Augusti sanguinem, unicum antiquitatis specimen*”, como o próprio historiador não se inibe de louvar²⁸:

“*At Agrippina, quamquam defessa luctu et corpore aegro, omnium tamen quae ultionem morarentur intolerans ascendit classem cum cineribus Germanici et liberis, (...).*”²⁹.

Agripina aparece, aos olhos do povo, como uma mulher dedicada ao marido, que o acompanha, mesmo depois da morte deste; protectora dos frutos da ligação entre ambos, a garantia da continuação do nome da sua família. A união entre Agripina e Germânico

²⁸ Tác. *Ann.* III.4.

²⁹ Tác. *Ann.* II.75.

torna-se num exemplo que Tácito faz questão de sublinhar, quando, por exemplo refere que a castidade desta mulher permanece, para além da morte do marido, acima de qualquer suspeita:

*“Neque spargi uenenum in tres poterat, egregia custodum fide et pudicitia Agrippinae impenetrabili”*³⁰.

Para além de Agripina, durante os seis primeiros livros dos *Annales*, outras mulheres há que, caracterizadas pelo historiador, nos dão a perceber que o valor da castidade era valorizado e tido em conta, aquando da apreciação de qualquer mulher.

Lívia é uma destas mulheres. Embora ainda estivesse grávida de um filho do seu primeiro marido, Tibério Cláudio Nero, quando foi raptada por Augusto, a fidelidade de Lívia para com o *Princeps* nunca se alterou; a sua conduta, relativamente à castidade, em nenhuma ocasião foi colocada em causa:

*“Exim Caesar cupidine formae aufert marito, incertum an inuitam, adeo properus, ut ne spatio quidem ad enitendum dato penatibus sua gravidam induxerit. (...) Sanctitate domus priscum ad morem, comis ultra quam antiquis feminis probatum, mater inpotens, uxor facilis et cum artibus mariti, simulatione filii bene composita.”*³¹.

Na verdade, o retrato que o historiador traça de Lívia é quase um protótipo de como uma mulher da época deveria ser: as qualidades domésticas, já aqui referidas, a simpatia e as qualidades enquanto mãe e esposa deveriam ser exemplo para qualquer outra mulher.

A castidade implicava, então, por parte da mulher, fidelidade incondicional ao marido, algo que não levanta grandes dúvidas, pois, como já referimos, a mulher tinha a função de gerar crianças para a família e para o Império.

Como refere Aline Rousselle³², a ideia de a mulher, sobretudo a aristocrata, ser um ser não sexual torna-se mais clara, quando observamos de que modo os casais aristocratas viviam, ou seja, a partilha de um mesmo quarto não era um costume em voga entre as

³⁰ Tác. *Ann.* IV.12.

³¹ Tác. *Ann.* V.1.

³² ROUSSELLE, Aline, “A política dos corpos: entre procriação e continência em Roma” in DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: A Antiguidade*, Porto: Ed. Afrontamento, Lda.,

classes superiores, como podemos observar através do exemplo de Pisão e Plancina:

*“Dein multam post noctem, egressa cubiculo uxore, operiri foris iussit,”*³³.

Apenas as famílias mais modestas, cujas casas não suportavam muitos *cubacula*, tinham por hábito partilhar o mesmo quarto e a mesma cama.

Assim, após o nascimento de crianças em número suficiente, provavelmente as três com os quais Augusto havia incentivado as mulheres, a vida sexual do casal passaria a ser menos intensa. Porém, a mulher de quem temos vindo a falar, Agripina, juntamente com Germânico, com os seus seis filhos, poderão ser um exemplo de um casal em sintonia.

Nos casos em que a funcionalidade da mulher era apenas a procriação das crianças, o homem podia satisfazer os seus desejos com uma escrava, ou com uma concubina, ao contrário da mulher, que já não tinha os mesmos direitos. A mulher deveria, pelo contrário, manter a sua conduta de modo indubitável e, sendo esta uma regra, acerca da suas excepções falaremos mais adiante.

Quanto às mulheres cujo destino era o sacerdócio e não a vida doméstica, como já referimos, não estavam dispensadas de demonstrar uma conduta virtuosa perante a sociedade. Na sociedade romana imperial, encontrávamos estas mulheres, ligadas ao colégio das Vestais, ou seja, elas eram sacerdotisas do templo da deusa Vesta. A sua principal função prendia-se com a manutenção da chama da cidade de Roma, o símbolo da vida da cidade.

A primeira referência que Tácito faz a estas mulheres mostra-as numa função que ultrapassa o religioso, são elas que apresentam perante o Senado o testamento de Augusto:

*“Nihil primo senatus die agi passus est nisi de supremis Augusti, cuius testamentum inlatum per uirgines Vestae Tiberium et Liuiam heredes habuit.”*³⁴.

Esta referência do historiador revela que as Vestais não eram sacerdotisas que se mantinham apenas dentro do templo, sendo possível vê-las participar na vida pública de

⁴⁷⁰1993, 352-367.

³³ Tác. *Ann.* III.15.

³⁴Tác. *Ann.* I.8.

Roma, onde tinham lugares de honra, como por exemplo no teatro³⁵. Porém, terminadas as cerimónias públicas, sabe-se que estas sacerdotisas se isolavam na sua casa, próxima do templo.

Toda esta visibilidade pública fazia com que as Vestais não colocassem em causa o voto de castidade que faziam, ao iniciar o sacerdócio, e que engloba o sentido de honra, honestidade e, também virgindade. Durante os trinta anos que serviam a deusa Vesta, a sua conduta deveria ser imaculada, sob a ameaça de serem enterradas vivas caso o voto de castidade fosse quebrado.

Estas mulheres caracterizavam uma parte importante do mundo feminino. Qualquer Vestal era eleita ainda em criança, entre os seis e os dez anos, permanecendo durante trinta anos ao serviço de Vesta (dez anos para aprender, dez para exercer e dez para ensinar às outras jovens); findos os trinta anos, já mulher, rondando os quarenta anos, podia voltar a ter uma vida semelhante à de qualquer outra mulher.

Contudo, dada a esperança de vida da época, parece-nos que, aos quarenta anos uma mulher teria menor predisposição para casar e constituir família do que uma jovem, algo também passível de justificar a permanência de algumas Vestais junto do Colégio, como sucedeu com Ócia:

*“Post quae rettulit Caesar capiendam uirginem in locum Occiae, quae septem et quinquaginta per annos summa sanctimonia Vestalibus sacris praesederat;”*³⁶.

Deste modo, seriam menos mulheres a contribuir para o tão desejado aumento de natalidade em Roma.

Se por um lado, com todo o misticismo em sua volta, as Vestais eram mulheres diferentes das outras, com um estatuto de quase inatingibilidade; por outro, o facto de terem de obedecer a uma conduta de virtude e castidade irrepreensíveis, de se dedicarem em exclusivo ao seu colégio, e de terem de responder perante um superior hierárquico masculino, o *Pontifex Maximus*, chega a aproximá-las das matronas, quanto aos seus deveres para com a família e à castidade e fidelidade que devem ao marido.

Esta fidelidade para com marido envolvia também um apoio quase incondicional,

³⁵Tác. *Ann.* IV.16.

³⁶Tác. *Ann.* II.86.

que se tornava mais importante caso este tivesse um cargo público, que projectasse a sua imagem; a aparência de uma vida familiar saudável tornava qualquer cidadão num homem mais respeitável.

A matrona não tinha, como já referimos, lugar na vida pública romana. O cargo mais importante que poderia vir a ocupar era o de esposa do Imperador e com ele um aumento das responsabilidades enquanto mulher, tal como aconteceu com Augusta:

*“Liuiā in familiam Iuliam nomenque Augustum adsumebatur;(...)”*³⁷.

Se o adágio, “por detrás de um grande homem está sempre uma grande mulher”, foi ganhando razão de ser com as mulheres que a história recente nos deu a conhecer, como companheiras e apoiantes de homens importantes, Augusta também se integra no rol de grandes mulheres que fazem jus ao referido adágio.

De acordo com Tácito, as atitudes de Tibério são fruto da influência exercida pela imperatriz, facto que, para o historiador, se torna mais claro aquando da morte de Augusta:

*“Ceterum ex eo praerupta iam et urguens dominatio: nam incolumi Augusta erat adhuc perfugium, quia Tiberio inueteratum erga matrem obsequium, neque Seianus audebat auctoritati parentis antire;(...)”*³⁸.

Deste modo, o adágio apresenta uma solução, um caminho que a mulher poderia percorrer de modo a fazer valer a sua opinião e, até, a demonstrar algum poder junto da autoridade masculina.

A influência que Lúvia tinha sobre Augusto, a vários níveis, sobretudo políticos, foi retratada não só por Tácito, mas também Suetónio, prova de que era uma influência reconhecida por todos. Ambos os historiadores enumeram as tarefas encetadas pela imperatriz e que lhe retiram qualquer grau de incapacidade ou inércia a nível público que se lhe queira atribuir, referindo o seu empenho em actos políticos como convencer Augusto a exilar o seu neto, Agripa Póstumo (filho de Júlia e Marco Agripa) em Planásia, ou mesmo pedir para que ele atribuisse o direito de cidadania a uma cidade da Gália:

³⁷ Júlia Augusta foi o nome com o qual Lúvia Drusila passou a ser conhecida após a morte de Augusto e graças ao desejo que ele expressou no seu testamento, como podemos verificar em Tác. *Ann.* I.8.

*“Nam senem Augustum deuinxerat adeo uti nepotem unicum, Agrippam Postumum, in insulam Planasiam proiecerit, rudem sane bonarum artium et robore corporis stolide ferocem, nullius tamen flagitii conpertum.”*³⁹.

É graças a esta influência de Livia sobre Augusto que se levantam suspeitas acerca do modo como Tibério chegou a Imperador, chegando também a suspeitar-se do envolvimento da imperatriz nas mortes de Caio e Lúcio César, filhos de Júlia e Marco Agripa e herdeiros de Augusto:

*“Vt Agrippa uita concessit, Lucium Caesarem euntem ad Hispaniensem exercitum, Gaium remeantem Armenia et uulnere inualidum mors fato prospera uel nouercae Liviae dolus abstulit, Drusoque pridem extincto, Nero solus et priuignis erat, illuc cuncta uergere: (...)”*⁴⁰.

Mas Livia não altera o seu comportamento após a morte do marido e elevação de Tibério a Imperador. O alvo das suas influências era agora o filho.

A suspeita desta influência da imperatriz sobre o soberano, perceptível em várias ocasiões, vai-se confirmando ao longo da obra de Tácito. Deste modo, é a ela que, com alguma frequência, algumas figuras recorrem para aplacar Tibério, como se pode observar no caso em que Urgulânia, por ser amiga da mãe do Imperador, conseguiu fruir de um estatuto especial perante a lei, que lhe permitiu não se apresentar perante o Senado para testemunhar acerca de um caso a ser julgado.

Noutro caso, fica provada a eficácia da influência de Augusta junto de Tibério, quando Pláncina, a mulher sobre quem recaía a principal suspeita do envenenamento do sobrinho de Tibério, é ilibada de qualquer castigo; ainda que, graças a esta atitude, aos olhos do povo a imperatriz se tivesse tornado numa cúmplice do assassinato de Germânico:

“Pro Pláncina cum pudore et flagitio disseruit, matris preces obtendens, in quam optimi cuiusque secreti questus magis ardescebant. Id ergo faz auiae interfetricem nepotis

³⁸ Tác. *Ann.* V.3.

³⁹ Tác. *Ann.* I.3, cf. Suetónio *Aug.* XL.3.

⁴⁰ Tác. *Ann.* I.3.

adspicere, adloqui, eripere senatui.”⁴¹.

Relativamente ao apoio que a mulher romana deveria prestar ao marido, os exemplos não se esgotam, nos primeiros livros dos *Annales*, com Júlia Augusta; outra mulher concorre com ela, no que respeita o relacionamento conjugal em sintonia, trata-se da já aqui referida Agripina, mulher de Germânico.

Agripina é a mulher que acompanha o marido nas campanhas e está junto a ele aquando do motim das suas tropas, recusando colocar-se, a si e aos seus filhos, a salvo da fúria dos soldados amotinados, demonstrando uma coragem poucas vezes vista entre as mulheres da época, sobretudo as da aristocracia⁴². Contudo, o maior exemplo da sua coragem, não é apenas, nem ainda, este, mas sim o momento em que, tendo ficado sozinha no acampamento com algumas tropas, enquanto Germânico perseguia Armínio com outras, ela veste a pele de enfermeira, assume o comando dos que estão no acampamento, e impede-os de provocar a ruína de Germânico, tornando-se num exemplo de força, a seguir pelos legados e pelos generais.

*“Potiorem iam apud exercitus Agrippinam quam legatos, quam duces; conpressam a muliere seditionem, cui nomen principis obsistere non quiuerit.”*⁴³

Se por um lado esta atitude de Agripina a engrandece e faz transparecer a sua *pietas*⁴⁴, através da manifestação de generosidade para com os soldados do acampamento, de fidelidade para com o marido e de patriotismo; por outro lado transforma Agripina numa mulher que pouco tem a ver com as restantes mulheres da época. No momento de grande agitação, que se descreve no passo acima transcrito, a coragem e determinação desta mulher atribuem-lhe, não apenas perante o marido, mas perante um acampamento de soldados, um poder que a poderia colocar na categoria das mulheres de “ másculos designios”, a quem a *uirtus* poderia assentar “como uma luva”⁴⁵.

⁴¹ Tác. *Ann.* III.17.

⁴² Tác. *Ann.* I.40.

⁴³ Tác. *Ann.* I.69.

⁴⁴ A *pietas* era um valor que deveria reger qualquer cidadão romano, inclusive as mulheres.

⁴⁵ A *uirtus* era uma característica atribuída apenas aos cidadãos romanos do sexo masculino. A sua aplicação no feminino, não era comum, de acordo com Susan E. Wood in *Imperial Women: a study in public images, 40 B.C.- 68 A.D.*, Leiden: Brill, 1999.

Tácito, porém, não parece ser muito a favor deste tipo de atitudes, para ele, o “decoro feminino” não se coadunava com exercícios de guerra junto das legiões, como o seu comentário, relativo a Plancina, deixa transparecer:

*“Nec Plancina se intra decora feminis tenebat, sed exercitio equitum, decursibus cohortium interesse, in Agrippinam, in Germanicum contumelias iacere.”*⁴⁶.

Ainda quanto ao poder influente da mulher, não poderíamos deixar de verificar alguns episódios, apresentados por Tácito, em que se verifica uma deferência para com o apoio feminino por parte de alguns homens. Tal é o caso do cônsul Fúfio que, de acordo com Tibério, também beneficiou do apoio de Augusta:

*“Quin et parte eiusdem epistulae increpuit amicitias miliebris, Fufium consulem oblique perstringens.”*⁴⁷.

Libão é outro exemplo, uma vez que, ao sentir-se sem alternativa aquando da sua acusação no Senado, fez-se rodear de “uma escolta de senhoras de qualidade”, quanto a nós com o objectivo de angariar apoiantes, a quem tentaria impressionar através da reconhecida honorabilidade daquelas senhoras:

*“Libo interim ueste mutata cum primoribus feminis circumire domos, orare adfinis, uocem aduersum pericula poscere, abnuentibus cunctis, cum diuersa praetenderent, eadem formidine.”*⁴⁸.

Durante o relato feito por Tácito, acerca dos anos em que Tibério esteve no poder, apenas numa ocasião somos confrontados com uma demonstração pública da opinião de uma mulher, frente ao Senado e para algo que era precisamente o contrário daquilo que se esperava de uma mulher:

⁴⁶ Tác. *Ann.* II.55.

⁴⁷ Tác. *Ann.* V.2.

⁴⁸ Tác. *Ann.* II.29.

*“Accusatus in senatu ab uxore Cōtyis damnatur, ut procul regno teneretur.”*⁴⁹.

Esta mulher, casada com Cótis, dirigiu-se ao Senado para acusar Rescupóris da morte do seu marido, saindo vitoriosa desta denúncia⁵⁰. A inteligência, ou melhor, a capacidade de raciocínio da mulher não era um factor a ter em conta, de modo que a demonstração pública das suas opiniões e o pugnar, sem intervenientes, pelos seus direitos era algo não muito frequente, porém o facto de ter saído vitoriosa da Cúria significa que não havia completa indiferença masculina face a mulheres corajosas.

Ainda no âmbito do apoio que os maridos pretendiam das mulheres romanas, Tácito dá-nos vários exemplos acerca do modo como este dever feminino era apreciado, expondo a ideia que esta sociedade, dominada maioritariamente pelo sexo masculino, tinha das mulheres de então.

Um desses exemplos é-nos apresentado, quando, na obra do historiador, encontramos o Senado numa discussão que se prendia com a extensão do apoio das matronas aos maridos, durante as viagens que estes realizavam para fora de Roma, ou até aquando da governação das províncias⁵¹.

Os senadores, num debate aceso, apresentaram um discurso que sublinhava a fraqueza da condição feminina, remetendo-a para um plano bastante inferior; argumentando que, a atribuição de um carácter inútil às mulheres se prendia com a fragilidade, com que usualmente eram caracterizadas, e com a futilidade dos costumes, que a *Lex Oppia*⁵² não tinha conseguido refrear.

Para este grupo de homens, cujo porta-voz era Cecina, o gosto das mulheres pela luxuosidade, pelo brilho das jóias, pelas sedas orientais, noutras palavras, a sua vaidade inata, assim como a debilidade feminina, com todos os seus achaques e falta de resistência, eram motivo de atraso para os assuntos masculinos e algo que poderia ter consequências drásticas, quando em tempos de guerra.

Ironicamente esta apologia dos defeitos femininos, quanto a nós, acaba por

⁴⁹ Tác. *Ann.* II.67.

⁵⁰ A Rescuporis e Cótis foram atribuídas as terras da Trácia, cada um deles governava uma parte, contudo Rescuporis sentindo que a divisão não foi justa decide entrar em guerra e mata o adversário.

⁵¹ Tác. *Ann.* III.33-34.

⁵² A *Lex Oppia*, da autoria de Catão, o Censor, data do ano 215 a. C. e surge para refrear os impulsos de consumistas das mulheres da época, regulamentava a quantidade de ouro que cada mulher deveria possuir, as cores com que deviam andar vestidas, e o modo de deslocação das mulheres no dia-a-dia, reservando apenas para os actos religiosos o direito a deslocar-se de “carruagem”.

reconhecer à mulher algum mérito, já que Cecina, o autor deste discurso contra as mulheres, atribui ao género feminino a responsabilidade por uma série de assuntos “*nos tribunais, em casa e até no exército*”⁵³.

Quando Cecina fala deste modo, refere-se a mulheres como Agripina, Augusta ou Plancina, cujas atitudes evidenciam força de carácter; as opiniões deste Senador vão ao encontro das de Tácito, e certamente das da maioria dos homens da época, inclusive do Imperador, que apenas encontravam no sexo feminino fraqueza, futilidade e obstáculo aos assuntos masculinos:

“(…) *promiscas uiris et feminis uestis atque illa feminarum propria, quis lapidum causa pecuniae nostrae ad externas aut hostilis gentis transferuntur?*”⁵⁴.

Os homens receavam uma conquista da autoridade, por parte das mulheres, um receio já antes verbalizado por Tácito, quando Tibério proibiu a atribuição do título “Mãe da Pátria” a Lívía:

“*Ille moderandos feminarum honores dictitans eademque se temperantia usurum in iis quae sibi tribuerentur, ceterum anxius inuidia et muliebri fastigium in deminutionem sui accipiens, (...)*”⁵⁵.

A autoridade, que até aqui era um dado masculino adquirido, estava agora em perigo, pois as leis começavam a atribuir alguma autonomia ao sexo feminino.

As reacções ao discurso de Cecina, às quais Valério Messalino deu voz, foram no sentido da defesa da mulher, apesar de não lhe retirarem o rótulo de “*sexo fraco*”. As justificações em prol da presença das mulheres, nas viagens dos seus maridos, prendiam-se com os benefícios da vida familiar, com o companheirismo e mesmo com a cumplicidade que deveria existir entre marido e mulher. Assim a mulher deveria estar sempre disponível para ajudar o companheiro ou até os filhos e, deste modo, estar apta a segui-lo para onde quer que ele fosse, até porque, como diz Messalino, a corrupção

⁵³ Tác. *Ann.* III.33.

⁵⁴ Tác. *Ann.* III.53: neste excerto de uma carta de Tibério ao Senado, a propósito do esbanjamento a que os romanos estavam habituados, o Imperador tem o cuidado de sublinhar, precisamente, a natureza fútil das mulheres.

masculina não é responsabilidade exclusiva de uma mulher.

Tendo em conta o discurso de Valério Messalino e este debate, que é já um sinal da existência de uma tentativa de definir o papel da mulher na sociedade romana, a nós parece-nos que, este é um dos primeiros momentos em que a realidade feminina inicia a sua mudança, na direcção de uma maior percepção da sua idoneidade por parte dos homens, o que também se reflecte na realização das leis.

No entanto, temos consciência de que este não é um movimento feminista em prol dos direitos das mulheres na sociedade. Ao contrário de muitas das sociedades contemporâneas, em que as mulheres reclamam igualdade face aos homens, praticamente a todos os níveis, a Antiguidade Romana não cogitava, sequer, que pudessem ser atribuídos à mulher direitos ou papéis de destaque social.

4. Promiscuidade feminina / os vícios das mulheres

Para esta visão pessimista que os homens tinham das mulheres concorria também o facto de nem todas possuírem as qualidades, que têm vindo a ser referidas por nós, neste capítulo dedicado às virtudes femininas.

De facto, as leis acerca do casamento e da legislação dos três filhos, promulgadas por Augusto e, ainda vigentes na época de Tibério, conferiam à mulher uma cada vez maior emancipação relativamente aos seus tutores. Esta é uma das causas para o aumento de matrimónios instáveis, referidos no Senado por Cecina.

Durante esta época, a ideia de divórcio não tinha uma conotação tão negativa como a que, por exemplo, a sociedade cristã lhe veio a atribuir posteriormente; o processo estava mais simplificado, pois, de acordo com Jo-Ann Shelton, não havia necessidade de ratificação do Estado, nem de validação religiosa, sendo apenas necessário que se retirasse o consentimento, dado na altura do casamento, por uma das partes ⁵⁶. Talvez porque se começaram a alterar as ideias acerca das relações entre homens e mulheres, o divórcio se tenha tornado bastante comum entre os casais. Quando observamos qualquer uma das mulheres referidas anteriormente, reconhecemos que elas estão, claramente a mudar de atitude relativamente ao que até então era aceite, a sua submissão está a transformar-se em

⁵⁵ Tác. *Ann.* I.14.

⁵⁶ SHELTON, Jo-Ann. *As the Romans did - A Sourcebook in Roman Social History*, Oxford: Oxford

coragem e a fragilidade em heroísmo. No entanto, aos olhos de Tibério, estas atitudes eram de recriminar e para as caracterizar apenas encontrava nomes como “*contumácia*” e “*arrogância*”⁵⁷.

O número crescente de divórcios e casamentos consecutivos tornava-se num ciclo vicioso: se um casamento não fosse fértil, ou se a mulher praticasse adultério, o divórcio era a solução mais viável. Porém, graças à legislação emitida por Augusto, era necessário voltar a casar. Para além disso, quem se divorciasse deveria casar de novo seis meses depois, como se induz da ironia que Agripina faz acerca dela própria na presença de Tibério, um defensor desta ideia⁵⁸.

Assim, um casamento pouco harmonioso podia ser sempre substituído por outro até que a harmonia chegasse. Tibério, Vipsânia, Júlia e Asínio Galo, eram exemplos de como a *Lex Iulia de Maritandis Ordinibus* funcionava e do transtorno, que podia advir dela:

“*Nec ideo iram eius leniuit, pridem inuisus, tamquam ducta in matrimonium Vipsania, M. Agrippa filia, quae quondam Tiberii uxor fuerat, plus quam ciuilia agitare Pollionisque Asinii patris ferociam retineret.*”⁵⁹.

A sociedade começou a assistir a um declínio dos valores morais, que a antiga sociedade romana da República conhecia, e as mulheres não escaparam a esse declínio, como se vê pelo relato que Tácito nos dá a conhecer acerca do principado de Tibério.

A promiscuidade feminina surge lado a lado com a virtude. Escândalos, adultérios, crimes de homicídio e conspiração são situações com as quais nos deparamos frequentemente, basta começarmos pelas suspeitas, que Tácito lança sobre Lúlia, relativas ao seu envolvimento nas mortes dos que seriam um possível obstáculo à chegada de Tibério ao poder, como já havíamos referido anteriormente.

Contudo, as conspirações de Lúlia não são as únicas a ser relatadas, Pláncina é outra das mulheres cujo comportamento, dito, em vários momentos da obra, indecoroso, poderá funcionar como modo de justificar a acusação de assassinato que recai sobre a sua

University Press, 2008, 50.

⁵⁷ Tác. *Ann.* V.3.

⁵⁸ Augusto havia legislado, na *Lex Iulia de Maritandis Ordinibus*, que os homens entre os 20 e os 60 anos, tal como as mulheres solteiras, viúvas ou divorciadas, entre os 15 e os 50 anos, se deveriam casar. E que quem ficasse viúvo deveria casar, de novo, um ano após a viuvez; Tác. *Ann.* IV.53.

⁵⁹ Tác. *Ann.* I.12

pessoa⁶⁰:

“(…) *postremo ipsum deuotionibus et ueneno peremisse; sacra hinc et immolationes nefandas ipsius atque Plancinae, petitam armis rem publicam, utque reus agi posset, acie uictum.*”⁶¹.

A ela é atribuída a responsabilidade do assassinato de Germânico; embora se tivesse encontrado uma possível culpada, Martina, com um frasco de veneno escondido, é sobre Plancina e Pisão que recaem as responsabilidades.

Durante o processo de julgamento de Pisão, um outro aspecto relatado pelo historiador clarifica o tipo de mulher que é Plancina, pois a sua atitude perante o marido é contrária à que deveria ser a de uma esposa dedicada. Plancina apenas se mantém ao lado do marido enquanto ainda tem esperança da sua salvação, porém, quando se apercebe de que o destino de Pisão é a condenação, abandona-o, age apenas em seu benefício, procurando na amizade de Lívía o apoio necessário à sua ilibação no caso:

“(…) *ut secretis Augustae precibus ueniam obtinuit, paulatim segregari a marito, diuidere defensionem coepit.*”⁶².

Plancina não é exemplo único, Tácito faz referência a outras mulheres cujo comportamento lhes valeu um julgamento, tal como Emília Lépidia, Numantina, Cláudia Pulcra. Estas três mulheres, podemos vê-lo nos excertos textuais seguintes, têm em comum o facto de terem sido acusadas de praticar actos relacionados com feitiçarias, ou consulta de astrólogos, como podemos ver pelos exemplos seguintes:

“*At Romae Lepida, cui super Aemiliorum decus L. Sulla et Cn. Pompeius proaui erant, defertur simulauisse partum ex P. Quirino diuite atque orbo. Adiciebantur adulteria, uenena quaesitumque per Chaldaeos in domum Caesaris, defendente ream Manio Lepido fratre.*”;

⁶⁰ Relativamente ao comportamento indecoroso, cfr. o excerto Tác. *Ann.* II.55, já aqui citado.

“Mox Numantina, prior uxor eius, accusata iniecisse carminibus et ueneficiis uaecordiam marito, insons iudicatur.”;

*“At Romae commota principis domo, ut series futuri in Agrippinam exitii inciperet, Claudia Pulchra sobrina eius postulatur accusante Domitio Afro. Is recens praetura, modicus dignationis et quoquo facinore properus clarescere, crimen inpudicitiae, adulterum Furnium, ueneficia in principem et deuotiones obiectabat.”*⁶³.

Para outras mulheres, no entanto, os motivos de julgamento prendiam-se com a sua má actuação enquanto matronas.

Os comportamentos adúlteros não têm salvação possível. Na *Lex Iulia de Adulteriis*, Augusto tinha ditado castigos contra o adultério, que ele próprio colocou em prática ao exilar a sua filha Júlia. Esta lei condenava ambos os adúlteros ao exílio e retirava-lhes metade das suas propriedades, não permitindo que se casassem um com o outro, pois ambos eram exilados em locais diferentes.

O adultério deveria ser denunciado por quem soubesse da sua existência, caso contrário, o silêncio teria também consequências funestas, tais como acusações de proxenetismo ou, talvez mais importante dado o espírito romano, perda da honorabilidade.

Entre a galeria de mulheres cuja conduta aparece manchada pelo adultério temos as, já referidas, filha e neta de Augusto⁶⁴ (ambas as Júlias se apresentam como a antítese de um comportamento casto, como o de Agripina); Apuleia Varíla, cujo comportamento escandaloso lhe valeu também o exílio; e as já referidas Cláudia Pulcra e Emília Lépidia. Esta última, para além das acusações de feitiçarias e atitudes pouco dignas de uma mulher para com o seu marido, anexa ainda ao seu *curriculum* a acusação de ter praticado adultério com um escravo.

Estas atitudes libertinas no individual, sobretudo a protagonizada por Emília Lépidia, através do adultério, são o princípio de algo que poderia ser considerado uma

⁶¹ Tác. *Ann.* III.13.

⁶² Tác. *Ann.* III.15.

⁶³ Tác. *Ann.* III.22; IV.22 e IV.52. A consulta de astrólogos e o recurso a feitiçarias e magias era algo que a sociedade romana não via com bons olhos; porém o próprio Tibério se sentia atraído por este misto de ciência e impostura que era a astrologia e consultava astrólogos antes de tomar uma decisão. Os astrólogos eram uma classe pouco reconhecida, cuja vida corria risco em virtude da concretização ou não dos seus prognósticos.

⁶⁴ Tác. *Ann.* III.24, I.53 e IV.71.

revolução sexual entre as mulheres do Império Romano, referimo-nos ao caso, relatado por Tácito, em que uma mulher desejou inscrever-se como prostituta para escapar aos castigos impostos pela lei que regulamentava os adultérios:

*“Nam Vistilia, praetoria familia genita, licentiam stupri apud aedilis uulgauerat, more inter ueteres recepto, qui satis poenarum aduersum impudicas in ipsa professione flagitii credebant.”*⁶⁵.

De acordo com o que diz Jérôme Carcopino, com esta atitude, Vistília reunia em si as vontades de todas as mulheres romanas, que viam a sua sexualidade passada para segundo plano⁶⁶. Para elas, o facto de os maridos terem uma vida sexual com escravas, cortesãs e concubinas, para além do matrimónio era uma situação que as colocava em desigualdade, a nível sexual, com um prejuízo claro para elas, que, após terem fornecido o número de filhos, considerado razoável para o Estado, viam recusada a sua sexualidade.

Porém, tendo em conta o modo como era encarada a educação feminina na cultura romana, parece-nos que a opinião de Carcopino, acerca do modo como Vistília seria a porta-voz de todas as mulheres romanas, será um pouco excessiva. Não nos parece verosímil que numa sociedade em que, na educação da mulher, a castidade e fidelidade incondicional ao marido estavam tão enraizadas, as mulheres, a certa altura, se orientassem todas para uma fuga à norma.

Quanto a Vistília, para nós, a sua atitude representa uma excessiva fuga à norma, motivada talvez pelo receio de castigo, talvez por um espírito rebelde.

Este episódio historiado por Tácito, serve também para percebermos como funcionava uma outra parte da sociedade romana, para além da aristocracia, acerca da qual temos vindo a falar. Ficamos a saber da existência de processos legais para o exercício da prostituição, ou melhor, de processos legais para fugir aos castigos sobre condutas imorais.

Neste caso, a lei romana partiria, quanto a nós, dos valores intrínsecos a cada mulher, como indivíduo, para ilibar as que ofereciam o seu corpo.

Assim, para as cidadãs romanas a prostituição e as condutas sexuais à margem da norma estavam longe de ser bem aceites, de tal forma que qualquer uma destas atitudes

⁶⁵ Tác. *Ann.* II.85.

⁶⁶ CARCOPINO, Jérôme, *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa: Livros do Brasil,

servia para acusar a mulher de infame. Quanto às prostitutas, uma vez escolhido o caminho, registado o seu nome, idade, data de nascimento e pseudónimo para a prática da profissão, poderiam ter relações ilícitas e comportamentos sexuais desviantes, sem que a lei romana as penalizasse por isso.

Os senadores, porém, ao verificarem que este era um modo fácil de contornar os deveres morais da mulher e os valores da sociedade, decidiram restringir a prostituição a classes mais baixas.

Por sabermos e termos verificado que nem todas as mulheres romanas se enquadram nesta caracterização que pouco tem a ver com os valores inerentes à cidadania romana, não nos parece estranho que algumas mereçam honras como a que foi atribuída a Lúvia: a ocupação de um lugar no teatro entre as Vestais⁶⁷; ou ainda honras póstumas, aquando do seu *funus*, visíveis, não só através dos relatos dos historiadores, mas também através dos epitáfios, presentes nos seus túmulos.

O Imperador Tibério, contudo, não foi alguém a quem se devessem grandes honras. As suas boas intenções relativamente a honrar as mulheres que lhe eram mais próximas e merecedoras de louvor, ficaram apenas por isso, revelando quase uma misoginia da sua parte, que quanto a nós se deveria a um medo de perda de autoridade e influência junto de alguns dos seus senadores.

Mulheres que eram próximas de Tibério, como Agripina e Lúvia, sempre demonstraram grande força de carácter e um poder que poderia ser prejudicial ao Imperador. Agripina, já vimos, era uma mulher acima de qualquer suspeita e os seus filhos eram potenciais ameaças ao trono de Tibério; Lúvia é apresentada como uma mãe manipuladora e com alguma influência junto dos senadores, de modo que um passo em falso de Tibério poderia custar-lhe o apoio de Lúvia, ou mesmo uma posição mais favorável do senado para a realização dos seus próprios projectos de governo.

Cabe-nos, então, concluir que relativamente às mulheres, que viveram durante o reinado de Tibério e que se destacaram o suficiente para que Tácito as eternizasse nos *Annales*, a sua condição (de mulher) implicava responsabilidades, que ultrapassavam a esfera dos deveres domésticos, para as quais nem todas estariam à altura.

Desta forma, apesar do papel aparentemente diminuto, atribuído pela sociedade

1979. 117-133.

⁶⁷ Tác. *Ann.* IV.16.

romana à generalidade das mulheres, a existência, ou não, de um perfil e carácter vinculados era um elemento crucial para que o rótulo atribuído fosse favorável e não pejorativo e para que houvesse um reconhecimento do seu valor. O carácter distinguia a mulher e traçava, quanto a nós, o modo como o quotidiano dessa mulher era enfrentado, ainda que com as devidas diferenças impostas pelos condicionalismos da sua condição social.

Os quotidianos da servidão romana

1. A presença dos escravos em Roma

Depois de termos explorado parte do quotidiano feminino do início do século I d. C. e de termos visto que os domínios desta parte da sociedade se confinavam essencialmente à casa, continuamos no espaço da *domus* e no âmbito daqueles que dependiam da autoridade do *paterfamilias*. Voltamo-nos, assim, para um elemento da sociedade romana, cuja designação, *grosso modo*, diz tudo acerca da sua condição: os escravos.

Mais do que perguntar quem eram os escravos, deveríamos, de acordo com a mentalidade romana, perguntar o que eram os escravos?

Em 1982, o sociólogo Orlando Patterson descreveu escravatura como “o domínio violento permanente de pessoas alienadas à natalidade e geralmente sem honra”⁶⁸. Esta descrição, talvez demasiado implacável, exemplifica, porém, parte da realidade dos escravos romanos.

A história de Roma ensina-nos que, para os romanos, os escravos não eram seres, mas coisas (*res*), propriedades, bens sem direitos, nem poderes, que pertenciam a alguém e cujo único dever era viver para o seu proprietário, o *paterfamilias*, detentor do poder supremo, da *patria potestas*, sobre aqueles.

Esta inexistência de direitos tornava os escravos num bem aliciente para quem tinha a possibilidade de o adquirir.

Quantos mais escravos um *paterfamilias* tivesse, maior seria a visibilidade do seu poder e a sua influência. Deste modo, não será de estranhar que no início do principado o número de escravos fosse tão elevado em Roma e que Keith Bradley tivesse afirmado que a sociedade romana da época imperial era uma sociedade de escravos⁶⁹.

De acordo com este autor, pode chamar-se à sociedade romana uma sociedade de escravos, pois a percentagem de população servil que a constituía era superior a vinte por

⁶⁸ PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, Cambridge: Harvard University Press, 1982.

⁶⁹ De acordo com Keith Hopkins, *Conquerors And Slaves: Sociological Studies in Roman History, Vol. I*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, 100-102, em 31 a. C., estimava-se que, em Roma, houvesse uma população total entre 900 e 950 mil pessoas, entre as quais, cerca de 300 a 350 mil seriam escravos, perfazendo uma percentagem, média, de 30% do total da população.
BRADLEY, Keith. *Key Themes in Ancient History. Slavery and Society at Rome*, Cambridge: Cambridge

cento do total da população não servil; para além deste aspecto demográfico, é também necessário ter em conta a responsabilidade que esta população tinha no desenvolvimento da economia Romana.

No caso da obra *Annales*, Tácito não nos deixa informações exactas acerca da quantidade de escravos que poderá ter existido em Roma durante a época em que Tibério foi Imperador. Deste modo, para que possamos estabelecer um paralelismo imediato entre a expressão utilizada por Keith Bradley e a época em causa, é necessário que tenhamos em conta alguns aspectos sociais, económicos, e mesmo políticos, que influenciaram a constituição demográfica do período de 14 d. C. a 37d. C.

Não havendo certezas quanto ao número exacto de escravos, os indícios que de seguida apresentaremos, levam-nos a supor que, em Roma, o número de pessoas em situação de servidão fosse bastante significativo.

Para além dos números apurados, relativamente a anos não muito distantes daqueles em que Tibério foi Imperador, há também a considerar, de acordo com as informações de Michael Massey e Paul Moreland, a legislação emitida por Augusto, em 2 a. C., a propósito da libertação dos escravos. Falamos da *Lex Fufia Caninia*, que conduz à percepção de que poderia haver cidadãos romanos detentores de, pelo menos, 500 escravos⁷⁰.

Juntamente com estes dados vindos de Augusto, para apoiar a nossa suposição relativamente ao número de escravos presentes em Roma, concorre a noção de que havia, em praticamente todas as casas romanas, pelo menos um escravo e de que também os escravos poderiam ter os seus próprios escravos, os *uicarii*, sucedendo o mesmo aos ex-escravos⁷¹.

O modo através do qual Roma tinha acesso a este manancial de escravos era bastante simples. Bastava que houvesse expansão do Império Romano, conquista de novos

University Press, 1999, 13.

⁷⁰ MASSEY, Michael & MORELAND, Paul. *Slavery in Ancient Rome*, Walton-on-Thames: Nelson, 1992. A *Lex Fufia Caninia* limitava o número de escravos que cada um podia libertar. Nesta lei apenas estava previsto um máximo de 500 escravos possuídos, de entre os quais apenas a 100 podia ser atribuída a liberdade.

⁷¹ A presença de um escravo em praticamente todas as casas romanas, poderá ser verificada, a título de exemplo, nos epigramas do poeta Marcial, que com frequência se refere à posse de escravos mesmo pelos que são menos abastados, como no epigrama III.46, em que um cliente envia o seu escravo liberto ao patrono, para que aquele execute os deveres, que seriam seus. A posse de escravos por ex-escravos é também referida por Petrónio relativamente ao liberto Trimalquião, a personagem principal da obra *Satyricon*, que por constituir um retrato caricatural dos libertos romanos, traça de forma grosseira a realidade dessa classe

territórios, para que, para além de difusão da cultura romana, houvesse subjugação dos povos desses novos territórios ao poder romano⁷².

Como sabemos, o período de maior expansão territorial que se verificou em Roma foram os últimos anos do século I a. C., ainda quando Augusto era Imperador. Não é de admirar, portanto, que o número de escravos, que o próprio diz haver na *Vrbs*, fosse tão elevado.

Porém, durante os primeiros anos do Século I da nossa era, a política expansionista de Augusto transformou-se. O *Princeps*, ao instaurar a *Pax*, decidiu que o melhor a fazer seria limitar as fronteiras do Império aos territórios já conquistados. Tibério, por sua vez, não se aventurando em grandes passos, decide voltar-se mais para a defesa das fronteiras, do que para a conquista de novos territórios, sempre com uma acção política muito próxima da definida por Augusto e que tinha em linha de conta os conselhos deixados por este:

*“Oppes publicae continebantur, quantum ciuium sociorumque in armis, quot classes, regna, prouinciae, tributa aut uectigalia, et necessitates ac largitiones. Quae cuncta sua manu perscripserat Augustus addideratque consilium coercendi intra terminos imperii, incertum metu an per inuidiam.”*⁷³

A consequência prática de tudo isto foi um inevitável decréscimo do número de povos subjugados e transformados em mão-de-obra, disponível ao belo prazer de uma sociedade romana, sempre pronta a vincar a sua supremacia, sem olhar a quem, com isso, era lesado.

Ainda assim, apesar de em número menor, durante o principado de Tibério ocorreram algumas campanhas contra outros povos, cujo contributo para as provisões das existências de escravos foi relevante. Referimo-nos aqui às campanhas contra as tribos Germânicas dos Queruscos, Catos e Agrivários, aquando da permanência de Germânico no comando das legiões, e às campanhas contra os Numídios e os Trácios.

Entre estas tribos atacadas estava espalhada a ideia de que o destino último dos que

social.

⁷² A difusão da cultura romana constituía também um modo de expansão, tornando-se numa outra forma de demonstração da supremacia e domínio do poder romano.

⁷³ Tác. *Ann.* I.11.

eram feitos prisioneiros dos romanos seria a escravatura, de modo que a reacção daquelas, ao sentirem-se ameaçadas pelos ataques romanos, era lutar pela sua liberdade, insurgindo-se contra o facto de terem de prestar serviço aos romanos, como o fizeram as tribos da Trácia, em 26 d. C.:

*“Causa motus super hominum ingenium, quod pati dilectus et ualidissimum quemque militiae nostrae dare aspernabantur,(...)”*⁷⁴.

Se, por algum motivo, a liberdade não fosse conquistada, mais forte seria o desejo de que a morte chegasse rapidamente, como pensavam Armínio e os chefes das tribos Germânicas:

*“Meminissent modo auaritiae, crudelitatis, superbiae: aliud sibi reliquum quam tenere libertatem aut mori ante seruitium?”*⁷⁵.

Para os povos destas tribos, e provavelmente para muitos outros que, ao longo das campanhas romanas, iam sendo conquistados e para quem escravatura se anunciava como fim previsível, a morte parecia o melhor caminho a escolher.

Ainda que não conheçamos o pensamento predominante destas tribos, as razões da preferência pela morte em lugar da escravatura parecem ser óbvias.

Não seria certamente agradável ser-se passeado pelas ruas de Roma, numa procissão triunfal, entre outros troféus de guerra. A exibição a toda a população romana era a evidência de que, daí em diante, toda a dignidade estava perdida. Alguns dos elementos das tribos Germânicas, vencidas por Germânico, conheceram essa humilhação, aquando da procissão comemorativa do triunfo deste general, a 26 de Maio do ano de 17 d. C.:

*“Vecta spolia, captiui, simulacra, montium fluminum, proeliorum;”*⁷⁶.

Ser escravizado, destino irremediável para alguns, não tinha como consequência apenas o sentimento de humilhação, que esta cena ilustra, e que seria, daí em diante,

⁷⁴ Tác. *Ann.* IV. 46.

⁷⁵ Tác. *Ann.* II.15.

inerente à condição a que seriam subjugados.

Um cativo de guerra estava sujeito a perdas irremediáveis, não apenas materiais, mas também afectivas: os laços com a tribo de origem estavam desfeitos, a família da qual fazia parte era destroçada, com poucas probabilidades de se voltar a reunir e possivelmente não voltaria a ver a sua mulher, nem os seus filhos. Estes podiam ser feitos escravos, quer para Roma, quer para outra qualquer parte do Império, e se porventura a mulher do derrotado da guerra estivesse grávida, aquando da sua ida para cativeiro, a criança que estava para nascer era imediatamente considerada escrava, tal como aconteceu com o filho de Armínio:

*“Arminium, super insitam uiolentiam, rapta uxor, subiectus seruitio uxoris uterus uaecordem agebant;”*⁷⁷.

Assim, uma vez escravo, rompia-se com o passado e em breve descobrir-se-ia que, em muitos aspectos, o futuro deixaria de existir, como se poderá inferir através da análise do quotidiano destes habitantes da cidade de Roma.

O manancial de escravos não se esgotava com as campanhas contra outros povos. Convém que não esqueçamos que, anteriormente ao principado de Tibério, Roma tinha já um passado de conquistas bastante vasto; a escravatura não era algo recente, mas um conceito e uma forma de vida bastante arraigada entre os romanos, de tal forma que as relações sociais entre escravos se haviam desenvolvido de uma forma natural.

Mesmo que não fosse possível o casamento legal entre escravos, a existência de relacionamentos entre escravos e escravas, o chamado *contubernium*, era uma realidade; assim como se tornaram inevitáveis os relacionamentos, já por nós referidos, entre escravas e os seus amos⁷⁸. Ambos os tipos de relacionamentos davam os seus frutos proporcionando, assim, uma fonte inesgotável de homens e mulheres que, ainda que nascidos na cidade, por serem filhos de escravos estão também escravizados, aumentando a

⁷⁶ Tác. *Ann.* II.41.

⁷⁷ Tác. *Ann.* I.59.

⁷⁸ A exploração sexual de escravos de ambos os sexos era um lugar comum entre os romanos, assim como manter relacionamentos com as escravas da *familia*. Se os houvesse, os filhos nascidos desses relacionamentos, os *uernae*, podiam continuar na *familia*, sendo tratados com alguma deferência, relativamente a quaisquer outros escravos; ou se vendidos, atingindo um valor superior ao dos restantes escravos.

percentagem que contribuía para que Roma fosse uma sociedade de escravos.

Mas não são estas as únicas origens dos habitantes escravizados que existiam na *Vrbs*. Menos referidos por Tácito, para além da escravização de cidadãos romanos em resultado de um acto criminoso, há também dois fenómenos que contribuem com uma parte para a existência desta mercadoria servil⁷⁹.

Estes fenómenos, aos quais nos referiremos em seguida, prendem-se com um mesmo aspecto: a degradação das condições de vida na cidade de Roma, ao longo dos tempos.

Se tivermos em atenção o relato que Tácito nos faz da época de Tibério, somos confrontados com uma série de providências tomadas por este Imperador, durante a sua estadia no poder, e que se prendem com uma tentativa de melhorar o nível de vida do Império. Para além da, já conhecida desde o início do principado, distribuição gratuita de trigo a parte da população (*frumentatio*), a existência de outras medidas tomadas por Tibério, em 19 d. C., para combater a fome, que grassava um pouco por todo o Império, são um exemplo e um indicador do modo de vida que levariam os menos abastados:

*“Saeuitiam annonae incusante plebe statuit frumentum pretium quod emptor penderet binosque nummos se additurum negotiatoribus in singulos modios.”*⁸⁰.

Assim, quando comparada com a vida dos elementos pertencentes às classes inferiores, a vida de um escravo pareceria mais agradável, sobretudo a de um escravo cidadão⁸¹. É que os indivíduos das ordens inferiores, como os peregrinos ou os *dedictícios*, mesmo não sendo escravos, não estavam na posse da cidadania romana plena, nem dos direitos que com esta se podiam alcançar, importantes para a sua afirmação, enquanto membro da sociedade romana, e para a aquisição de alguma independência em relação a homens de poder.

Entre os homens livres, havia uma grande parte que não possuía esta benesse, como

⁷⁹ No início da época imperial, os cidadãos condenados à escravatura perdiam os seus direitos cívicos e podiam ser forçados a trabalhar nas obras públicas, cf. Suet. *Aug.* 24.

⁸⁰ Tác. *Ann.* II.87. Ao estabelecer preços fixos, Tibério impedia que a especulação levasse os cereais a atingir preços impraticáveis para as classes mais desfavorecidas; ao mesmo tempo zelava para que os vendedores não sofressem com esta medida, atribuindo-lhes subsídios.

⁸¹ Os escravos rurais ou os que haviam sido destinados ao trabalho nas minas tinham uma vida bastante mais dificultada e árdua do que os que habitavam a *Vrbs*.

por exemplo, os latinos júnios, os peregrinos e os *dedictícios* (termo utilizado por Marcel Le Glay, Jean Louis Voisin e Yann Le Bohec para designar uma das classes de libertos que existia em Roma, na altura imperial) que ali viviam e que, ao contrário dos cidadãos, não possuíam direitos civis nem políticos⁸².

Desta forma a proximidade existente entre estes dois grupos (escravos, por um lado, peregrinos, latinos júnios e *dedictícios*, por outro) era maior do que fazia crer a divisão por ordens, vigente na sociedade romana desta época⁸³.

A atracção que a escravatura exercia sobre estes indivíduos das ordens inferiores relacionava-se, sobretudo, com um acesso mais facilitado à alimentação e com uma melhor qualidade de vida. Sabendo que alguns senhores teriam um escravo para cada tarefa específica, como é o caso do escravo destinado exclusivamente a vestir o seu *dominus*, ou a penteá-lo, não é difícil presumir que a quantidade de afazeres de cada um destes escravos seria reduzida. A vida passava a ser vivida de modo mais ocioso e, para além disso, as necessidades básicas, como alimentação, vestuário e a habitação estavam garantidas.

Para além deste aspecto, só por si bastante apelativo, os elementos destas ordens inferiores podiam, ao oferecerem-se para serem vendidos como escravos, colocar no seu horizonte o alcance da cidadania romana e dos direitos a ela inerentes. Esta ambição tornava-se mais plausível sobretudo para os *dedictícios*. Contudo, sabemos que esta relação causa-efeito poderia não funcionar de acordo com as previsões iniciais, já que nem todos os escravos de uma *familia* eram libertados e, para que se beneficiasse dos direitos pretendidos, era necessário que a libertação fosse formal⁸⁴.

⁸² Estas camadas sociais eram compostas respectivamente por: indivíduos irregularmente libertos; homens que, após terem sido castigados pelos seus amos, através das formas enunciadas na *Lex Aelia Sentia* (cerca de 4 d.C), fossem manumitidos por esse mesmo amo sem que lhes fosse atribuída cidadania romana; e homens livres cuja categoria era tão inferior que nunca se poderiam tornar cidadãos. Mais tarde, uma lei de Tibério, a *Lex Iunia* (19 d. C.) proporcionou direitos latinos aos libertados enquanto jovens ou por métodos informais. GLAY, Marcel Le, et alii. *Histoire Romaine*, Paris: Presses Universitaires de France, 1991, 197.

⁸³ Dentro das ordens inferiores, existentes no principado de Tibério, era possível encontrar os *serui*, os *ingenui* (cidadãos nascidos de progenitores livres), os *dedicticii*, os *peregrini* e os *liberti*. É ao nível destes três últimos que encontramos diferenças importantes em termos jurídicos: a classe dos *liberti* englobava os *ciues* (homens que foram libertados de forma legal, isto é, por testamento, ou pelo bastão, e que, por isso, beneficiavam de *ius conubium*, *ius commercium* e *ius suffragiorum*, estando contudo afastados do *ius honorum*); existiam depois os que não foram libertados formalmente, os quais se designam por *Latini* (homens que, a nível jurídico, tinham apenas o *ius commercium*). Os *peregrini* eram homens que não tinham direitos de cidadãos romanos, mas que gozavam de benefícios do *ius gentium*. Finalmente, os *dedicticii* eram homens livres que nunca poderiam vir a ser cidadãos romanos. Cf. SMITH, William. *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. London: John Murray, 1875, 291-293.

⁸⁴ Cf. p. 64 deste trabalho para a descrição dos diferentes modos de libertação formal existentes no principado de Tibério.

Deste modo, a escravatura podia ser um meio indirecto de atingir direitos como o casamento legítimo (*conubium*) e o voto, entre outros.

O segundo dos fenómenos, que enumerámos anteriormente como ocasionador da existência desta mercadoria servil, está também relacionado com o abismo existente entre as ordens superiores e as inferiores, nomeadamente no que respeita a qualidade de vida de cada uma delas. Trata-se do abandono infantil, praticado, não só mas sobretudo, por famílias com maiores dificuldades económicas.

Não só a população de Roma, mas também outros povos espalhados pelo Império, que dependiam do poder de Roma, eram atingidos pela pobreza e pela falta de condições. Em Roma, uma das razões era a elevada densidade populacional e a dependência, estabelecida com as províncias relativamente a bens tão essenciais como os cereais, que impedia uma melhor qualidade de vida; nas províncias, a qualidade de vida piorava devido, sobretudo, à exploração a que a capital do Império submetia os povos, sujeitando-os a tributações demasiado onerosas para a sua capacidade, como sucedeu com os Frísios, uma tribo da Germânia:

*“Eodem anno Frisii, transrhenanus populus, pacem exuere, nostra magis auaritia quam obsequii impatientes. Tributum iis Drusus iusserat modicum pro angustia rerum, ..., donec Olennius e primipilaribus regendis Frisiis inpositus terga urorum delegit, quorum ad formam acciperentur.”*⁸⁵.

Esta subjugação suscitou nos Frísios, a colocação da hipótese de entregar as mulheres e crianças da sua tribo para a escravidão:

*“Ac primo boues ipsos, mox agros, postremo corpora coniugum aut liberorum seruitio tradebant.”*⁸⁶

Desta forma, quer para o povo de Roma, quer para os povos do restante Império, o abandono, ou a venda, das crianças a um negociante de escravos seria, em última alternativa, uma solução para enfrentar as dificuldades dos tempos.

⁸⁵ Tác. *Ann.* IV.72.

⁸⁶ Idem.

2. O mercado Romano de escravos

Uma vez inserida na ronda de comercialização de escravos, a criança perdia, com quase toda a certeza, o fio que a ligava à teia da sua família de origem e à liberdade, pois a venda de escravos espalhava-se por todo o território imperial e a possibilidade de uma criança de Roma ser vendida para outro ponto do Império não estava colocada de parte.

Para serem comprados, os escravos eram expostos publicamente nos *fora*, nus, não só para que fossem visíveis quaisquer defeitos físicos, mas também para que os compradores pudessem avaliar a sua robustez, levando, se necessário, alguém especializado (normalmente um médico) para o fazer.

Esta avaliação era um modo de certificar as informações, dadas pelo comerciante de escravos, que normalmente estavam colocadas ao pescoço do escravo, inscritas numa espécie de etiqueta (*titulus*) em pergaminho.

Qualquer defeito físico poderia funcionar como impedimento à compra do escravo, dependendo da função que se lhe quisesse atribuir ou, por outro lado, impedimento ao lucro do vendedor, que se veria obrigado a baixar o preço daquele escravo. Não se sabe, contudo, quais os preços que um escravo poderia atingir durante o período de poder de Tibério, uma vez que a compra e venda funcionavam como um leilão em que cada um licitava de acordo com as suas possibilidades.

Também de grande importância para a venda do escravo eram as informações acerca do seu carácter, sobretudo se tinha propensão para fugir ou para se suicidar. Estas características diminuíam o valor do escravo e exigiam cuidados extra por parte do amo.

Desta forma, não se pode dizer que o preço dos escravos dependesse totalmente das forças de mercado, isto é, da lei da oferta e da procura, no seu sentido tradicional. Estas leis de mercado, tal como as conhecemos, pressupõem que os bens transaccionáveis sejam semelhantes entre si, o que, no caso dos escravos, claramente não acontece. É quase como se cada escravo fosse preencher um nicho de mercado específico. Havia uma diferenciação muito grande entre os vários bens que se apresentavam, neste caso os escravos, e as várias necessidades dos compradores de escravos⁸⁷.

O valor pago pelos compradores aos comerciantes de escravos contava já com um

imposto, a *quingagesima*, que os comerciantes teriam de pagar posteriormente. Tratava-se de uma percentagem, fixada no tempo de Augusto em dois por cento, sobre o preço pelo qual o escravo havia sido vendido e que se teria mantido nos dois por cento durante o principado de Tibério.

Tácito apenas nos dá a conhecer este imposto, a propósito da sua abolição, durante o relato que faz da época de Nero e, de acordo com o historiador, quando este Imperador promoveu a extinção da *quingagesima*, o seu valor situava-se nos quatro por cento sobre a venda de escravos:

*“Manet tamen abolitio quadrangesimae quingagesimaeque et quae alia exactionibus illicitis nomina publicani inuenerant.”*⁸⁸.

Tendo em conta que a política seguida por Tibério ia no sentido de manter todas as directivas traçadas pelo seu antecessor, não nos parece que tivesse sido Tibério o responsável pelo aumento da *quingagesima*, embora não tenhamos provas em contrário.

Poderíamos pensar que com alguma facilidade os comerciantes não pagariam este imposto, uma vez que, sendo o preço dos escravos feito em leilão, seria difícil avaliar a quantia exacta de imposto a pagar. Porém, não nos devemos esquecer de que este comércio era supervisionado pelos *aediles*, de modo que o controlo deveria ser apertado e a possibilidade de fuga ao imposto seria difícil.

Ainda quanto ao valor que os escravos poderiam atingir, verificava-se outra situação: a existência de um mercado paralelo de venda de escravos. Este funcionava em privado e nele apenas estavam disponíveis escravos de qualidade superior, ou detentores de qualidades específicas; em alguns casos, ainda, a bitola situava-se mais ao nível da beleza física do escravo; também os eunucos eram bastante apreciados, considerados de alto valor pela sua fidelidade ao amo, pela sua aparência jovem e beleza efeminada, como comprova um rumor contado por Tácito relativamente a Lígdo, o eunuco de Sejano, do qual este se aproveita, usando-o como cúmplice no assassinato de Druso:

“Corrupta ad scelus Liuia Seianum Lygdi quoque spadonis animum stupro

⁸⁷ A fixação de preços legais para os escravos surge, posteriormente, com Justiniano.

⁸⁸ Tác. Ann. XIII.51.

uinxisse, quod is aetate atque forma carus domino interque primores ministros erat;”⁸⁹.

3. Os quotidianos dos escravos

Depois de adquirido, a sorte do escravo era traçada consoante o seu comprador, já que a vida poderia ser bastante diferente consoante o seu destino.

Se fosse comprado para escravatura pública, neste caso, em muitos aspectos, a vida estaria facilitada.

O escravo público era seleccionado para o trabalho nas obras públicas, como as estradas ou os aquedutos, mas podia também vir a ser parte daquilo que hoje em dia são os nossos bombeiros, os *triumviri nocturni*, cujo dever era apagar fogos nocturnos; trabalhar em prisões, ser mensageiro, trabalhar nos banhos públicos, tomar conta de lojas, de templos, entre outros.

Para além disso, os escravos públicos eram frequentemente nomeados para servir homens de condição superior, como o eram os magistrados e os sacerdotes, assistindo-os nas suas funções públicas e participando, desta forma, em assuntos de Estado com alguma importância.

A presença junto dos cidadãos mais influentes e o seu trabalho nestes locais públicos tornava-os menos passíveis quer de serem vendidos, gozando por isso de uma maior estabilidade, quer de serem controlados, como o eram os escravos particulares; para além disso, podiam reunir-se em *collegia* e ganhar prestígio e benefícios⁹⁰.

Relativamente aos outros escravos, os públicos tinham a vantagem de poderem reunir alguns bens sobre os quais detinham propriedade e estarem mais perto da obtenção de liberdade do que qualquer outro escravo.

Entre estes escravos públicos, encontramos os escravos da casa imperial, muitos deles utilizados desde Augusto em departamentos, semelhantes aos nossos actuais ministérios ou secretarias, como o da correspondência oficial ou o da justiça. No entanto, à grande maioria eram atribuídas tarefas menores, semelhantes às de qualquer outro escravo privado, como camareiro, cozinheiro, ou criado de mesa, como o que estava presente no

⁸⁹ Tác. Ann. IV.10.

⁹⁰ Os *collegia* eram associações de determinados grupos em torno de motivos populares ou religiosos e que teriam por objectivo contribuir para o bem estar dos seus associados no contexto dos motivos referidos, como acontecia com os *collegia* funerários, cujo objectivo era proporcionar um *funus* digno aos seus membros.

jantar dado por Tibério, que levantou, em Agripina, suspeitas de que o Imperador a queria envenenar:

*“Aucta ex eo suspicio Agrippinae, et intacta ore seruis tramisit”*⁹¹.

Os escravos privados, presentes em quase todas as casas romanas, viviam também de acordo com as suas competências. Na *domus*, havia inúmeras tarefas à espera de um escravo; desde o mais básico, como ajudar o amo na higiene diária, ao mais complexo, que seria um trabalho ao nível intelectual, como o de letrado; ou ainda um trabalho de maior responsabilidade, como o de empregado de escritório ou contabilista dos negócios do seu amo.

Assim, de acordo como o que foi dito por Keith Bradley, e já aqui por nós citado, relativamente à responsabilidade no desenvolvimento da economia romana, podemos reafirmar que é aos escravos que cabe a maior parte do trabalho de manter a economia romana a funcionar, são eles os principais responsáveis pelo aprovisionamento de serviços, pela actividade comercial, por muita da actividade artesanal que adornava as casas romanas e, inclusive, pela alimentação dos habitantes de Roma.

Aos escravos apenas está legalmente vedada a participação nos altos cargos públicos e na vida militar, pois para tudo o resto o trabalho escravo é necessário. Desta forma os romanos afastam as *res*, que fazem parte do seu quotidiano, de lugares estratégicos e de destaque. Porém, na sua função na retaguarda, como motor da economia, os escravos têm um papel tão importante (e igualmente ignorado) como o daqueles que vão à frente da máquina romana.

3.1. A relação entre *serui* e *domini*

O quotidiano dos escravos na sociedade romana não poderá ser analisado sem que se tenham em conta condicionantes como os modos de convivência entre estes e os seus amos, bem como o alcance social assumido pela figura dos *domini*. Estes factores são importantes na medida em que poderão ditar o grau da qualidade de vida a que um escravo estaria sujeito.

É comum associarmos a imagem tradicional do escravo, como um ser maltratado, sem direitos e com condições de vida bastante precárias, aos escravos da *familia*. Na verdade, a mentalidade romana não concebia a escravatura sem a exploração, sem o não reconhecimento de direitos e sem punições, que podiam ir desde a simples despromoção às punições corporais.

Os amos apenas teriam de satisfazer as necessidades básicas dos escravos e estas eram apenas constituídas pela *habitatio*, que consistia na disponibilização de uma cela, onde os escravos poderiam dormir; pelo *uestitus*, ou seja, era o amo quem assegurava que o escravo tivesse indumentária, geralmente uma túnica semelhante à do amo, que seria de linho ou de lã, consoante a época do ano; e pela *cibaria*, a alimentação, que incluía água, azeite, sal, uvas, vinho e uma massa designada por *pulmentarium*, cujos ingredientes se alteravam de acordo com a estação do ano em que se estava.

Mesmo sendo tão poucas as necessidades que os amos teriam de satisfazer face aos escravos, compreende-se que, devido ao grande número de escravos que por vezes haveria em certas casas, esta tarefa se tornasse complicada em termos de logística.

Do mesmo modo, tendo em conta o cada vez maior número de pessoas dependentes de um amo e o acréscimo de habitantes de Roma, o mais natural seria que, em anos menos férteis em termos de colheitas, sobretudo de cereais, quem primeiro sentisse a fome fossem os escravos.

Contudo, estas dificuldades relacionadas com as necessidades básicas do ser humano, não eram sentidas de modo igual por todos, já que entre os escravos haveria, à semelhança da própria organização social romana, uns mais influentes do que outros, não só devido às tarefas que executavam, mas também devido à projecção social do amo. A título de exemplo, podemos dizer que o camareiro do Imperador se considerava superior ao camareiro de um magistrado, estes sentiam-se superiores relativamente aos escravos que tinham sido enviados para a *uilla*, com a função de cuidarem da propriedade do seu amo, e assim por diante.

Assim, a população servil, dividida consoante as capacidades individuais dos escravos, estava também balizada por estratos de maior ou menor importância, em função da importância dos amos de cada escravo. Tácito admite esta situação, ao referir um episódio em que o facto de se conhecer um simples porteiro trazia alguma importância:

⁹¹ Tac. *Ann.* IV.54.

“...*libertis quoque ac ianitoribus eius notescere pro magnifico accipiebatur.*”⁹².

Contudo, a relevância deste episódio, esclarecedor de como a importância do amo se reflectia no escravo, só sobressai quando ficamos a saber que os porteiros, referidos por Marco Terêncio, são de Sejano, o homem que, na altura a que se reporta este discurso, gozava de grande influência junto do Imperador⁹³.

Esta diversidade de importâncias e ocupações, se por um lado beneficiava indivíduos, por outro lado prejudicava o todo que era a população servil, pois, de acordo com o que refere Keith Bradley quanto ao estatuto jurídico comum entre escravos, a inexistência de uma consciência colectiva desta comunhão de estatutos eliminava o sentido de classe entre os escravos⁹⁴.

A grande diversidade de características como, entre outras, poderiam ser a origem e a ocupação, contribui em larga medida para a inexistência de uma classe servil. O prejuízo deste aspecto é apenas para os escravos, já que a consciencialização da pertença a um grupo tornaria mais fortes os que, junto dos romanos, não são considerados como seres que pensam ou sentem, ficando imediatamente justificada a ausência de um maior número de revoltas servis.

Os escravos, não tendo direitos nem poderes, não podiam desobedecer à vontade do seu amo, encontrando-se subjugados ao domínio daquele pelo destino, tal como mais tarde os juristas romanos definiram⁹⁵.

A naturalidade com que os romanos encaravam a escravatura, a relação que estabeleciam entre escravatura e gente sem valores de *pietas*, nem de *fides*, e a noção de escravatura como símbolo de humilhação, degradação e, talvez até, de mácula, influi no modo violento com que os escravos eram tratados.

A violência de que falamos não é apenas a violência a que Keith Bradley se refere quando diz que “na mentalidade romana havia uma forte relação entre escravatura e violência”; uma mentalidade que, no séc. III d.C, ainda se reflecte nas leis de Ulpiano que

⁹² Tác. *Ann.* VI. 8.

⁹³ Marco Terêncio era um cavaleiro romano que é acusado por ser amigo de Sejano. No discurso em causa, Marco Terêncio defende-se perante o Senado, defendendo a sua amizade àquele que foi o conspirador, por excelência, do principado de Tibério.

⁹⁴ BRADLEY, Keith. *Key Themes in Ancient History. Slavery and Society at Rome*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 72.

⁹⁵ *Digesta Iustiniani* 1.5.4.1.

permitem o abuso físico e o ferimento aos escravos em qualquer altura⁹⁶. Esta violência, que Keith Bradley alia à mentalidade romana, está sobejamente presente em Roma, não só durante os anos em que Tibério se manteve no poder, mas em toda a história de Roma.

O exercício do poder sobre os escravos pela força e pela violência não é mera lenda, a literatura latina refere-o com uma frequência que o comprova⁹⁷. O resultado são escravos chicoteados, agrilhoados, crucificados, torturados e vítimas de outras sevícias que só param onde pára a imaginação de quem as aplica. Quer fosse no âmbito de cada *domus* romana, quer a nível público, a violência era uma certeza para os escravos.

Contudo, não são relatos de violência inflingida aos escravos no interior da *domus* que Tácito faz chegar até nós. O que o historiador conta acerca da violência para com a classe servil é do domínio público, passa-se com o conhecimento e o aval de todos, inclusive o de Tibério, e é um procedimento previsto pelos tribunais romanos. Referimo-nos à tortura, da qual eram vítimas os escravos de quem estivesse a ser julgado, e que, entre os anos 14 d. C. e 37 d. C., atingiu os escravos de, entre outros, Libão Druso (*Ann.* II.30), Gaio Silano (*Ann.* III.67), Sejano (*Ann.* IV.11) e Víbio Sereno (*Ann.* IV.29) e, apesar de Tácito não fazer referência ao modo como era aplicada a tortura (*tormentum*), a utilização de castigos como o chicote (*flagrum*) seria bastante plausível.

Uma vez sob julgamento, os acusados poderiam contar com testemunhas em seu favor, da qual também os escravos fariam parte, excepto se da acusação pudesse resultar a pena capital, como teria sido o caso de Libão Druso, se este não se tivesse suicidado (*Ann.* II.30)⁹⁸.

Relativamente a esta excepção, ditada por um antigo decreto, Tibério, tendo sido confrontado com a impossibilidade de torturar os escravos de Libão Druso, decide contornar o édito e vende os escravos ao agente do tesouro público (*actor publicus*), de modo a que estes pudessem testemunhar no caso do seu ex-amor. É mais uma faceta deste Imperador, que Tácito nos apresenta nas suas palavras:

“*Et quia uetere senatus consulto quaestio in caput domini prohibebatur, callidus et*

⁹⁶ BRADLEY, Keith. *Key Themes in Ancient History. Slavery and Society at Rome*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999, 4.

⁹⁷ Marcial, Plauto e Terêncio, entre outros, são autores que inserem nas suas obras a figura do escravo soado pelo amor em situações ridicularizantes, mas que reflectiam a realidade do quotidiano servil.

⁹⁸ A utilização da expressão “pena capital” aqui prende-se com a pena que implica perda de vida e não com o sentido, também comum entre os romanos, e referido na nota 11, de perda de direitos de cidadão.

noui iuris repertor Tiberius mancipari singulos actori publico iubet, scilicet ut in Libonem ex seruis saluo senatus consulto quaereretur.”⁹⁹.

Tibério contornou as regras vigentes, “inventando novas leis”, de modo a conseguir atingir os seus objectivos, neste exemplo, eliminar alguém que não lhe agradava; mais tarde, volta a tomar a mesma atitude durante o julgamento de Gaio Silano:

*“Seruos quoque Silani, ut tormentis interrogarentur, actor publicus mancipio acceperat.”*¹⁰⁰.

Agora, Tibério vai mais longe e atribui a Silano acusações de traição que dificultarão a presença de testemunhas abonatórias. Em ambos os casos é evidente a forma como os escravos não são tidos em linha de conta e como é ignorada a sua vontade própria, inclusive pelo historiador que não faz qualquer relato acerca da reacção dos escravos, nestas situações.

Assim, quanto à utilização de escravos como testemunhas, verificamos que a única diferença entre estes e quaisquer outras testemunhas livres era sublinhada pela existência de uma contrapartida que dizia que, se os escravos não fossem interrogados sob tortura, o seu testemunho não seria admissível. Esta diferença torna-se também visível, quando Tácito, a propósito da descrição das tarefas de Macro, faz uma simples diferenciação entre o papel dos livres e o dos escravos enquanto testemunhas. Assim, enquanto que para os livres se utilizam as palavras “testemunha” (*testium*) e “interrogação” (*interrogationi*), para os escravos, nenhuma destas palavras é mencionada, apenas se fala em “tortura” (*tormentis*).

*“Sed testium interrogationi, tormentis seruorum Macronem praesidis commentarii ad senatum missi ferebant,...”*¹⁰¹.

Quanto a nós, ainda que corramos o risco de dar uma justificação demasiado simplista, tanto a utilização do testemunho dos escravos, como a contrapartida exigida para

⁹⁹ Tác. *Ann.* II.30.

¹⁰⁰ Tác. *Ann.* III.67.

a validade do mesmo testemunho poder-se-iam prender com o tipo de consideração que os romanos tinham pelo escravo e também com o dever de lealdade que os escravos tinham para com os seus amos.

Desta forma, pensamos que o facto de um escravo ser torturado é significativo da imagem de “coisa” (*res*) sem dignidade e valores que este tem junto dos romanos, isto é, parte-se do princípio que apenas sendo torturado o escravo poderá dizer a verdade.

Por outro lado, o facto de o escravo testemunhar em favor do seu amo era prova suficiente de lealdade para com este, assim como o seria manter o testemunho de defesa sob a tortura. Se para uns esta atitude era uma obrigação, tal como o era ajudar o amo aquando de, por exemplo, uma tentativa de assassinato, sob pena de execução, se não o fizessem; para outros, tratava-se de um exemplo de perseverança, ou teimosia (*tormenta peruicacia seruorum*), que se repetia com alguma frequência¹⁰².

Exemplo destas provas de lealdade e teimosia é o que dão os escravos de Víbio Sereno, que em resultado da tortura infligida sobre si, frustraram as esperanças que o acusador, o próprio filho de Sereno, tinha de o condenar, resultando na libertação do acusado:

*“Sed hi quidem statim exempti: in patrem ex seruis quaesitum, et quaestio aduersa accusatori fuit.”*¹⁰³.

Estes resultados dos interrogatórios aos escravos foram, a certa altura, motivo de desilusão para os que acusavam, os *accusatores*, pois começava a verificar-se que a tortura era ineficaz para a obtenção dos resultados desejados. A fidelidade ao amo, demonstrada pelos escravos, era pouco benéfica para estes acusadores, que perseguiram o prémio relativo às acusações bem sucedidas, e que também corriam o risco de serem punidos, caso a acusação fosse falsa:

“Et Considius Aequus et Caelius cursor equites Romani, quod fictis maiestatis criminibus Magium Caecilianum praetorem petiissent, auctore principe ac decreto

¹⁰¹ Tác. *Ann.* VI.47.

¹⁰² Tác. *Ann.* IV.29.

¹⁰³ Idem.

senatus puniti.”¹⁰⁴.

Se até aqui nos temos apenas vindo a referir aos interrogatórios dos escravos e ao seu resultado, enquanto exemplo de lealdade dos escravos; é agora altura de nos virarmos para o outro lado da medalha das interrogações e da tortura aos escravos: a imagem de ausência de valores e dignidade que os escravos tinham junto dos romanos.

Muitas vezes, foi esta imagem a responsável pelos castigos físicos, alguns dos quais já referidos; pela alienação social, que vedava ao escravo a participação na vida social, religiosa e política da cidade¹⁰⁵; e pelo desrespeito pessoal a que os escravos romanos foram votados, como por exemplo, os abusos sexuais, que faziam a principal distinção entre mulheres livres e escravas¹⁰⁶.

A mulher escrava também pertencia àquele grupo de pessoas despojadas de dignidade e valores, não havia necessidade de respeitar a sua honra, a submissão ao amo seria a característica merecedora de maior louvor; estas mulheres tinham ainda de suportar o ódio das matronas e, muito possivelmente, as cruéis consequências deste ódio, traduzidas em castigos.

Contudo, é necessário fazer a ressalva de que os castigos atribuídos aos escravos podiam também atingir qualquer cidadão ou homem livre, como Mânio Lépidio sugeriu que fossem atribuídos a Clutório Prisco, em resultado da sua traição¹⁰⁷; e que os abusos sexuais, por parte de alguém com um poder superior, como o próprio Imperador, também eram passíveis de ser sofridos pelos livres¹⁰⁸.

Relativamente a esta ressalva, torna-se também interessante verificar, não só, o papel que os escravos do Imperador têm nestas atitudes do seu amo, mas também, a indignação com que Tácito relata o acontecimento, fazendo-nos pensar se a indignação se relaciona apenas com a luxúria de Tibério, ou se também se reportaria ao facto de as

¹⁰⁴ Tác. *Ann.* III.37.

¹⁰⁵ Para além da já referida impossibilidade de votar, os escravos não podiam participar em todos os rituais religiosos. Quando dizemos em todos, fazemo-lo porque no calendário romano estavam contemplados três festivais realizados exclusivamente para os escravos: os *Saturnalia*, em Dezembro, as *Feriae Ancillarum*, em Julho, e o *Seruorum Dies Festus*, em Agosto.

¹⁰⁶ No anterior capítulo referimos o modo como os romanos transformavam as suas mulheres em seres submissos, mas vimos também que a mulher livre tinha ganho algum poder, tendo a possibilidade de se divorciar, e que a honra e dignidade eram das características mais nobres e merecedoras de respeito que uma mulher poderia ter.

¹⁰⁷ Tác. *Ann.* III.50.

¹⁰⁸ Tác. *Ann.* VI.1.

vítimas do Imperador serem cidadãos livres e de aquele ser ajudado a concretizar os seus intentos por escravos.

Esta nossa última suposição ganha sentido, apenas quando confrontada com a opinião geral acerca da escravatura que os romanos tinham e da qual Tácito deve ter partilhado, isto porque, de acordo com os autores Michael Massey e Paul Moreland, o historiador, na obra *“Dialogus de Oratoribus”*, refere como um problema o confiar crianças a escravos, seres inúteis cuja influência é má:

“Nam pridem suus filius, ex casta parente natus non in cellula emptae nutricis, sed gremio ac sine matris aducabantur cuius praecipua laus erat ...

... At nunc natus infans delegatur Graeculae alicui ancilae an adiungitur unus aut alter ex omnibus seruis...”¹⁰⁹.

Feitas as ressalvas, dirigimos agora a nossa atenção para as possíveis consequências deste tratamento ministrado aos escravos.

Anunciado, já desde os anos em que Augusto se mantinha no poder, e pairando, desde sempre, sobre a sociedade romana estava o perigo das revoltas servis, porque a não ser reprimido pela força, a população servil tinha uma aptidão natural para perturbar a ordem:

“(...) mox rerum potitus ob magnitudinem populi ac tarda legum auxilia sumpsit e consularibus qui coaceret seruitia et quod ciuium audacia turbidum, nisi uim metuat.”¹¹⁰.

Durante o relato de Tácito, no décimo ano do principado de Tibério (24 d. C.), é mencionado um acontecimento, devido a um ex-soldado da guarda pretoriana, Tito Curtísio, e que envolve um número aparentemente grande de escravos numa luta pela liberdade.

“Eadem aestate mota per Italiam seruillis belli semina fors oppressit.”¹¹¹.

¹⁰⁹ MASSEY, Michael & MORELAND, Paul. *Slavery in Ancient Rome*, Walton-on-Thames: Nelson, 1992, 40; Tác. *Dial.* 28 e 29.

¹¹⁰ Tác. *Ann.* VI.11.

¹¹¹ Tác. *Ann.* IV.27.

Mesmo não nos sendo revelado o motivo pelo qual Tito Curtísio terá semeado a sedição, o relato é útil pela informação que dá acerca do modo como poderia uma revolta servil facilmente acontecer. Um factor decisivo para o quase sucesso deste embrião de revolta foi a escolha de homens feita pelo instigador, pois se a vida dos escravos de cidade tinha todas as desvantagens, acerca das quais temos vindo a falar, a dos escravos do campo era, em certos casos, ainda mais difícil, já que aos comuns maus-tratos vinha juntar-se a dureza de alguns trabalhos rurais.

Estas “sementes de guerra servil”, ainda que tivessem provocado, em Roma, uma reacção de receio face ao número cada vez mais diminuto de população nascida livre, não obtiveram um eco directo na alteração das condições de vida dos escravos, assim como não o tiveram os casos de fuga e mesmo suicídio.

Eram visíveis algumas mudanças, que já se haviam começado a efectuar no principado de Augusto, como a *Lex Petronia*, ou a concessão de direitos de asilo, que, com Tibério, caíram num certo marasmo¹¹². Através do relato de Tácito, sabemos que o Imperador poucas medidas tomou para melhorar as condições da vida servil, delegando inclusive para a deliberação do Senado questões como a atribuição de direitos de asilo que haviam sido distribuídos pelas cidades asiáticas e gregas. Confrontado com o assunto, o Senado delibera que sejam apresentadas justificações válidas para a atribuição daquele direito, cujo grande número de beneficiários vinha colocar algumas dificuldades à execução da justiça:

“*Igitur placitum ut mitterent ciuitates iura atque legatos.*”¹¹³.

Face a esta resposta do Senado, surgem representantes de províncias como Éfeso, Magnésia, Afrodísia, Hierocesareia, Chipre e Estratoniceia, entre outras, que vêm justificar a existência de direitos de asilo para os seus templos, ligando-os a divindades e a acontecimentos importantes¹¹⁴.

¹¹² Com a *Lex Petronia*, Augusto tinha proibido a utilização sem regras de escravos para lutas de morte com animais, nas arenas; os direitos de asilo não são uma inovação de Augusto, mas algo que existia já na civilização grega: tratava-se atribuir a certos locais sagrados, como templos e altares, a distinção de proteger quem se refugiasse neles, sendo, ou não escravo.

¹¹³ Tác. Ann. III.60, IV.14.

¹¹⁴ O facto de serem províncias da Grécia a apresentar as suas moções relaciona-se com a referida origem grega deste costume de atribuição de direitos de asilo a locais sagrados.

A grande afluência de pedidos e de justificações causa no Senado, segundo as palavras de Tácito, algum cansaço:

*“Quorum copia fessi patres, et quia studiis certabatur, consulibus permissere ut, perspecto iure et si qua iniquitas inuolueretur, rem integram rursum ad senatum referrent.”*¹¹⁵.

Os *Patres* delegam, então, nos cônsules a investigação, que apurará a verdade acerca dos antecedentes históricos e religiosos de cada templo, mediante a qual será dada resposta àquelas províncias.

Por fim, o Senado numa atitude, que poderia ter sido interpretada como pouco empenhada, mas que, ao contrário da aparência, revela a sua sensatez, escolhe os templos privilegiados com direitos de asilo, ressaltando de modo a que não se aproveitasse a religião para ignorar a justiça:

*“Factaque senatus consulta quis multo cum honore modus tamen praescribatur, iussique ipsis in templis figere aera sacrandam ad memoriam, neu specie religionis in ambitionem delaberentur”*¹¹⁶.

Não obstante as referidas medidas em favor dos escravos, muito mais seria necessário para que, não só os comportamentos, mas também as leis romanas se alterassem em benefício, ainda que leve, dos escravos e para que estes não fossem catalogados como intrinsecamente maus, qualquer que fosse a sua atitude.

¹¹⁵ Tác. *Ann.* III.63.

¹¹⁶ Tác. *Ann.* III.64.

4. Aguardar a libertação

Mas, se para alguns as condições de vida de um escravo eram tão insuportáveis de modo a que o desejo de morte ou a coragem de rebelião eram o meio mais óbvio de libertação, outros havia que optavam pela paciente espera da liberdade, ou manumissão (*manumissio*).

Também quanto a este aspecto, o principado de Tibério foi pouco generoso e, mais uma vez, o Imperador seguiu as directivas de Augusto.

O primeiro Imperador, em virtude da frequência com que se libertavam escravos resolveu, primeiro limitar o número de escravos que podiam ser libertados por *familia* (através da *Lex Fufia Caninia*, de 2 a. C.), depois estabelecendo uma idade mínima para a atribuição do direito de cidadania aos escravos (através da *Lex Aelia Sentia*, de 4 d. C.)¹¹⁷. De seguida, em 19 d. C., com a *Lex Iunia*, Tibério faz uma distinção importante entre os que tinham sido libertados de modo formal e os que haviam sido libertados informalmente, não atribuindo a cidadania completa a estes últimos.

Recordando as diferentes formas de libertar os escravos, havia a manumissão formal, que podia ser realizada por três métodos: o bastão (*uindicta*), o símbolo principal de uma cerimónia efectuada na presença de um pretor; o census, em desuso durante o principado; e o testamento (*testamentum*), realizado pelo amo e lido aquando da sua morte. A manumissão informal também podia ser realizada por três métodos: a carta, onde o amo garantia liberdade ao escravo; o convite, que o amo podia fazer para que o escravo se sentasse consigo à mesa, ficando imediatamente livre; e a declaração do amo, junto dos seus amigos, que o escravo se encontrava livre, passando a designar-se por “liberto”.

O motivo principal deste cuidado que os primeiros Imperadores manifestaram relativamente à atribuição de cidadania prenderam-se certamente com o aumento dos direitos cívicos aos ex-escravos, que iam atingindo números bastante elevados, se levarmos em conta que pelo menos “*quattuor milia libertini generis*” foram expulsos de Roma, em 19 d. C.¹¹⁸.

Uma questão pertinente de ser colocada é a da razão da existência de um tão grande número de libertos, numa sociedade em que, como já se disse, a consideração pelos

¹¹⁷ A *Lex Aelia Sentia* prescrevia uma idade mínima de 30 anos para a obtenção de cidadania pelos escravos.

¹¹⁸ Tác. *Ann.* II.85.

escravos era tão restrita.

Michael Massey e Paul Moreland apresentam várias justificações para esta questão, entre as quais, um aumento da popularidade do amo, que podia chegar ao ponto de este libertar os seus escravos de modo a ter um cortejo fúnebre bastante numeroso; a libertação de modo a não serem testemunhas caso o amo tivesse cometido algum crime do qual fossem cúmplices; ou o simples merecimento pelos bons serviços prestados.

Quanto a nós, a principal razão, também mencionada por estes autores, prender-se-ia com o facto de, mesmo após a manumissão, o escravo ficar, quase irremediavelmente, ligado ao seu antigo amo e, apesar de ganhar um estatuto social mais benéfico, continuar numa posição servil. Desta forma, o amo ficava ilibado dos custos iminentes à manutenção do escravo, sendo essa tarefa do Estado, daí em diante, e podia continuar a beneficiar dos serviços daquele. Daí que a minha afirmação no início deste capítulo, em relação ao futuro dos escravos, tenha sido numa perspectiva de inexistência, pois para muitos dos escravos a liberdade não era sinal de fim de servidão, ou pelo menos, da ruptura total com o seu amo.

Uma vez libertos, o aspecto que mais fazia salientar esta ligação ao amo era a identidade que adquiriam, deixando de ter apenas o nome pelo qual eram designados enquanto escravos.

Depois da manumissão, eram atribuídos ao liberto os *tria nomina* característicos exclusivamente das pessoas livres, porém, os seus dois primeiros nomes eram atribuídos em função dos dois primeiros nomes do seu amo, só depois figurava o seu nome pessoal, desta forma a ligação ao anterior amo e a marca da escravatura permaneciam presentes.

Para dar início a uma nova fase da vida, à partida mais agradável, alguns escravos possuíam um *peculium*, uma determinada quantia que o amo lhes tinha possibilitado amontoar, ao longo da escravatura, na sequência dos seus trabalhos para aquele; do ponto de vista dos amos, uma vez que não era obrigatório atribuir *peculium* aos seus escravos, a sua atribuição poder-se-ia tornar numa estratégia para manter os escravos produtivos. Imaginamos assim, que seria tanto mais fácil reunir um *peculium*, quanto mais competente e de confiar fosse o escravo.

Com o *peculium*, era possível comprar a liberdade e, deste modo, o dinheiro que o amo tinha disponibilizado para o escravo era reavido; o *peculium*, caso não fosse utilizado na compra da liberdade, dava também a possibilidade de iniciar um qualquer negócio.

A escolha da actividade laboral a realizar daí em diante estava facilitada, se o ex-escravo tivesse recebido formação para realizar determinada tarefa, na qual tinha passado a maior parte da sua vida a trabalhar.

Porém, já que nem todos tinham habilitações que lhes permitissem fazê-lo, alguns ex-escravos teriam dificuldades relativamente ao início de uma actividade profissional independente do ex-amor e, tendo em conta o grande número de população servil existente em Roma, pronta a executar desde a mais simples à mais complexa tarefa, certamente que um cenário possível de encontrar seria o desemprego. Logo, para estes menos hábeis, o melhor era ficar na casa do amor, como certamente seria o caso do liberto robusto e ignorante, que Tibério tinha consigo no seu refúgio:

“... edita domus parte ac liberti unius conscientia utebatur. Is litterarum ignarus, corpore ualido, per auia ac derupta (nam saxis domus imminet)...”¹¹⁹.

A vantagem de manter libertos como este, que Tibério mantinha, residia exactamente na falta de habilidade daquele para outras actividades que não fossem servir o amor. Fidelidade e confidencialidade era tudo o que se pedia de homens como aquele que acompanha o Imperador.

Centrando-nos na perspectiva dos mais bem capacitados profissionalmente, do mesmo modo que era provável encontrar escravos a ocupar profissões de responsabilidade, como vimos anteriormente, também era possível encontrar libertos nesses mesmos lugares e, tratando-se de libertos da casa imperial, a probabilidade de estes virem a ocupar posições importantes em determinados departamentos do Estado era maior. Mesmo depois da manumissão, a classe e poder do ex-amor continuavam a determinar a importância dos libertos, de forma que um liberto imperial seria sempre mais importante e respeitável.

Assim, seria nessa actividade, que o liberto poderia continuar a trabalhar, de modo a poder sustentar-se e ir ganhando autonomia na relação com o ex-amor.

Esta relação evoluía, embora não alterasse muito o seu sentido de verticalidade, que em vez de amor-escravo, passava a ser patrono-cliente. O liberto/cliente continuava a ter deveres para com o seu patrono, trabalhando alguns dias por ano para ele, dispensando-lhe parte dos seus lucros, prestando-lhe apoio pessoal em casos de justiça, ou política e,

prestando-lhe uma espécie de culto, através do ritual diário da *salutatio*.

A crescente aquisição de autonomia poderia trazer maior igualdade ao relacionamento entre liberto ou cliente e patrono, visível através do relato que Tácito faz das atitudes dos libertos e clientes do jovem Nero e de como estes eram ouvidos por ele como confidentes:

*“(...) maximeque insectarentur Neronem proximum successioni et, quamquam modesta iuuenta, plerumque tamen quid in praesentiarum conducirer oblitum, dum a libertis et clientibus, apiscendae potentiae properis, exstimulatur ut erectum et fidentem animi ostenderet: (...).”*¹²⁰

Este relato também exemplifica, por um lado, tanto o relacionamento de igualdade que permite as confidências entre patrono e libertos como, por outro lado, a faceta mais oportunista que se poderá reconhecer nos libertos, que ao ansiarem a ascensão do patrono, cobiçam a sua própria.

A ambição desmedida, tendo talvez por objectivo uma vida semelhante à que, alguns anos mais tarde, já sob o Império de Nero, Petrónio relatou, centrando-se na personagem fictícia do bem sucedido liberto, Trimalquião, levaria muitas vezes a que os libertos fossem facilmente corruptíveis. Destas ambições também não estavam livres os libertos imperiais, cuja proximidade dos assuntos de Estado os tornava mais pretendidos para este fim, como denunciou Tibério em 28 d. C.:

*“Sed Caesar sollemnia incipientis anni kalendis ianuariis epistula precatus, uertit in Sabinum, corruptos quosdam libertorum et petitem se arguens, ultionemque haud obscure poscebat.”*¹²¹

Era também a ambição desmedida que levava os libertos a não olhar a meios para atingir riqueza, como aconteceu com Atílio, que teve a ideia de construir um anfiteatro em Fidenas, de modo a enriquecer rapidamente, sem ter em atenção a segurança dos espectadores, causando uma pequena catástrofe, que colocou em risco a vida de cerca de

¹¹⁹ Tác. *Ann.* VI.21.

¹²⁰ Tác. *Ann.* IV.59.

¹²¹ Tác. *Ann.* IV.70.

50 mil pessoas.

“*Nam coepto apud Fidenam amphitheatro Atilius quidam libertini generis, ... ut qui non abundantia pecuniae nec municipali ambitione, sed in sordidam mercedem id negotium quaesiuisset.*”¹²².

A busca de uma fama rápida, sem olhar a meios, não era exclusiva dos libertos, a diversidade e o grande número de classes mais baixas, cuja importância social seria nula ou mínima, era propícia a uma tentativa de escalada de modo a chegar mais perto da ostentação luxuosa das classes privilegiadas. Deste modo não é de surpreender a existência de uma atitude clientelista por grande parte da sociedade, desta fase do período imperial.

Assim, esta sociedade, caracterizada por relações de dependência que iam, desde a mais pequena esfera, da relação entre escravo e amo até, a um nível mais alargado, à relação entre súbdito e Imperador. Se olharmos desta forma, vemos a sociedade romana tornar-se, na sua maioria, naquilo que ela própria desprezava: escrava, e o Imperador, em última análise, torna-se no seu amo.

Esta ilação não é original nem gratuita, é o próprio Tácito quem nos sugere que a façamos. Ao longo do seu relato, o historiador não se cansa de referir como, desde os tempos do primeiro Imperador, a subserviência havia tomado conta de alguns nobres, que se acomodavam à obtenção fácil de riqueza e honras:

“(…) *insurgere paulatim, munia senatus, magistratuum, legum in se trahere, nullo aduersante, cum ferocissimi per acies aut proscriptione cecidissent, ceteri nobilium, quanto quis seruitio promptior, opibus et honoribus extollerentur ac nouis ex rebus aucti, tuta et praesentia quam uera et periculosa mallent.*”¹²³.

Do mesmo modo que, já sendo Tibério Imperador, esta servidão excessiva se espalhava:

¹²² Tác. *Ann.* IV.62.

¹²³ Tác. *Ann.* I.2.

*“At Romae ruere in seruitium consules, patres, eques.”*¹²⁴.

A situação era tão evidente que o próprio Tibério se admirava e indignava com os que o rodeavam, exclamando:

*“O homines ad seruitutem paratos!”*¹²⁵.

Desta forma, o quotidiano servil invadia os mais diversos aspectos do quotidiano da sociedade romana entre 14 d. C. e 37 d. C., influenciando o modo como se vivia e também o que se pensava acerca dessa mesma escravatura.

¹²⁴ Tác. *Ann.* I.7.

¹²⁵ Tác. *Ann.* III.65.

Os espectáculos na Roma de Tibério

1. Como entram os espectáculos no quotidiano romano

Caracterizada que está parte do quotidiano de dois elementos da massa da sociedade romana, situados aparentemente à margem dessa sociedade (as mulheres e os escravos), deixamos de lado as particularidades de cada grupo que compõe essa sociedade e viramo-nos para a massa global, numa tentativa de verificar qual a sua atitude, enquanto grupo espectador e agente da vida quotidiana da cidade e do Império.

Um dos momentos em que melhor podemos observar o modo como a sociedade romana participa na vida quotidiana do Império é por ocasião da realização dos *Ludi*, uma vez que estes são os grandes eventos nacionais, mobilizadores de todos os elementos das ordens superiores e inferiores, quer para a assistência, quer para a participação activa. A prova imediata da mobilização social a que os *Ludi* levam é não só a quantidade de eventos propiciadores desta participação, mas também a quantidade de locais de espectáculo existentes em Roma.

Desde há muito que o povo Romano se tinha habituado a reger por um calendário em que se assinalavam os dias *fasti*, dias em que era possível realizar acções legais, e os dias *nefasti*, dias em que aquelas acções legais estavam proibidas.

Parafraseando Nicola Savarese, o romano, sabendo ser árbitro do próprio destino, atribuía uma grande importância aos sinais enviados pelos deuses, oferecia-lhes sacrifícios e pedia auspícios¹²⁶. Tendo em conta a afirmação deste autor, podemos verificar como aquela classificação dos dias romanos, em *fasti* e *nefasti*, estava intimamente ligada com a noção Romana do divino, pois para este povo, as entidades divinas enviavam presságios, que indicavam os caminhos mais favoráveis a seguir, embora a decisão final coubesse sempre ao Homem.

Estavam, assim, eleitos os melhores dias para se fazerem negócios e para se ser bem sucedido na vida pública; da mesma forma, estavam escolhidos os dias em que era necessário agradecer aos deuses com rituais religiosos.

É neste âmbito que surge o calendário festivo Romano, dividido em *feriae*. Estas *feriae*, inicialmente celebradas no círculo da *familia*, em favor dos deuses de cada lar,

tinham por objectivo “abençoar” os elementos que pertenciam àquela *familia*¹²⁷. Mas, desde o início da República, que o Estado, de modo a que a *res publica* pudesse beneficiar com as honras aos deuses, as adoptou e, aos poucos, as *feriae* tornaram-se públicas, sem que deixassem de ser realizadas num âmbito mais privado¹²⁸. Desta forma, de acordo com Jérôme Carcopino, durante a República haviam-se instituído 45 dias dedicados às *feriae publicae*, entre as quais se podem contar as *Cerealia*, *Parilia*, *Floralia*, *Lupercalia*, realizadas em honra de diversas divindades que lhes inspiram o nome.¹²⁹

É nestas festas que encontramos a génese dos espectáculos romanos, uma vez que é à mais antiga das festas romanas, realizada em honra de Júpiter *Optimus Maximus*, que se associa também a mais antiga manifestação de espectáculos.

Esta festa, celebrada a 13 de Setembro, é conhecida desde o séc. VI a. C., porém só no séc. IV a. C., em cerca de 366, se tornou numa festa anual que incluía a realização de jogos, os conhecidos *Ludi Romani*, igualmente designados por *Magni*, também eles os mais antigos jogos realizados em Roma, que incluíam corridas de carros, combates de gladiadores e representações teatrais e implicavam, ainda durante o principado de Tibério, uma paragem total nos assuntos públicos:

*“Lepida ludorum diebus qui cognitionem interuenerant theatrum cum claris feminis ingressa, lamentatione flebili maiores suos ciens ipsumque Pompeium, cuius ea monimenta et adstantes imagines uisebantur, tantum misericordiae permouit ut effusi in lacrimas saeua et detestanda Quirinio clamitarent, cuius senectae atque orbitati et obscurissimae domui destinata quondam uxor L. Caesari ac diuo Augusto nurus dederetur.”*¹³⁰

É com estes espectáculos que podemos ver o tipo de ligação existente entre religião e jogos, não só porque ritual e espectáculos se realizavam em função um do outro, mas também porque a celebração dos espectáculos era gerida pela classe sacerdotal, mantendo-

¹²⁶ SAVARESE, Nicola. *Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*. Bologna, Il Mulino, 1996, XXI.

¹²⁷ As *feriae* dividiam-se em *statiuae*, isto é, fixas; *conceptiuae*, festas móveis e *imperatiuae*, festas que haviam sido proclamadas pelos magistrados.

¹²⁸ POTTER, D.S. and MATTINGLY, D.J.. *Life, Death, and Entertainment in the Roman Empire*, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2002, 159.

¹²⁹ CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1979, 247

¹³⁰ Tác. *Ann.* III.23; POTTER, D.S. and MATTINGLY, op. cit., 160.

-se assim na época imperial, ainda que em função das atribuições de cada colégio sacerdotal.

Durante a época em questão, o senado discute, a propósito do carácter indispensável da presença dos Flâmines (sacerdotes consagrados ao culto de uma divindade em particular) em Roma, durante a realização dos rituais de Júpiter:

*“Saepe pontifices Dialia sacra fecisse, si flamen ualetudine aut munere publico impediretur.”*¹³¹.

Desta discussão senatorial sai também a informação de que, mesmo estando os Flâmines ausentes, os pontífices do mesmo colégio tinham por função assegurar a realização dos rituais ao deus.

Para além da presença de sacerdotes de Júpiter na realização destes rituais, o senado discute também a pertinência da existência de outros sacerdotes envolvidos na realização dos jogos associados a estas cerimónias, propondo a participação dos membros do recém-criado colégio dos Augustais:

*“Set tum supplicia dis ludique magni ab senatu decernuntur, quos pontifices et augures et quindecimviri, septemviris simul et sodalibus Augustalibus, ederent. Censuerat L. Apronius ut fetiales quoque iis ludis praesiderent. Contra dixit Caesar, distincto sacerdotiorum iure et repetitis exemplis: neque enim umquam fetialibus hoc maiestatis fuisse. Ideo Augustalis adiectos quia proprium eius domus sacerdotium esset pro qua uota persoluerentur.”*¹³².

Através deste exemplo, para além de podermos ver como cada colégio sacerdotal tinha uma atribuição específica, que, por vezes, não lhe permitia a participação na realização de jogos, é também possível observar como a celebração de rituais se funde com a celebração de jogos, e como evoluem as celebrações em honra da divindade, que passam a envolver um colégio mais relacionado com o Imperador do que com o deus.

Os motivos destas evoluções prendem-se com dois aspectos importantes verificados

¹³¹ Tác. *Ann.* III.58.

¹³² Tác. *Ann.* III.64.

à altura do advento da época imperial.

Por um lado, a fusão entre ritual e espectáculo encontra-se relacionada com o aumento de espectáculos, que se transformaram, cada vez mais, em expressões de vitórias militares, e que, aos poucos, foram apagando do povo a memória do seu inicial carácter religioso¹³³.

Por outro lado, este envolvimento crescente do Imperador, em paralelo com o dos sacerdotes, justifica-se pela dimensão divina que, sobretudo com Augusto, a figura do Imperador tinha ganho; pelo desenvolvimento do culto do Imperador, convergindo na criação de sacerdócios, como os Augustais, e no festejo dos aniversários de nascimento dos príncipes reinantes, bem como os aniversários da ascensão destes ao poder.

Com tantos motivos para a realização de festejos não admira que, no início do Império, de acordo com Danila Manciola, se tivesse chegado ao número de 77 dias de *ludi* oficiais por ano, falando-se inclusive em 175 dias de feriado por ano; e que, acerca da sociedade romana do período imperial, Juvenal viesse a dizer, anos mais tarde, que apenas se preocupava com “*panem et circenses*”¹³⁴.

2. Os espectáculos no quotidiano do principado de Tibério

A célebre expressão da Sátira X de Juvenal remete-nos para o comportamento da massa romana, enquanto espectadora de uma parte da vida quotidiana do Império, que, a avaliar pela quantidade de dias despendidos e pela inexistência de qualquer actividade produtiva, não era apenas um momento desse quotidiano, mas uma constante.

A atitude, a que se refere o poeta do final do séc. I d. C. e início do séc. II d. C., é uma atitude de completa despreocupação com os assuntos sérios da Urbe, e de excitação total pelos *Ludi*, que havia para todos os gostos, numa ânsia frenética de buscar e proporcionar divertimento, implicando cada vez maior maravilha e sumptuosidade na organização dos espectáculos; e embora ainda não fosse este público, nem esta época que a sátira de Juvenal atingia, ela adapta-se bem a anos anteriores aos do poeta¹³⁵.

¹³³ Apesar deste esquecimento colectivo das origens dos *ludi*, há ainda durante a época de Tibério, na sua realização e nas suas características, manifestações sobreviventes destas origens religiosas, como adiante comprovaremos.

¹³⁴ MANCIOLI, Danila. *Giochi e Spettacoli – Vita e Costumi dei Romani Antichi/Museo della civiltà Romana – Vol IV* – Roma: Edizioni Quasar, 1987, 7.; Juvenal. *Sát. X*.

¹³⁵ Juvenal, o poeta satírico, que viveu entre o final do séc. I d. C. e o início do II d. C., critica numa época

Aquando da entrada de Tibério no principado, em 14 d.C, a realização de espectáculos para divertimento das massas cumpria-se em três âmbitos diferentes. A população de Roma tinha já à sua escolha três diferentes tipos de espectáculos, aos quais podia assistir gratuitamente, estando apenas barrada a entrada em alguns deles às mulheres, por motivos de decoro¹³⁶: os *Ludi Scaenici*, os *Ludi Circences* e os *Ludi Gladiatorii*.

2.1. *Ludi Scaenici*

Quando Tibério chegou ao poder, em 14 d. C., a cidade de Roma tinha já erigidos três teatros permanentes, como podemos inferir das palavras de Tácito, que refere nos seus relatos o Teatro de Pompeio, inaugurado em 55 a. C., com capacidade para cerca de 40 mil espectadores:

“Lepida ludorum diebus qui cognitionem interuenerant theatrum cum claris feminis ingressa, lamentatione flebili maiores suos ciens ipsumque Pompeium, (...)”.

O Teatro de Marcelo, inaugurado em 11 d. C., com capacidade para 14 mil espectadores, também é referido:

“Neque enim multo ante, cum haud procul theatro Marcelli effigiem diuo Augusto Iulia dedicaret, (...)”.

Do mesmo modo, há referência ao Teatro de Balbo, de 13 d. C., que podia suportar mais de 7 mil espectadores, e que herdou o nome do homem que o mandou construir para se immortalizar e oferecer os despojos da guerra que tinha vencido:

“(...) nec Augustus arcuerat Taurum, Philippum, Balbum hostilis exuias aut

posterior à de Tibério, a realidade da distribuição de comida gratuita no circo, referindo-se também às dificuldades existentes em Roma para alimentar uma população que se havia tornado demasiado ociosa e demasiado interessada no divertimento; uma realidade que não tinha apenas surgido na época de Juvenal, mas que tinha vindo a intensificar-se desde o tempo de Augusto.

¹³⁶ Havia em Roma, muito ao jeito do que acontecia na Grécia, provas de atletismo, cuja nudez dos atletas era motivo de impedimento à existência de mulheres entre os espectadores.

exundantis opes ornatum ad urbis et posterum gloriam conferre.”¹³⁷.

Anteriormente a estes teatros, a realização dos *Ludi* tinha infra-estruturas bastante precárias, como nos relata Tácito, a propósito da inovação introduzida por Pompeio:

*“Nam antea subitariis gradibus et scaena in tempus structa ludos edi solitos, uel si uetustiora repetas, stantem populum spectauisse, ne, si consideret theatrum dies totos ignauia continuaret.”*¹³⁸.

Confrontados com o número de teatros, em 14 d. C., e com a completa implementação do género teatral em Roma, parece-nos lógica a justificação de que a construção destes espaços poderá ter surgido como uma consequência do grande interesse, por parte do público, nas manifestações cénicas.

Não fazia muito sentido que se tivessem construído teatros de pedra, se não houvesse público para utilizar tais construções, pois embora já se não valorizasse, tanto como em séculos anteriores, a tradição teatral grega que Plauto, Terêncio e outros tinham personalizado, havia novas formas de representação cénica, derivadas daquela, mais ao agrado do público romano e que justificavam a existência de teatros fixos.

Porém, a responsabilidade da construção de tais edifícios não era apenas devida à necessidade de criar espaços que satisfizessem o gosto do público pelas representações cénicas, pois os teatros não eram, como os de hoje, autónomos uns em relação aos outros, nem tinham poder para, por iniciativa própria, colocar em palco representações artísticas, escolhidas por critérios definidos pelo próprio teatro.

Daí que, se tivermos em conta a concepção, de Nicola Savarese, de que os teatros se desenvolviam dentro de um contexto muito preciso, como era o dos *ludi*, um dos motivos subjacentes à construção de teatros teria também sido a necessidade de dar resposta ao grande número de *ludi*, tal como eles são definidos por Florence Dupond, isto é, “ritual que engloba vários espectáculos que se representam”¹³⁹.

¹³⁷ Tác. *Ann.* III.23; Tác. *Ann.* III.64; Tác. *Ann.* III.72, cfr. Suet. *Aug.* 29; SAVARESE, Nicola. *Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*, Bologna: Il Mulino, 1996, LV-LVI.

¹³⁸ Tác. *Ann.* XIV.20.

¹³⁹ Relativamente à concepção de teatros dentro do contexto dos *Ludi*, cf. SAVARESE, Nicola. *Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*, Bologna: Il Mulino, 1996, XIII. DUPOND, Florence, *I Ludi Scenici in Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*, Bologna: Il Mulino, 1996, 32.

Nos espectáculos teatrais foram as representações como a atelana, o mimo e a pantomima, sobretudo esta última, pela sua componente mais espectacular com música e danças, que ganharam o favor do público. Este fervor público era de tal forma que a quantidade de gente que acorria a ver as representações tinha de ser controlada por uma espécie de guia, o *conquisitor*, que zelava para que não houvesse grande confusão, no acesso do público ao seu lugar.

Contudo, o tumulto tornava-se inevitável e com causas graves, como podemos ver através do exemplo que Tácito dá, sucedido durante a representação dos *ludi scaenici*, organizados, a 14 d. C., no âmbito da primeira realização, após a morte de Augusto, dos *Ludi Augustales*:

*“At theatri licentia, proximo priore anno coepta, grauius tum erupit, occisis non modo e plebe, sed militibus et centurione, uulnerato tribuno pretoriae cohortis, dum proba in magistratus et dissensionem uulgi prohibent.”*¹⁴⁰.

Esta liberdade teatral, como lhe chama Tácito, aquando da realização quer destes quer de outros espectáculos apresentados em Roma, justifica-se não só pela grande afluência de gente ao local do espectáculo, mas também pela confusão gerada pelos próprios actores.

Relativamente à primeira das justificações apresentadas para a existência de confusão, esta pode também ser comprovada através de uma das sátiras de Juvenal, em que é visível como a massa social espectadora dava tudo por um bom lugar na plateia¹⁴¹.

Apesar dos esforços para chegar a tempo ao teatro e para encontrar um bom lugar, pouco havia a fazer, pois a marcação de lugares estava previamente definida. A plateia era o desenho da estratificação social que o povo Romano impunha; cada um tinha o lugar que o nascimento lhe permitia, isto é, os senadores e os cavaleiros tinham um local bem mais privilegiado, em termos de visão para a cena e de conforto, do que os escravos, que se encontravam mais distantes do palco, ou do que as mulheres.

As Vestais seriam provavelmente, a avaliar pelo que Tácito refere quanto ao seu lugar no teatro, uma excepção a esta regra que atribuía lugares não tão bons às mulheres.

¹⁴⁰ Tác. *Ann.* I.77.

¹⁴¹ Juv. *Sat.* IX.142-144.

Esta nossa presunção parte da referência do historiador à imperatriz, personagem digna de um lugar de honra, que se sentava juntamente com estas sacerdotisas, em 23 d. C.:

*“(...) decretum Corneliae uirgini, quae in locum Scantiae capiebatur, sestertium uiciens, et quotiens Augusta theatrum introisset, ut sedes inter Vestalium consideret.”*¹⁴².

Quanto à segunda justificação apresentada por nós para explicar o tumulto existente nas plateias, isto é, a confusão gerada pelos actores, ela parece-nos tanto mais plausível, quanto conhecemos o modo como aqueles eram objecto de admiração por parte do público.

Em muitos aspectos semelhante à euforia causada hoje em dia pelas grandes estrelas de cinema, de futebol, ou de qualquer outro espectáculo aglomerador de massas, também os actores da época, profissionais a quem era pago um ordenado (*lucar*), designados por histriões, eram motivo de admiração por parte das mulheres e dos amantes das representações, de tal modo que, a certa altura, os podemos encontrar entre outros lugares de destaque, para além do teatro, como sucedeu com Cássio:

*“Falanio obiciebat accusator, quod inter cultores Augusti, qui per omnis domos in modum collegiorum habebantur, Cassium quendam, mimum corpore infamem, adsciuisset, (...)”*¹⁴³.

Esta admiração está na base da organização de claques de apoio àqueles actores, entre a plateia¹⁴⁴. A frequência com que entravam em conflito estes admiradores determinou a presença de prefeitos urbanos, não apenas no teatro, mas também noutros locais de espectáculo, para o controlo desta massa social conflituosa, que, após o ano 15 d. C., corria o risco de ser punida com o exílio caso se manifestasse desordeira¹⁴⁵.

Mas se até aqui temos vindo a atribuir aos espectadores a responsabilidade exclusiva pelo tumulto que se verificava nos teatros, viramo-nos agora para o palco e para os seus actores.

O modo como os histriões, actores de peças satíricas, encarnavam as suas

¹⁴² Tác. *Ann.* IV.16.

¹⁴³ Tác. *Ann.* I.73.

¹⁴⁴ A existência desta prática era mais comprovada durante o principado de Nero, que, sendo um confesso amante dos palcos, organizava as referidas claques, que eram pagas para o aplaudir, cfr. Suet. *Nero* 20.

personagens era, por si só, motivo de alvoroço. A sátira atingia a todos, sobretudo aqueles que tinham uma maior exposição pública, e não agradava quer pelo conteúdo da crítica, quer pelas palavras utilizadas para criticar. Tácito exprime esse desagrado, utilizando a expressão “*Theatri licentia*”, que mais do que significar o bulício entre os espectadores, colocava o fulcro dos tumultos sobre os actores, atribuindo-lhes, de imediato, a responsabilidade pela desordem e pela linguagem *procax* utilizada.

“*Erat in castris Percennius quidam, dux olim Theatralium operarum, dein gregarius miles, procax lingua et miscere coetus histrionali studio doctus.*”¹⁴⁶.

Desta forma, face aos referidos incidentes, o senado discute acerca das possíveis medidas a tomar, de modo a reprimir a liberdade teatral:

“*Actum de ea seditione apud patres, dicebanturque sententiae, ut praetoribus ius uirgarum in histriones esset. Intercessit Haterius Agrippa, tribunus plebei, increpitusque est Asinii Galli oratione, silente Tiberio, qui ea simulacra libertatis senatui praebebat. Valuit tamen intercessio, quia diuus Augustus immunis uerberum histriones quondam responderat, neque fas Tiberio infringere dicta eius.*”¹⁴⁷.

As sugestões dadas pelos senadores, formuladas em torno do castigo físico aplicado pelos pretores (as entidades que eram responsáveis pela supervisão dos actores), simbolizavam uma regressão para aqueles actores, uma vez que, como refere o próprio texto, Augusto havia já imunizado os histriões contra este género de sevícias.

Anos mais tarde, em 23 d. C., a situação foi resolvida, ordenando-se a expulsão dos histriões de Itália, de modo a que os tumultos não se verificassem de novo:

“*Variis dehinc et saepius inritis praetorum questibus, postremo Caesar de inmodestia histrionum rettulit: multa ab iis in publicum seditiose, foeda per domos temptari; Oscum quondam ludicrum, leuissimae apud uulgum oblectationis, eo flagitiorum*

¹⁴⁵ Tác. *Ann.* I.77.

¹⁴⁶ Tác. *Ann.* I.16.

¹⁴⁷ Tác. *Ann.* I.77.

et uirium uenisse, ut auctoritate patrum coercendum sit. Pulsi tum histriones Italia.”¹⁴⁸.

Estas propostas e soluções, saídas do senado, de modo a resolver uma situação que colocava em perigo a segurança dos espectadores seria, quanto a nós, o reflexo de uma atitude marginalizante para com os que se apresentavam em palco, na sua maioria oriundos das “classes sociais” menos favorecidas, ou seja, de escravos, embora haja dúvidas quanto a esta origem servil dos actores e provas de que também cidadãos de “classes sociais” mais nobres, como os *equites*, pudessem subir ao palco, como veremos no exemplo textual seguinte ¹⁴⁹.

A marginalização, porém, era uma realidade com a qual não só os histriões, mas também os pantomimos foram confrontados. A estes foi proibida a visita de senadores em suas casas, ficando implícito que a companhia dos pantomimos, não era aconselhável e não representava uma atitude digna, como era a que um senador deveria exhibir:

*“De modo lucaris et aduersus lasciuia fautorum multa decernuntur; ex quis maxime insignia, ne domos pantomimorum senator introiret, ne egredientes in publicum equites Romani cingerent aut alibi quam in theatro sectarentur et spectantium immodestiam exilio multandi potestas praetoribus fieret.”*¹⁵⁰.

2.2. *Ludi Circenses*

Mas, em Roma, o divertimento não se esgotava com as representações teatrais e, como vimos, a realização dos *ludi* abarcava, para gáudio do público, uma grande variedade de espectáculos.

Logo no primeiro ano do principado de Tibério, comprovamos a veracidade desta afirmação. A altura a que nos referimos, em 14 d. C., é a da realização dos *Ludi Augustales*, no âmbito dos quais já verificámos terem-se realizado *ludi scaenici*, que também contemplavam a realização de *ludi circenses*, realizados, como o nome indica, no circo.

¹⁴⁸ Tác. *Ann.* IV.14.

¹⁴⁹ Relativamente à origem social dos actores, em Roma: TENNEY, Frank. *Statuto sociale degli attori a Roma* in SAVARESE, Nicola. *Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*. Bologna: Il Mulino, 1996, 162.

Para além do Circo Flamínio, construído em 221 a. C., o circo mais importante de Roma, no principado de Tibério, era o *Circus Maximus*, localizado entre dois montes, o Palatino e o Aventino. Este circo já existia desde o reinado de Tarquínio Prisco, ou seja, desde a época que ia dos anos 616 a 579 a. C.:

*“Isdem temporibus deum aedis uetustate aut igni abolitas coeptasque ab Augusto dedicauit, Libero Liberaeque et Cereri iuxta Circum Maximum, (...)”*¹⁵¹.

O circo *Maximus* foi sofrendo, ao longo dos anos, obras de beneficiação, sendo a última delas um camarote imperial (*puluinar*), mandado executar por Augusto.

A ida do povo ao circo constituía, por si só, um cerimonial e uma prova de como estes eram os Jogos por excelência, os únicos em que o carácter ritual, que inicialmente lhes tinha dado origem, como já aqui foi referido, estava mais presente e, por conseguinte, os jogos em que a ligação com a religião latina era mais evidente.

O povo deslocava-se para o recinto, destinado a acolher corridas de cavalos e de carros com cavalos (as *bigae*, as *trigae* e as *quadrigae*), a pé e envergando a sua veste triunfal, como podemos ver através do relato de Tácito:

*“Inter quae tribuni plebei petiuere ut proprio sumptu ederent ludos, qui de nomine Augusti, fastis additi, Augustales uocarentur. Sed decreta pecunia ex aerario, utque per circum triumphali ueste uterentur: curru uehi haud permissum. Mox celebratio ad praetorem translata, cui inter ciuis et et peregrinos iurisdictio euenisset.”*¹⁵².

Também no vestuário e no comportamento, que os espectadores deveriam ter durante os espectáculos de circo, estava presente a reminiscência religiosa destes *ludi*, uma vez que, para além de ser comum o uso da toga de cerimónia, não podiam comer, nem beber durante as corridas, imposições já da autoria de Augusto¹⁵³.

Mas mais do que este aspecto das vestes utilizadas pelos espectadores e das normas subjacentes à presença do público no Circo, a ligação dos *ludi circenses* com a religião era

¹⁵⁰ Tác. *Ann.* I.77.

¹⁵¹ Tác. *Ann.* II.49.

¹⁵² Tác. *Ann.* I.15.

¹⁵³ CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa: Livros do Brasil,

bastante mais óbvia aquando da entrada no circo de uma espécie de procissão, conduzida, de acordo com Danila Manciola, por trombeteiros, seguidos pelo magistrado que presidia aos jogos; no final do cortejo, seguiam os portadores de objectos sagrados, os sacerdotes e as corporações religiosas, por fim, as imagens divinas, sem as vestes¹⁵⁴.

Esta procissão, designada por *pompa circensis*, entrava no circo, dava a volta à pista, parando depois junto do *puluinar*, onde eram depositadas e vestidas as divindades. A partir do momento em que se desenvolveu o culto dos Imperadores e da família imperial, também os elementos desta família, ou as suas imagens, se juntavam aos deuses, assistindo às corridas a partir do *puluinar*.

A presença de imagens da família imperial, durante a realização dos jogos circenses na época de Tibério, é atestada pelo relato que Tácito faz acerca das honras votadas a Germânico:

“(…) *ludos circensis eburna effigies praeiret neue quis flamen aut augur in locum Germanici nisi gentis Iuliae crearetur.*”¹⁵⁵.

Estes espectáculos seriam, provavelmente, os mais caros que se podiam dar. As corridas exigiam bons cavalos, carros e aurigas, que recebiam um ordenado para conduzirem os carros. Todos estes custos eram da responsabilidade de grupos privados, as *factiones*, pertencentes à ordem equestre e que seriam o equivalente aos clubes, ou equipas, dos nossos dias.

Apesar da pouca frequência de relatos de Tácito relativamente à realização de *ludi circenses* durante o Império de Tibério, acreditamos que essa ausência de relatos não se devia à não realização desses *ludi*, mas a motivos pessoais de Tácito, como referiremos adiante neste trabalho, uma vez que também não existem provas de que Tibério os tivesse proibido.

1979, 253.

¹⁵⁴ MANCIOLI, Danila. *Giochi e Spettacoli – Vita e Costumi dei Romani Antichi/Museo della civiltà Romana – Vol IV* - Roma: Edizioni Quasar, 1987.

¹⁵⁵ Tác. *Ann.* II.83.

2.3. *Ludi Gladiatorii*

O povo romano tinha ainda a possibilidade de, dependendo da permissão do Imperador, se divertir com outro tipo de espectáculos, os de gladiadores. No que respeita a este Imperador e à sua posição face à realização dos jogos gladiatoriais, não podemos afirmar o mesmo que afirmámos para os *ludi circenses*, isto é, que o Imperador, ainda que não gostasse destes espectáculos, não os proibiu. Tibério, assim nos conta Tácito a propósito de um acidente em Fidenas, chega mesmo a interditar a assistência aos *ludi gladiatorii*:

*“Adfluxere auidi talium, imperitante Tiberio procul uoluptatis habiti, uirile ac muliebre secus, omnis aetas, ob propinquitatem loci effusius.”*¹⁵⁶.

Os motivos do desagrado e da proibição de Tibério face a estes jogos estariam, certamente, relacionados com a criação de infra-estruturas adequadas, quanto à segurança, aos espectáculos de luta entre gladiadores e com os custos que implicavam estes eventos, não só para os pretores (organizadores dos *ludi*), mas sobretudo para os cofres do Estado, já que o erário público também participava nas despesas inerentes à organização daqueles espectáculos.

Exibidos em anfiteatros, estes jogos tinham atingido tal fama que a sua realização, no início do principado de Tibério, não se ficava apenas pela luta entre gladiadores. As inovações inseridas eram as *uenationes*, ou seja, combates entre gladiadores e animais ferozes, ou espectáculos de caça, que implicavam uma grande angariação de animais selvagens; e as *naumaquiae*, batalhas navais entre gladiadores, em piscinas naturais ou artificiais, que implicavam também um grande investimento nas infra-estruturas para o efeito. Contudo, a julgar pela ausência, por parte de Tácito, de relatos da realização destes espectáculos renovados, somos levados a pensar que o Imperador não acolheu bem estas inovações¹⁵⁷.

¹⁵⁶ Tác. *Ann.* IV. 62.

¹⁵⁷ A nossa ilação acerca da atitude de Tibério relativamente a estes espectáculos baseia-se na ausência de referências às *uenationes* e às *naumaquiae* por parte de Tácito e é secundada pela referência que Nicola Savarese faz à obra do historiador Dião Cássio, citando que Tibério, devido aos custos que aqueles espectáculos envolviam, foi obrigado a bani-los: SAVARESE, Nicola. *Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*, Bologna: Il Mulino, 1996, XXXII.

As infra-estruturas terão também sido uma das preocupações de Tibério, no que respeita à organização de jogos gladiatoriais, pois, na sequência dos acontecimentos de 27 d. C., que vitimaram cerca de 50 mil pessoas devido à má construção do anfiteatro a ser utilizado, foram decretadas exigências mínimas para que se pudessem construir anfiteatros:

*“(…) cautumque in posterum senatus consulto, ne quis gladiatorium munus ederet, cui minor quadrigentorum milium res, neue amphitheatrum inponeretur nisi solo firmitatis spectatae.”*¹⁵⁸.

Ao fazer referência ao acidente em Fidenas, Tácito revela que, apesar da existência de um anfiteatro permanente em Roma, como era o Anfiteatro de Flávio, iam-se construindo anfiteatros provisórios ao longo do Império, para exhibições pontuais, ou mesmo itinerantes, de espectáculos de gladiadores. Estas construções seriam, a avaliar pelo material utilizado (madeira), facilmente erigidas, mas também mais temporárias, frágeis e inseguras. Contudo, as construções justificar-se-iam pela itinerância dos gladiadores pelos diferentes cantos do Império, sendo inclusive possível vê-los num acampamento militar:

*“Mox disiectis quorum per umeros sustinebatur, praeceps et singulorum pedibus aduolutus, tantum consternationis inuidiaeque conuit, ut pars militum gladiatores, qui e seruitio Blaesi erant, pars ceteram eiusdem familiam uinceret, alii ad quarendum corpus effunderentur.”*¹⁵⁹.

Outra conclusão que se poderá retirar do relato dos acontecimentos em Fidenas é a de que qualquer pessoa, desde que tivesse alguma capacidade económica e ambições de projecção pessoal, poderia tomar a seu cargo a organização destes espectáculos. Este género de atitudes funcionava, então, mais como um pretexto de obtenção de favor do povo e de fama, do que como uma demonstração de munificência, desprovida de interesses para além do proporcionar divertimento:

¹⁵⁸ Tác. *Ann.* IV. 63.

¹⁵⁹ Tác. *Ann.* I.23.

“*Nam coepto apud Fidenam amphitheatro Atilius quidam libertini generis, quo spectaculum gladiatorum celebraret, neque fundamenta per solidum subdidit, neque firmis nexibus ligneam compagem superstruxit ut qui non abundantia pecuniae nec municipali ambitione, sed in sordidam mercedem id negotium quaesivisset.*”¹⁶⁰.

Contra estas conveniências, tornava-se imperativo possuir meios económicos suficientes ou autorização superior, dada pelo Imperador, ou pelo senado, para a realização de *ludi gladiatorii*, como já referimos anteriormente.

Um outro aspecto a verificar, neste relato, é a vontade e a prontidão que o povo apresenta para ver estes espectáculos. À semelhança do que acontecia com os *ludi circenses*, o povo romano revela-se um apaixonado pelos jogos de gladiadores, de tal modo que os lugares no anfiteatro têm de ser marcados, para não serem usurpados e serem evitados tumultos entre os espectadores.

As regras de marcação de lugares obedeceriam, um pouco à semelhança do que acontecia no teatro, a critérios de idade, posição social e costume, como podemos ver através da seguinte situação relatada por Tácito:

“*Domitius Corbulo, praetura functus, de L. Sulla nobili iuvene questus est apud senatum quod sibi inter spectacula gladiatorum loco non decessisset. Pro Corbulone aetas, patrius mos, studia seniorum erant;*(...)”¹⁶¹.

Os lugares, de pedra nos anfiteatros fixos, estavam organizados em galerias (*maeniana*), sendo que no anfiteatro Flávio, de acordo com Danila Manciola, a primeira fila estava reservada aos senadores, as catorze filas seguintes estavam destinadas à ordem equestre, seguindo-se os lugares para os cidadãos e, nas últimas as classes inferiores; as mulheres, caso não fossem suficientemente distintas para que pudessem ir para o *podium*, tinham os piores lugares, mais distantes da arena, construídos em madeira¹⁶².

A construção de um anfiteatro com estas características, só se justifica na medida em que a adesão do povo aos espectáculos gladiatoriais era total. O motivo desta adesão

¹⁶⁰ Tác. *Ann.* IV.62.

¹⁶¹ Tác. *Ann.* III.31.

¹⁶² MANCIOLI, Danila *Giochi e Spettacoli - Vita e Costumi dei Romani Antichi/Museo della Civiltà Romana*; 4, Roma: Edizioni Quasar, 1987, 52.

centrava-se na actuação dos gladiadores, na sua maioria homens escravizados :

*“Adduntur e seruitiis gladiaturae destinati quibus more gentico continuum ferri tegimen: crupellarios uocant, inferendis ictibus inhabilis, accipiendis impenetrabilis.”*¹⁶³.

Contudo, não havia somente escravos na arena, sendo também possível encontrar, por detrás das couraças de ferro (*crupellarii*), homens que ali estavam em resultado de uma condenação à morte ou a trabalhos forçados, vivendo sob a rígida disciplina dos seus treinadores (*lanistae*) e esperando uma morte inevitável e cruel.

Falar nos agentes destes espectáculos e na crueldade a que eram submetidos é chegar perto da origem destes jogos de carácter sanguinolento.

Com origens na Etrúria, estes espectáculos derivavam de um antigo ritual, em que se sacrificavam vítimas humanas, em princípio prisioneiros de guerra. Este ritual aproximava a exibição dos espectáculos para as massas a uma vivência religiosa, uma vez que o sacrifício de vidas humanas, ao qual nos referimos, acontecia por altura das cerimónias fúnebres dos cidadãos mais importantes da época. O objectivo dos sacrifícios era aplacar os *Manes* do defunto, através da oferta do sangue das vítimas.

A transformação do ritual em espectáculo aconteceu mais tarde, em 264 a. C.; porém as marcas do ritual permaneceram até à época em que Tibério era Imperador. A mais visível é a da utilização da palavra “*munus*” para designar os espectáculos gladiatoriais¹⁶⁴. “*Munera*” é o plural da palavra, que originalmente designava os funerais, e os últimos favores para com o morto, porém, a evolução do ritual religioso, que acima referimos, leva a que a sua utilização seja associada a uma noção particular do espectáculo de gladiadores. Deste modo não é descabida a aproximação, em diversos aspectos, entre os espectáculos de gladiadores e a morte, como verificaremos no capítulo seguinte.

¹⁶³ Tác. *Ann.* III.43.

¹⁶⁴ Tác. *Ann.* IV. 63.

3. Tibério e Tácito perante os espectáculos

Após termos averiguado o modo como eram vividos os espectáculos pelo povo romano, durante o principado de Tibério, verificámos que a misantropia, que estudiosos como Jérôme Carcopino atribuem a este Imperador, relativamente à política de espectáculos seguida, poderá ter sido conferida com pouca justiça¹⁶⁵.

Distante do fulgor de Augusto, que na sua *Res Gestae* sublinhava a quantidade de jogos dados, Tibério foi o Imperador, cujo relato apresentado por Tácito define como avesso aos actores:

*“Indulserat ei ludicro Augustus, tunc primum coeptus turbavit discordia ex certamine histrionum. Alia Tiberio morum uia: sed populum per tot annos molliter habitum nondum audebat ad duriora uertere.”*¹⁶⁶.

Quanto à presença de Tibério nos espectáculos, também aqui Tácito o faz distinguir de Augusto, cuja assiduidade e predisposição para estes eventos era maior:

*“Edendis gladiatoribus, quos Germanici fratris ac suo nomine obtulerat, Drusus praesedit, quamquam uili sanguine nimis gaudens; quod in uulgus formidolosum et pater arguisse dicebatur. Cur abstinerit spectaculo ipse, uarie trahebant: alii taedio coetus, quidam tristitia ingenii et metu comparationis, quia Augustus comiter interfuisset.”*¹⁶⁷.

O teor destes testemunhos de Tácito, por um lado, e a inexistência de testemunhos de outros historiadores, por outro, são alguns dos motivos que levam estudiosos, como Jérôme Carcopino ou Adele Cavallaro, a referir Tibério como um *Princeps* que não contempla uma política de festas, no seu programa político, sobretudo quando comparado com Augusto ou com Nero¹⁶⁸.

¹⁶⁵ CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa: Livros do Brasil, 1979, 256.

¹⁶⁶ Tác. *Ann.* I.54.

¹⁶⁷ Tác. *Ann.* I.76.

¹⁶⁸ CARCOPINO, Jérôme. *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*. Lisboa: Livros do Brasil, 1979. CAVALLARO, M. Adele. *Spese e spettacoli – Aspetti economici - strutturali degli spettacoli nella Roma giulio-claudia*, Bonn: Dr. Rudolph Habelt GmbH, 1984.

Na verdade, Tibério não é o Imperador que mais se compraz com a realização de espectáculos, e com a agitação que lhe era inerente, quer por motivos relacionados com a segurança dos espectadores, quer por motivos económicos ou ainda, como parece transparecer do exemplo acima transcrito, por motivos que estariam relacionados com o seu pouco à-vontade junto do público e com o seu espírito mais austero e menos dado a manifestações bem humoradas.

Porém, toda esta ausência de interesse não é, quanto a nós, suficiente para que se diga que, nos seus anos de poder, havia uma ausência de política de espectáculos e de criação de infra-estruturas para a realização destes; a prová-lo temos o relato de Tácito, relativo a várias dedicações de templos, de efígies e celebração de triunfos militares, acontecimentos que seriam, normalmente, acompanhados por festejos e espectáculos¹⁶⁹.

Assim, embora Tibério não principie a construção de qualquer teatro, anfiteatro ou circo, este Imperador, por duas vezes, intervém na reconstrução de um teatro, o de Pompeio, após este ter sido atingido pelo fogo, indicando, desta forma, algum cuidado relativamente aos edifícios para a diversão do público.

A primeira dessas reconstruções foi realizada em 22 d. C., mantendo-se o nome original do teatro, tendo sido aproveitada a ocasião para se realizar uma votação no senado acerca da colocação, nesse mesmo teatro, de uma estátua de Sejano, o salvador do edifício, de acordo com Tácito:

*“At Pompei theatrum igne fortuito haustum Caesar exstructurum pollicitus est, eo quod nemo e familia restaurando sufficeret, manente tamen nomine Pompei... et censuere patres effigiem Seiano quae apud theatrum Pompei locaretur.”*¹⁷⁰.

A segunda das reconstruções, teve lugar em 36 d. C.:

*“Miliens sestertium in munificentia ea conlocatum, tanto acceptius in uulgum, quanto modicua priuatis aedificationibus ne publice quidem nisi duo opera struxit, templum Augusto et scaenam Pompeiani theatri.”*¹⁷¹.

¹⁶⁹ Tác. *Ann.* II.32; Tác. *Ann.* II.41; Tác. *Ann.* II.64; Tác. *Ann.* III.64.

¹⁷⁰ Tác. *Ann.* III.72.

Ainda ao nível das infra-estruturas, a propósito de um acidente já aqui referido (a queda do anfiteatro provisório em Fidenas), o relato de Tácito revela que também o Senado se preocupa com as condições em que a população assistia aos espectáculos, zelando, através de um decreto (*senatusconsultum*), para que os anfiteatros construídos temporariamente para apresentar jogos de gladiadores obedecessem a regras, que tinham em vista a segurança dos espectadores, como o local de construção do edifício e o orçamento mínimo a ser empregue:

“(...) *cautumque in posterum senatus consulto, ne quis gladiatorium munus ederet, cui minor quadragentorum milium res, neue amphitheatrum imponeretur nisi solo firmitatis spectatae.*”¹⁷².

Para além desta preocupação em zelar pelos edifícios dos espectáculos, vemos que, durante a época de Tibério, Tácito relata a realização de vários espectáculos, como os dados, a 14 d. C., em honra de Augusto e para celebrar o seu regresso do Oriente:

“*Idem annus novas caerimonias accepit addito sodalium Augustalium sacerdotio, ut quondam Titus Tatius retinendis Sabinorum sacris sodalis Titios instituerat.*”¹⁷³.

Por Druso foram dados dois jogos de gladiadores, um a 15 d. C., em honra de Germânico, e outro a 21 d.C, a que Tácito alude para relatar a queixa do pretor Domício Córulo ao senado, episódio já por nós referido:

“*Edendis gladiatoribus, quos Germanici fratris ac suo nomine obtulerat, Drusus praesedit, quamquam uili sanguine nimis gaudens;(...)*”¹⁷⁴.

Verifica-se também serem organizados os *Ludi Megalenses*, dados anualmente em honra de Cíbele:

¹⁷¹ Tác. *Ann.* VI.45.

¹⁷² Tác. *Ann.* IV.63.

¹⁷³ Tác. *Ann.* I.54.

¹⁷⁴ Tác. *Ann.* I.76.

“*Principes mortales, rem publicam aeternam esse. Proin repeterent sollemnia, et quia ludorum Megalensium spectaculum suberat, etiam uoluptates resumerent.*”¹⁷⁵.

E, em 25 d. C., a realização das *feriae Latinae*, permite que, durante vários dias, seja possível assistir a vários espectáculos:

“*Ceterum postulandis reis tam continuus annus fuit, ut feriarum Latinarum diebus praefectum urbis Drusum auspicandi gratia tribunal ingressum, (...)*”¹⁷⁶.

A referência a todos estes acontecimentos é, quanto a nós, prova não só de que Tibério, até certo ponto, apoiava a realização dos espectáculos, mas também de que, sobretudo com os dois últimos exemplos apresentados, o calendário festivo dos Romanos não tinha sido anulado por este Imperador, continuando a realizar-se os espectáculos que complementavam os festejos em honra dos deuses.

Contudo, também é verdade que a iniciativa da realização destes espectáculos, a que Tácito alude e que Suetónio reitera, não parte nunca de Tibério, enquanto Imperador, facto que mostra o desinteresse do Imperador, ao contrário do que acontecia com Augusto, pela realização destes eventos em que a adesão da população seria em número bastante elevado¹⁷⁷.

Interessam-nos agora dois pontos de vista desta análise da atitude de Tibério: o primeiro prende-se com uma tentativa de explicação deste suposto desinteresse de Tibério pelos espectáculos, indo contra a política do seu antecessor, como raras vezes acontecia; o segundo, está relacionado com o esforço para perceber os motivos que levaram Tácito a não descrever, no seu relato dos anos de poder de Tibério, qualquer programa de realização dos espectáculos ou ideologia subjacente ao modo como aquele Imperador actuava relativamente aos espectáculos.

Quanto aos motivos de Tibério, à partida somos tentados a pensar que este desinteresse por parte de Tibério se trata apenas de uma obstinação em não aparecer em

¹⁷⁵ Tác. *Ann.* III.6.

¹⁷⁶ Tác. *Ann.* IV.36; estas *feriae* eram móveis, ou seja, *conceptivae*.

¹⁷⁷ Dizemos enquanto Imperador, pois Suetónio apresenta duas ocasiões em que Tibério, quando ainda não era Imperador, ainda jovem, presidiu aos jogos Áccios e circenses: Suet. *Tib.* 6; ofereceu espectáculos gladiatoriais e jogos: Suet. *Tib.* 7. A falta de iniciativa para oferecer jogos é comentada por Suetónio em Suet. *Tib.* 47.

público, uma vez que, como já aqui foi referido, a sua atitude relativamente aos divertimentos não era semelhante à atitude um pouco mais popular de Augusto. Contudo, Tibério, não sendo um Imperador muito amado, tinha mais a ganhar, em termos de imagem, se realizasse e assistisse a espectáculos, uma vez que a aproximação com o público, ansioso por divertimento, o tornaria mais popular.

No entanto, quanto a nós, a ausência de interesse e de realização de espectáculos, em nome próprio, não se trata apenas de obstinação em não aparecer em público. É certo que, durante muito tempo do seu principado, Tibério se auto-exila e a sua presença em Roma é rara, mas, ainda que não exclusivamente, são motivos económicos os que levam Tibério a esta atitude.

Tibério segue um caminho, que, de acordo com Adele Cavallaro, já se havia começado a delinear por Augusto, quando este fixou a quantidade de dinheiro que o *aerarium* fornecia para os espectáculos. Antes de 22 a .C., o *aerarium* suportava todos os custos da organização dos jogos, mas a partir deste ano, a organização de espectáculos passou a ser uma responsabilidade dividida entre os pretores, que contribuíam com algum dinheiro, e o erário público, que ajudava com o restante. O problema passou, então, a ser a despesa que cada pretor fazia, querendo competir entre si na qualidade e sumptuosidade dos espectáculos organizados, habituando os espectadores a sempre mais, e motivando em Augusto a iniciativa de efectuar um corte no fornecimento de fundos do *aerarium*. Deste modo, os pretores passavam a despender apenas dos seus bens para organizar jogos gladiatoriais¹⁷⁸.

Tibério permanece, como já dissemos, neste caminho, contudo, os seus cortes orçamentais para os espectáculos são mais radicais e não se prendem tanto com a proibição de fornecimento de meios monetários pelo erário público, como podemos ver pelo relato que Tácito faz da organização dos *Ludi Augustales*, em 14 d. C., em que do erário continua a sair riqueza:

“Inter quae tribuni plebei petiuere ut proprio sumptu ederent ludos, qui de nomine Augusti, fastis additi, Augustales uocarentur. Sed decreta pecunia ex aerario, utque per

¹⁷⁸ CAVALLARO, M. Adele. *Spese e spettacoli – Aspetti economici - strutturali degli spettacoli nella Roma giulio-claudia*: Bonn: Dr. Rudolph Habelt GmbH, 1984, 33-36.

circum triumphali ueste uterentur: curru uehi haud permissum.”¹⁷⁹.

As restrições de Tibério são mais directas, começando por não permitir a ida dos tribunos da plebe para o circo com carro. No ano seguinte, foram decretadas bastantes medidas para limitar gastos com os ordenados dos actores e os excessos dos espectadores:

*“De modo lucaris et aduersus lasciuiam fautorum multa decernuntur;”*¹⁸⁰.

Este Imperador chega mesmo a reduzir as despesas com os espectáculos, quando, para além de reduzir o salário dos actores, reduz o número dos pares de gladiadores permitidos por espectáculo gladiatorial, chegando mesmo a proibi-los:

*“Adfluxere auidi talium, imperitante Tiberio procul uoluptatibus habiti, uirile ac muliebre secus, omnis aetas, ob propinquitatem loci effusius;”*¹⁸¹.

Todas estas medidas económicas não eram um mero capricho de Tibério. A conjuntura económica, no Império, não era a melhor, com um número cada vez maior de habitantes, sem meios de subsistência próprios, dependendo de recursos que viriam das províncias (se as colheitas fossem boas e se se conseguisse fazê-las chegar a Roma):

*“At hercule nemo refert quod Italia externae opis indiget, quod uita populi Romani per incerta maris et tempestatum cotidie uoluitur.”*¹⁸².

Desta forma, a Tibério, mais do que os “*circenses*”, era o “*panem*” que o preocupava, e mais uma vez os elementos principais da fórmula, utilizada por Juvenal para caracterizar o interesse dos habitantes de Roma, surgem como cúmplices e inerentes entre si.

Este Imperador, ao contrário dos governantes que o antecederam e sucederam, não utilizou os espectáculos para estabelecer uma maior cumplicidade e um imperceptível

¹⁷⁹ Tác. *Ann.* I.15.

¹⁸⁰ Tác. *Ann.* I.77.

¹⁸¹ Suet. *Tib.*34; Tác. *Ann.* IV.62.

¹⁸² Tác. *Ann.* III.54.

domínio entre si e os súbditos; prefere não ouvir as queixas destes, às quais atribui o nome de liberdades e, em vez disso, adoptar medidas concretas para diminuir a fome que grassa em Roma, cortando nos divertimentos:

*“Isdem consulibus grauitate annonae iuxta seditionem uentum, multaque et pluris per dies in theatro licentius efflagiata, quam solitum aduersum imperatores.”*¹⁸³.

Porém, esta atitude de afastamento relativamente aos espectáculos não é exclusivamente resultante de uma preocupação com a economia do Império, embora a justificação que iremos sugerir para a atitude do Imperador seja também um incentivo a esta preocupação de pendor económico.

Como temos vindo a dizer, ao longo deste sub-capítulo, o posicionamento de Tibério perante os espectáculos é o de alguém que se sente pouco à-vontade e cuja própria moral o impede de olhar para os espectáculos sem ver neles liberdades excessivas.

Para justificarmos este modo de pensar não podemos esquecer que a sociedade romana, sobretudo as facções mais eruditas, era bastante influenciada pelas várias correntes filosóficas vindas da Grécia. Desta forma, cada indivíduo enfrentava a vida e as suas acções à luz de determinada corrente filosófica, consoante esta se coadunasse melhor com os seus próprios objectivos pessoais ou estivesse mais em voga na época.

Durante a época de Tibério (o séc. I d. C), as correntes filosóficas mais divulgadas seriam o epicurismo e o estoicismo.

O epicurismo, surgido no séc. IV a. C. e transmitido em Roma, sobretudo por Lucrécio, durante o séc. I a. C., encontra-se ainda presente na época imperial, através de ideologias, que proclamavam o culto do prazer estável, ou seja o prazer da contemplação, como forma de atingir a felicidade, baseada na ausência de dor.

Quanto ao estoicismo, surgido na Grécia muito antes da época visitada neste trabalho, durante o séc. V a. C., apenas no período Imperial teve em Roma maior aceitação. Apesar de ser já do conhecimento do Círculo dos Cipiões e de Cícero, no período da República, é com Séneca e com as suas diversas obras que esta filosofia atinge maior expansão.

Com o objectivo de divulgar um ideal de vida de acordo com a natureza,

o estoicismo ataca todas as paixões pelos bens materiais e pelo prazer, que só é atingido quando a natureza chega ao fim. De acordo com os estóicos, aquele que deseja ser sábio e virtuoso não poderá sucumbir ao prazer, mas procurar o bem na virtude e na invencibilidade moral.

Tendo em conta estas correntes filosóficas e o que elas proclamam, não nos parecem agora tão surpreendentes as atitudes de Tibério. Embora não possamos atribuir a este Imperador um rótulo exclusivamente estóico, uma vez que as suas atitudes não se coadunam plenamente com este ideal (já vimos, aliás, como o soberano se deixa por vezes invadir por sentimentos de crueldade pouco compatíveis com o que preconiza o estoicismo), conseguimos encontrar nas suas atitudes relativamente aos espectáculos um pouco desta corrente filosófica.

Desta forma, toda a atitude de distância, que se verifica relativamente à sua ausência dos espectáculos, poderá não ser mais do que uma expressão da sua crença na obtenção da felicidade através da renúncia ao prazer que os sentidos lhe poderão proporcionar, uma vez que aos estóicos mais do que os ambientes festivos e públicos interessa a quietude, a calma e a reflexão.

Para além disso, os vários espectáculos suscitam não só nos participantes, mas também nos espectadores sentimentos, também eles, pouco nobres para quem deseja seguir um ideal de vida estóico, como seja, a rivalidade na competição, a angústia e inquietação experimentadas pelos que assistem, e ainda os sentimentos de voluptuosidade mais ligados a um tipo de ócio que em nada favorecem a ascese do homem sábio, como proclama Séneca no seu *De Vita Beata*.

Talvez também guiado pelo mesmo motivo filosófico, numa atitude benfazeja e ao mesmo tempo de moderação, Tibério tenha condicionado grande parte dos custos dispendidos com estes espectáculos, preocupando-se sobretudo com o bem-estar dos espectadores (sempre que faz obras de melhoria nos teatros ou proíbe construções de anfiteatros) e com as dificuldades por que passam os inúmeros habitantes de Roma.

Relativamente aos motivos de Tácito para não descrever qualquer programa de realização dos espectáculos ou ideologia subjacente ao modo como aquele Imperador actuava relativamente aos espectáculos poderá, quanto a nós, ser uma forma de sublinhar a faceta menos popular de Tibério.

¹⁸³ Tác. *Ann.* VI.13.

Contudo, se tivermos em conta um outro exemplo de governação relatada por Tácito, como a de Nero, fará sentido uma descrição mais pormenorizada do seu programa festivo, uma vez que de entre as características deste Imperador, as que mais se destacam são a sua exuberância e a propensão para os espectáculos de toda e qualquer espécie.

Nero é o Imperador que não se contenta em assistir aos espectáculos, ele actua neles e importa novas formas de espectáculo para divertir o povo. O gosto pelo divertimento e pelo protagonismo são-lhe inerentes.

Por oposição, Tibério é o Imperador que se isola, sem saber aproveitar os espectáculos para se aproximar do povo, não tem um carácter popular, nem expediente, ou meios (conforme a justificação anterior, dada por nós), para inovar a base que lhe havia sido legada por Augusto e esta é a característica mais forte da sua governação: seguir a legislação de Augusto, sem lhe realizar grandes alterações.

Por um lado, talvez a opção de Tácito tenha sido feita no sentido da construção de uma imagem para cada Imperador, adequando o modo como fazia o seu relato dos factos a essa imagem, que pretendia divulgar.

Ronald Mellor refere que a obra de Tácito não é mais do que “um manual de psicologia política”, onde o historiador dá largas à subjectividade, focando mais o seu interesse na personalidade das figuras que nos apresenta e menos em acontecimentos externos, que desembocam naquilo a que Ronald Mellor chama observações psicológicas e morais, que gradualmente produzem imagens poderosas de Tibério, fixando a personalidade deste Imperador por oposição, por exemplo, a Nero¹⁸⁴.

Por outro lado, um comentário do historiador, aquando da realização dos *Iuuenalia*, sugere-nos que coloquemos a questão no carácter moralista do historiador. Tácito numa atitude, quanto a nós, de desagrado relativamente à realização dos espectáculos com a dimensão, que tinham começado a ganhar com Augusto (a adesão cada vez maior de público, a ousadia cada vez maior), coíbe-se de os caracterizar e enunciar. Porém, quando é impossível ignorá-los, pela frequência com que ocorrem e frenesim com que são vividos, opta antes por fazer comentários mordazes à sua realização e ao Imperador que mais os promove:

“Inde gliscere flagitia et infamia, nec ulla moribus olim corruptis plus libidinum

circumdedit quam illa conluuies.”¹⁸⁵.

A utilização de palavras do campo semântico da viciosidade, como “*infamia*”, “*corruptis*”, “*libidinum*”, contribuem para a construção da ideia do historiador não só como alguém preocupado com o crescente abandono dos bons costumes romanos, mas também como portador de uma moral que avisa para os perigos dos comportamentos viciosos.

Desta forma, quando colocamos em causa a função de Tácito enquanto mero relator de acontecimentos, contribuindo para a ideia de subjectividade que Mellor diz povoar a obra do historiador, não é possível ignorar que o historiador representa uma forma de escrever a história não apenas como um transmissor, mas também como um intérprete e um crítico dos acontecimentos que relata.

O distanciamento temporal, que o historiador tem dos acontecimentos que descreve, permite-lhe interpretar esses acontecimentos (neste caso os excessos dos espectáculos produzidos por Nero), e elaborar juízos de valor, também influenciados pelas ideologias estoicas da época e pelas consequências que esses acontecimentos poderão ter despoletado, a curto e longo prazo.

Quanto a nós, são estes os factores que trazem à superfície o pendor, hipoteticamente, moralista de Tácito.

¹⁸⁴ MELLOR, Ronald. *Tacitus*, London: Routledge, 1994, 69-73.

¹⁸⁵ Tác. *Ann.* XIV.15

Morrer no Império

Após um tema tão festivo do quotidiano romano, como são os espectáculos, viramo-nos para uma face mais negra desse mesmo quotidiano: a morte, uma vez que também ela faz parte do dia-a-dia de qualquer sociedade. A princípio poderá parecer uma transição demasiado abrupta de temas, passando do pólo positivo para o negativo. Contudo, apenas se não considerarmos os espectáculos como um cenário de morte e a morte como um espectáculo, dentro da cultura romana, nos parecerá estranha a aproximação entre estas duas componentes do quotidiano romano.

Como vimos no capítulo anterior, dedicado aos espectáculos, ritual e divertimento andavam de mãos dadas. Nicola Savarese vai mais longe e diz mesmo que na realidade a origem dos *Ludi Romani* é atribuída aos funerais, quando os jogos eram destinados a aplacar os espíritos dos defuntos. Para além desta afirmação de Savarese, também verificámos, no anterior capítulo, que entre os vários espectáculos, os de gladiadores eram os que mais se aproximavam, quanto à origem, dos rituais fúnebres, pelo nome que lhes era atribuído e que significava, como já vimos, as obrigações de realização de funerais aos mortos.

1. Os rituais fúnebres

Para os Romanos, de acordo com Toynbee, todos os mortos deveriam ser objecto de exéquias por parte dos seus descendentes, de modo a que os seus espíritos, os *Manes*, fossem aplacados, e de modo a que a morte, identificada com poluição, fosse purificada¹⁸⁶.

Porém, para os Romanos a ideia de desigualdade entre classes, durante a vida, também acompanhava os mortos, sendo, por isso, certo que as exéquias não eram as mesmas para todos, e que, para os elementos das classes menos favorecidas, podia inclusive não haver exéquias, facto que também dependia da capacidade económica dos respectivos descendentes.

A existência de rituais fúnebres, que nos é relatada por Tácito, diz respeito não só à família imperial, mas também aos funerais públicos de homens com cargos importantes no

¹⁸⁶ TOYNBEE, J. M. C.. *Death and Burial in the Roman World*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996, 43.

Estado, mesmo que os seus antepassados fossem originalmente modestos, como adiante veremos.

O primeiro dos funerais com o qual somos confrontados é o de Augusto, cujas diligências para a sua preparação foram discutidas pelo Senado, sendo a primeira delas a leitura do testamento, seguida de uma discussão acerca das honras que seriam prestadas àquele Imperador. A procissão fúnebre, o *funus*, deste *Princeps* caracterizou-se por uma passagem pela *porta triumphalis* em direcção à pira onde seria cremado, no *Campus Martius*; e pela exibição de nomes de legislações da autoria de Augusto. Alguns elementos do Senado, mais ousados, sugeriram que o corpo do *Princeps* fosse transportado em ombros por eles próprios. Porém, Tibério não foi a favor desta sugestão, assim como não foi a favor de manifestações demasiado efusivas por parte da população, proibindo os seus lamentos através de um édito:

*“Conclamant patres corpus ad rogum umeris senatorum ferendum. Remisit Caesar adroganti moderatione, populumque edicto monuit ne, ut quondam nimiis studiis funus diuii Iulii turbassent, ita Augustum in foro potius quam in campo Martis sede destinata, cremari uellent.”*¹⁸⁷.

O significado desta proibição não implicou a ausência da *plebs* durante o *funus*, mas sim um comedimento do lamento conjunto, comum na época, e acerca do qual Tácito nos volta a dar conta, aquando da chegada das cinzas de Germânico a Roma e da recepção que a população lhe faz:

*“Atque ubi primum ex alto uisa classis, complentur non modo portus et proxima mari, sed moenia ac tecta, quaque longissime prospectari poterat, maerentium turba et rogitantium inter se silentione an uoce aliqua egredientem exciperent.”*¹⁸⁸.

As figuras merecedoras de lamento popular conjunto são o verdadeiro motivo da proibição de Tibério, isto é, tendo em conta o evoluir dos acontecimentos anteriores à morte de Augusto e, sobretudo, de Germânico, o mais provável é que Tibério receasse que

¹⁸⁷ Tác. *Ann.* I. 8.

¹⁸⁸ Tác. *Ann.* III. 1.

este lamento colectivo degenerasse num tumulto difícil de controlar. Desta forma, Tibério estaria apenas a salvaguardar a manutenção da ordem popular.

Contudo, é verdade que, a certa altura, a proibição de lamento relativamente aos mortos poderia ser confundida com um acto de crueldade imperial, que tem o exemplo máximo no caso de uma mãe, que recebe a pena capital por chorar a morte do filho:

*“ Ne feminae quidem exsortes periculi. Quia occupandae rei publicae argui non poterant, ob lacrimas incusabantur; necataque est anus Vitia, Fufii Gemini mater, quod filii necem fleuisset. ”*¹⁸⁹.

Tácito sugere também hipocrisia, quando duvida da sinceridade dos argumentos apresentados por Tibério para justificar a sua ausência no funeral de Germânico:

*“Tiberius atque Augusta publico abstinuere, inferius maiestate sua rati si palam lamentarentur, an ne omnium oculis uultum eorum scrutantibus falsi intellegerentur.”*¹⁹⁰.

A atitude de Tibério poderá, contudo, ter ainda outra motivação, referida por B. Levick e que se relaciona com os ideais estóicos, que estavam em voga na altura e incitavam a sentimentos de força e moderação nas situações adversas:

*“ Gnarum id Tiberio fuit; utque premeret uulgi sermones, monuit edicto multos inlustrium Romanorum ob rem publicam obisse, neminem tam flagranti desiderio celebratum. Idque et sibi et cunctis egregium, si modus adiceretur. (...) Conuenisse recenti dolori luctum et ex maerore solacia; sed referendum iam animum ad firmitudinem, ut quondam diuus Iulius amissa unica filia, ut diuus Augustus ereptis nepotibus abstruserint tristitiam. ”*¹⁹¹.

As proibições de Tibério relativamente ao lamento conjunto não implicavam, contudo, a erradicação completa deste, que era, desde há muito, um dos componentes

¹⁸⁹ Tác. *Ann.* VI. 10.

¹⁹⁰ Tác. *Ann.* III.3.

¹⁹¹ LEVICK, B., *Tiberius as a Politician*, citado por FLOWER, Harriet I. *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture*, Oxford: Clarendon Press, 1996, 252; Tác. *Ann.* III. 6.

fulcrais dos funerais.

Um funeral público era encarado como um conjunto de rituais, que começava pela decoração do local onde se encontrava exposto o corpo, dando-se, desta forma, início ao período de lamento público e de luto. O costume dizia que o corpo devia ficar em exposição, em casa, vestido com as melhores roupas, altura em que se dava início ao referido período de lamento¹⁹², e que implicou, no caso de Germânico, uma suspensão da vida cívica, um abandono dos tribunais e um encerramento das casas:

“ *Hos uulgi sermones audita mors adeo incendit ut ante edictum magistratuum, ante senatus consultum sumpto iustitio desererentur fora, clauderentur domus.* ”¹⁹³.

Para além destes aspectos a nível da comunidade, havia também um lamento feminino, ou melhor, um período de nojo, que tinha a duração de um ano inteiro se estivesse em causa a morte de um príncipe. Este período tinha a mesma extensão no caso de uma mulher ficar sem o pai, ou o marido.

Ainda quanto à exposição do cadáver, não temos informação precisa acerca da sua duração, poderia pensar-se que as condições, existentes na Roma de então, não garantiam a higiene necessária à permanência prolongada de um cadáver por enterrar; porém, sabe-se que os romanos desta época, utilizavam ainda a técnica do embalsamamento dos corpos, o que perimiria que o cadáver se mantivesse exposto durante algum tempo, sem o comum receio de contaminações dentro da cidade¹⁹⁴.

O próximo passo era a procissão fúnebre, um ritual bastante rico, pela diversidade e do qual Tibério, e antes dele Augusto, mantinha a tradição, embora houvesse algumas diferenças relativamente às procissões fúnebres que ambos os Imperadores realizavam. Tácito dá um exemplo dessas diferenças, através do relato que faz do *funus* de Germânico

¹⁹² Cf. FLOWER, *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture*, Oxford: Clarendon Press, 1996, 93; para Germânico, o local destinado à exposição do seu cadáver foi o Fórum de Antioquia, onde haviam de ser celebrados os ritos finais.

¹⁹³ Tác. *Ann.* II. 82. A nossa interpretação, face a esta atitude por parte da população, vai no sentido de crer que assim se agiria sempre no caso de um Funeral de Estado, sobretudo no de alguém relacionado com a família imperial, uma vez que Tácito refere que a atitude do povo foi tomada mesmo sem publicação de qualquer édito do Senado, sugerindo que esta era uma prática comum.

¹⁹⁴ Dizemos que a técnica do embalsamamento dos corpos ainda era utilizada, uma vez que Tácito, a propósito de funeral de Poppaea, se refere a ela como uma extravagância, uma prática estrangeira já em desuso em Roma, mas que na realidade permitiria a exposição do cadáver por mais tempo; cf. Tác. *Ann.* XVI.6.

e do de Druso, chegando a sugerir uma comparação entre os dois, sendo a tônica da comparação a riqueza de um face ao despojamento do outro:

“ *Funus imaginum pompa maxime inlustre fuit, cum origo Iuliae gentis Aeneas omnesque Albanorum reges et conditor urbis Romulus post Sabina nobilitas, Attus Clausus ceteraeque Claudiorum effigies longo ordine spectarentur.* ”¹⁹⁵.

Quanto a Germânico, sabemos que não teve procissão fúnebre, pois foi cremado no local onde morreu¹⁹⁶, sem grandes pompas e sem *imagines*, apesar de, aquando do regresso das suas cinzas a Roma, lhe terem sido sugeridas honras póstumas:

“ *Funus sine imaginibus et pompa per laudes ac memoriam uirtutum eius celebre fuit. (...) Corpus antequam cremaretur nudatum in foro Antiochensium, qui locus sepulturae destinabatur, praetuleritne ueneficii signa parum constitit;* ”¹⁹⁷.

A decisão de Tibério face aos rituais fúnebres de Germânico foi apenas no sentido da prestação das últimas honras. A descrição de Tácito acerca destas é um ponto de partida para a nossa percepção de alguns costumes relativos a estas cerimónias, durante a época em que Tibério esteve no poder.

Assim, a anteceder as cinzas de Germânico, que foram levadas em ombros por centuriões, para o Mausoléu de Augusto, iluminado com tochas, iam bandeiras sem enfeites e machados invertidos; o cortejo era presenciado por cavaleiros, que vestiam uma *trabea*¹⁹⁸; pela população em geral, que envergava vestes de cor negra em sinal de luto, e que oferecia vestes queimadas e perfumes, dedicava vítimas ao espírito de Germânico e saudava-o com lágrimas e com uma última invocação, em forma de grito.

Imediatamente após uma descrição do que sucede à cinzas de Germânico, Tácito estabelece o contraste com as honras fúnebres que Augusto havia dado ao pai de

¹⁹⁵ Tác. *Ann.* IV. 9.

¹⁹⁶ A cremação, ou incineração, que implicava a redução completa do cadáver a cinzas, era uma prática comum, sobretudo entre os cidadãos caracterizados por *humiliores*, embora pudesse haver escravos e libertos que eram cremados, cf. FREDOUILLE, Jean-Claude. *Diccionario de la Civilización Romana*, Barcelona: Larousse, 1996.

¹⁹⁷ Tác. *Ann.* II. 73.

¹⁹⁸ A *trabea* era a veste oficial, cuja cor era púrpura.

Germânico, Druso, sublinhando as atitudes do Imperador e a presença de alguns elementos típicos de uma procissão fúnebre, tais como poemas e panegíricos em memória do morto, presença de músicos, de carpideiras e de *imagines* colocadas à cabeceira do cadáver:

“*Ipsum quippe asperrimo hiemis Ticinum usque progressum neque abscedentem a corpore simul urbem intrauisse; circumfusas lecto Claudiorum Liuiorumque imagines; defletum in foro, laudatum pro rostris, cuncta a maioribus reperta aut quae posteri inuenerint cumulata: at Germanico ne solitos quidem et cuicumque nobili debitos honores contigisse. (...) Vbi illa ueterum instituta, propositam toro effigiem, meditata ad memoriam uirtutis carmina et laudationes et lacrimas uel doloris imitamenta?*”¹⁹⁹.

Estas *imagines* eram máscaras feitas de cera, que ilustravam os antepassados masculinos da família do morto, detentores de um cargo público; eram usadas por um actor durante as procissões fúnebres, mas também podiam ser exibidas nos *atria* das casas, funcionando como símbolo do homem para a posteridade e para os seus parentes de sangue e resultantes de relações matrimoniais.

Se tivermos em atenção a procissão fúnebre que foi prestada a Druso (cunhado de Germânico) verificamos contrastes também relativamente ao que aconteceu com as cerimónias fúnebres deste último. Druso teve direito a um “desfile de efigies ancestrais” que fazem recuar as suas origens até Rómulo. Os seus antepassados estão todos no seu funeral, para o acompanharem na sua última caminhada²⁰⁰.

As *imagines* não são um elemento que esteja presente em todas as procissões fúnebres, uma vez que cidadãos, que tivessem sido alvo de acusações ou que tivessem decidido pôr termo à vida, podiam ser proibidos de exhibir a sua *imago* nas procissões fúnebres dos seus descendentes, uma vez que a sua condenação havia manchado o nome dos seus parentes, implicando o afastamento destes em relação àqueles²⁰¹.

Elemento também essencial de um funeral era o elogio, ou *laudatio*, que se fazia nas *Rostra* (os palanques utilizados para discursos públicos) e que servia não só para louvar quem havia morrido, mas que era também um momento em que o orador,

¹⁹⁹ As carpideiras eram mulheres contratadas para imitar a dor e chorar o morto, à semelhança do que acontecia, por exemplo, na nossa Idade Média; Tác. *Ann.* III.5.

²⁰⁰ Tác. *Ann.* IV.9.

²⁰¹ Pisão é um dos exemplos concretos desta proibição.

encarregado de proferir a *laudatio*, podia demonstrar as suas qualidades oratórias. Também neste aspecto o funeral de Germânico foi pobre, uma vez que, de acordo com o testemunho de Tácito, não houve qualquer discurso público em sua honra²⁰².

Já para o caso de Druso (cunhado de Germânico) não só se verificou um panegírico proferido por Tibério, mas também sabemos que este foi realizado na *Rostra*, facto que poderá não abonar em favor do Imperador, indicando uma atitude preferencial relativamente a Druso em detrimento de Germânico, como várias vezes insinua Tácito, em resultado destas diferenças na prestação de honras fúnebres:

*“Ceterum laudante filium pro rostris Tiberio senatus populusque habitum ac uoces dolentum simulatione magis quam libens induebat, domumque Germanici reuiescere occulti laetabantur.”*²⁰³.

No entanto, mais alturas houve em que Tibério não esteve presente nas cerimónias, nomeadamente nas que foram dedicadas à sua mãe que, apesar de ter tido um elogio público, este não foi realizado pelo seu filho, mas por Calígula, o neto de Augusta que viria a tornar-se Imperador:

*“Laudata est pro Rostris a Gaio Caesare pronepote, qui mox rerum potitus est.”*²⁰⁴.

Mais uma vez, o afastamento de Tibério, relativamente à prestação de honras fúnebres, é interpretado como uma atitude de desprezo. Esta interpretação é sugerida de modo ainda mais veemente por Tácito, quando o historiador insinua que Lúlia exercia algum controlo sobre Tibério, podendo fazer-se uma leitura da situação que vai no sentido de analisar a atitude do *Princeps* como um acto de alívio pela morte da mãe²⁰⁵.

O *funus* não terminava com este ritual de cariz público e enaltecendor, uma vez que o corpo devia ser cremado e os restos mortais deveriam ser sepultados num túmulo, que era o mesmo para toda a família, uma espécie de jazigo familiar.

²⁰² FLOWER, op.cit., 249 dá conta da existência de provas, como a *Tabula Siarensis* que atesta a realização de dois elogios por parte de Tibério e Druso, no Senado, mas dos quais o público não teve conhecimento, justificando-se deste modo o seu desagrado, já que estes discursos no Senado não substituíam um na *Rostra*.

²⁰³ Tác. *Ann.* IV. 12.

²⁰⁴ Tác. *Ann.* V.1.

²⁰⁵ Tác. *Ann.* V. 3.

Através desta descrição dos vários elementos, que poderiam estar presentes durante a realização dos rituais fúnebres, voltamos a confirmar a nossa afirmação inicial que aproxima os espectáculos da morte. A presença, nas procissões fúnebres, de actores com máscaras, carpideiras e músicos são componentes que transformam aquelas procissões em acontecimentos espectaculares.

Das restantes cerimónias (já a um nível mais privado) que se prendiam com o final do *funus*, Tácito apenas nos dá conta, numa breve alusão, de um jantar realizado nove dias depois da sepultura dos restos mortais. Tratava-se da *cena nouiendalis*, um jantar feito no túmulo do morto, consistindo numa ementa de vinho, pão e um pastel que seria feito de frango:

*“Exim Cotta Messalinus, saeuissimae cuiusque sententiae auctor eoque inueterata inuidia, ubi primum facultas data, arguitur pleraque in C. Caesarem quasi incertae uirilitatis, et cum die natali Augustae inter sacerdotes epularetur, nouendialem eam cenam dixisse.”*²⁰⁶.

Para além desta refeição, que encerrava todos os rituais de enterro, havia uma outra, anterior, realizada no final do dia do enterro, também junto da sepultura, mas apenas destinada à família, os únicos elementos que assistiam a esta fase do *funus*. Esta refeição era designada de *silicernium*²⁰⁷.

O final das cerimónias fúnebres não implicava que o morto caísse no esquecimento, relativamente a rituais que se podiam realizar em sua honra, uma vez que, tratando-se de uma figura proeminente, poder-se-iam votar honras póstumas, como as que foram sugeridas para Germânico, que incluíam, entre outras, inscrições perpetuadoras dos seus feitos ou deferência à sua *imago* e às suas estátuas, que ganhavam uma dimensão divina, merecedora de cultos e adoração:

“Honores ut quis amore in Germanicum aut ingenio ualidus reperti decretique: ut nomen eius Saliari carmine caneretur; sedes curules sacerdotum Augustalium locis superque eas querceae coronae statuerentur; ludos circensis eburna effigies praeiret neue

²⁰⁶ Tác. *Ann.* VI. 5.

²⁰⁷ FLOWER, op.cit., 93.

quis flamen aut augur in locum Germanici nisi gentis Iuliae crearetur. Arcus additi Romae et apud ripam Rheni et in monte Syriae Amano cum inscriptione rerum gestarum ac mortem ob rem publicam obisse. Sepulchrum Antiochiae ubi crematus, tribunal Epidaphnae quo in loco uitam finierat. Statuarum locorumue in quis coletur haud facile quis numerum inierit.”²⁰⁸.

Para além destes exemplos, sabemos que os aniversários e nascimentos privados também eram motivo de comemoração junto da sepultura do morto, uma vez que os Romanos, ao acreditarem na existência da vida do espírito, que, para além da morte, “poderia sofrer psicologicamente” e procurar vinganças, achavam necessárias atitudes de *pietas* para com os seus mortos²⁰⁹.

Finalmente, é necessário referir que a realização de todos estes rituais, dedicados a uma figura pública, não excluía a possibilidade de estes serem votados a alguém cuja origem não fosse suficientemente nobre. Tácito dá exemplos de alguns cidadãos com origens mais modestas, cujos nomes dos antepassados não tinham um posição tão evidente na sociedade romana, mas que foram merecedores de honras devidas a funerais públicos, com a autorização, essencial, do *Princeps*. Dois exemplos das excepções acima enunciadas são, como podemos ver nos exemplos seguintes, respectivamente Lucílio Longo e Sulpício Quirino:

“Is fuit Lucilius Longus, omnium illi tristium laetorumque socius unusque e senatoribus Rhodii secessus comes. Ita quamquam nouo homini censorium funus, effigiem apud forum Augusti publica pecunia patres decreuere, (...)”;

*“Sub idem tempus ut mors Sulpicii Quirini publicis exequiis frequentaretur petiuit a senatu.”*²¹⁰.

De acordo com os exemplos de rituais fúnebres apontados por Tácito, eram sobretudo os *honestiores* que tinham o privilégio de ter estes rituais, caracterizados por

²⁰⁸ Tác. *Ann.* II. 83.

²⁰⁹ A comemoração de aniversários junto à sepultura do morto é referida por FLOWER, cf. op.cit., 209; quanto ao sofrimento psicológico para além da morte, cf. KYLE, Donald G., *Spectacles of death in Ancient Rome*, London: Routledge, 2001, 129.

alguma pompa, ao contrário do que acontecia com os escravos e libertos, ou com os *humiliores*, que podiam ser enterrados numa vala comum²¹¹.

No entanto, a ausência de ritos funerários dignos poderia também afectar cidadãos que pertenciam a classes sociais elevadas, mas que, em resultado de um julgamento por perpetração de traição para com o Imperador, ou para com o Estado, haviam sido condenados. Estes cidadãos, para além de todos os prejuízos inerentes à sua situação, como a mácula que ficava associada ao seu nome e aos seus descendentes, e a perda dos bens, também estavam inibidos de ter um funeral digno, a par daqueles, cuja condição social o não permitia.

A realização de rituais fúnebres tornava-se impossível no caso dos condenados, que haviam sofrido suplício, pois os cadáveres destes eram expostos nas Gemónias, as escadas do Monte Capitólio, que davam para o Tibre, para onde eram lançados os corpos:

*“ Tradunt temporis eius actores, quia triumphali supplicio adfici uirginem inauditum habebatur, a carnifice laqueum iuxta compressam; exim obliis faucibus id aetatis corpora in Gemonias abiecta. ”*²¹².

Tácito refere, ainda, um caso mais chocante em que Tibério, na sequência das condenações dos cúmplices de Sejano, proíbe qualquer contacto com os cadáveres dos condenados que haviam sido atirados para junto do rio Tibre, e não autoriza qualquer lamento ou iniciativa relativamente às providências para um enterro ou para a cremação:

*“ Iacuit immensa strages, omnis sexus, omnis aetas, inlustres ignobiles, dispersi aut aggerati. Neque propinquis aut amicis adsistere, inlacrimare, ne uisere quidem diutius dabatur, sed circumiecti custodes et in maerorem cuiusque intenti corpore putrefacta adsectabantur, dum in Tiberim traherentur, ubi fluitantia aut ripis adpulsa non cremare quisquam non contingere. ”*²¹³.

²¹⁰ Tác. *Ann.* IV. 15 ; Tác. *Ann.* III. 48.

²¹¹ Cf. FREDOUILLE, Jean-Claude, *Diccionario de la Civilización Romana*, Barcelona: Larousse, 1996.

²¹² Tác. *Ann.* VI.v9.

²¹³ Tác. *Ann.* VI.19.

2. A escolha da morte

Tendo em conta estes finais, trágicos não só pelo castigo, mas sobretudo pela impossibilidade da realização de rituais fúnebres, em caso de pena de morte, muitos dos condenados pela justiça romana decidiam terminar a vida abruptamente.

O facto de um cidadão romano ser acusado e levado a julgamento era, como já referimos, razão não apenas de desprestígio social, mas também de vergonha pessoal e pública; e se o resultado do julgamento fosse a culpa e consequente castigo, o sentimento de vergonha seria ainda mais inevitável.

Quanto a nós, este modo de pensar e sentir seria resultado da forte consciência que os romanos tinham de que as suas qualidades, essa amálgama de ideais morais e políticos que os caracterizava enquanto povo com uma identidade própria, eram um valor a preservar e a respeitar.

De entre aquelas qualidades, poderíamos enumerar a *Honor* ou a *Dignitas*, porém parece-nos mais adequado à situação em questão (a vergonha a que um homem se teria de sujeitar em resultado de uma acusação), falarmos de uma outra qualidade, a *Virtus*. Esta característica, símbolo da honra do cidadão, era colocada em causa quando o romano se tornava objecto de julgamento. Durante o período em que Tibério foi Imperador, com bastante frequência, houve cidadãos confrontados com o facto de serem réus num julgamento. A solução encontrada para ultrapassarem a vergonha de se sentirem lesados na sua *Virtus* foi o suicídio.

Se havia alguns réus, que apenas no final do julgamento tomavam a opção, outros, porém, não esperavam pelo conhecimento da sentença e, prevendo-a, colocavam termo à vida. Esta opção tem muito a ver com os ideais que vinculavam na altura. Para além da, já referida, questão dos valores, sabemos que, na época que temos vindo a analisar, se encontravam em voga ideais filosóficos, que, em parte, seriam os responsáveis por estas atitudes suicidas: referimo-nos ao estoicismo, já abordado no capítulo anterior²¹⁴.

O estoicismo, iniciado por Zenão de Chipre, veiculava a ideia de que o saber é fonte de felicidade; no entanto os filósofos que se lhe seguiram, como Panécio e Posidónio, enveredaram por outros ideais, se o primeiro apostava mais nos deveres do indivíduo,

²¹⁴ Cf. Pp.93-94 do capítulo anterior, dedicado aos espectáculos em Roma, a referência às principais linhas que regiam a corrente filosófica do estoicismo.

na união entre corpo e alma, o segundo professava o domínio da razão sobre a emoção e «para curar as perturbações emocionais, propunha processos “irracionais” com efeito catártico»²¹⁵.

O estoicismo era, então, uma filosofia bastante do agrado do espírito romano, se compararmos o que as suas várias vertentes professavam com as características deste povo. A união daquilo que caracteriza o estoicismo com o que caracterizava os romanos é um dos motivos da ideia de heroicidade que aqueles transmitem. Relativamente ao suicídio, parece-nos que o estoicismo lhe veio dar as tonalidades nobres, das quais necessitava, para se transformar num acto de nobreza e de algum heroísmo, permitindo uma “explosão” de casos suicidas, como podemos verificar neste séc. I d. C., sobretudo nos anos subsequentes à influência exercida por Sejano no Império.

Os casos de suicídio, que nos são apresentados por Tácito no decurso da sua narrativa, não se afastam dos motivos acima referidos, porém, havia também uma motivação prática para este acto por parte dos réus, isto é, quando confrontados com uma condenação, os réus perdiam o direito aos bens e, se a pena fosse de morte, perdiam também o direito a um enterro, ao passo que se a decisão fosse a de acabar com a própria vida, o testamento do réu permanecia, por regra, respeitado:

*“Nam promptas eius modi mortes metus carnificis faciebat, et quia damnati publicatis bonis sepultura prohibebantur, eorum qui de se statuebant, humabantur corpora, manebant testamenta, pretium festinandi”*²¹⁶.

No entanto, no caso de Libão Druso, uma das excepções a esta regra²¹⁷, os seus bens foram distribuídos pelos acusadores e verificaram-se algumas proibições relativamente ao uso do seu cognome pelos membros da sua família e às procissões funerárias dos seus descendentes, o que, quanto a nós, seria mais uma consequência da acusação do que do suicídio:

“Bona inter accusatores diuiduntur, et praeturae extra ordinem datae iis qui

²¹⁵ PEREIRA, Maria Helena da Rocha. *História da Cultura Clássica* - II Vol. – Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, ²1989, 100.

²¹⁶ Tác. *Ann.* VI. 29.

²¹⁷ Outra excepção verificada é a do caso de *Gaius Silius*, a quem, apesar do suicídio, foi deduzido o prémio

senatorii ordinis erant. Tunc Cotta Messalinus, ne imago Libonis exequias posteriorum comitaretur, censuit, Cn. Lentulus, ne quis Scribonius cognomentum Drusi adsumeret.»²¹⁸.

Relativamente às razões para o suicídio, já referimos que ele era sinónimo de dignidade, mas, mais do que isso, este acto era, por vezes, visto como o único modo de afastamento e saída da calamidade pública em que se encontrava Roma e o Império, como referiu um amigo de Sejano perante um número de pessoas que assistia ao seu suicídio:

«“(…) *Vos obtestor, ne memoriam nostri per maerorem quam laeti retineatis, adiciendo me quoque iis, qui fine egregio publica mala effugerunt.*” *Tunc singulos, ut cuique absistere, adloqui animus erat, retines aut dimittens partem diei absumpit, multoque adhuc coetu et cunctis intrepidum uultum eius spectantibus, cum superesse tempus nouissimis crederent, gladio, quem sinu abdiderat, incubuit.*»²¹⁹.

Desta forma, o suicídio não era necessariamente uma consequência da acusação de qualquer crime, mas por razões de inconformidade com a situação de deturpação de valores que Roma vivia, como foi o caso de Coceio Nerva, um amigo próximo de Tibério:

“*Haud multo post Cocceius Nerua, continuus principi, omnis diuini humanique iuris sciens, integro statu, corpore inlaeso, moriendi consilium cepit. Quod ut Tiberio cognitum, adsidere, causas requirere, addere preces, fateri postremo graue conscientiae, graue famae suae, si proximus amicorum nullis moriendi rationibus uitam fugeret.*”²²⁰.

O suicida via nesta saída um fim enobrecedor, para uma vida que sentia condenada, mais tarde, ou mais cedo, à ruína; como seria a de um habitante de um tribo da Hispânia Citerior, vendo a tortura no seu destino:

“*Idemque cum postero ad quaestionem retraheretur, eo nisu proripuit se custodibus*

de Augusto e calculadas todas as exigências fiscais.

²¹⁸ Tác. *Ann.* II. 32.

²¹⁹ Tác. *Ann.* VI. v6, v7.

²²⁰ Tác. *Ann.* VI. 26.

saxoque caput adflixit, ut statim exanimaretur.”²²¹.

Ainda que em determinada altura, Tibério se mostrasse complacente perante alguém que havia cometido suicídio, como forma de se auto-dignificar e de afastar o peso de uma acusação do nome da família:

*“Saepe audiui principem nostrum conquerentem si quis sumpta morte misericordiam eius praeuenisset.”*²²².

Outras ocasiões há em que, confrontado com o suicídio de um réu, Tibério condena a atitude, caracterizando-a como uma fuga à culpa:

*“(…) id se repetiuisse in Labeone, atque illum, quia male administratae prouinciae aliorumque criminum urgebatur, culpam inuidia uelauisse, frustra conterrita uxore, quam etsi nocentem periculi tamen expertem fuisse.”*²²³.

Mas não era apenas o suicídio de réus que merecia por parte do Imperador um comentário desfavorável, também a morte do amigo Coceio Nerva provocou em Tibério um comentário que dizia bastante da sua personalidade e da sua atitude perante os súbditos e perante os seus deveres enquanto Imperador:

*“(…) fateri postremo graue conscientiae, graue famae suae, si proximus amicorum nullis moriendi rationibus uitam fugeret.”*²²⁴.

Com estas declarações, Tibério mostrava-se apenas um Imperador receoso da opinião dos outros, alguém pouco consciente da situação em que se encontrava o Império e, mais do que isso, pouco consciente dos sentimentos que a sua governação suscitava não só nos súbditos, mas sobretudo junto dos que lhe eram mais próximos.

Os vários casos de suicídio apresentados ao longo do relato de Tácito não resultam

²²¹ Tác. *Ann.* IV. 45.

²²² Tác. *Ann.* III. 50.

²²³ Tác. *Ann.* VI. 29.

²²⁴ Tác. *Ann.* VI. 26.

apenas da utilização de objectos cortantes, como o cinzel, sobre as artérias do pulso, como supomos ser o caso apresentado pelo historiador no exemplo seguinte:

*“Mox crebris prolationibus spem ac metum iuxta grauatus Vitellius petito per speciem studiorum scalpro leuem ictum uenis intulit uitamque aegritudine animi finiuit.”*²²⁵.

Tácito também nos dá a conhecer casos em que não era o pulso, mas o pescoço, o local escolhido pelo suicida para infligir o golpe fatal:

*“Dein multam post noctem, egressa cubiculo uxore, operiri foris iussit; et coepta luce perfosso iugulo, iacente humi gladio, repertus est.”*²²⁶.

Para além destes são-nos apresentados casos em que o método de suicídio era a ausência de alimentos, ou seja, o jejum forçado, ou o enforcamento, como nos mostram os exemplos seguintes:

“Igitur Domitius defensionem meditans, Marsus tamquam inediam destinauisset, produxere uitam: (...)”;

*“Et Iulius Celsus tribunus in uinclis laxatam catenam et circumdatam in diuersum tendens suam ipse ceruicem perfregit.”*²²⁷.

Mas também parece ser comum a opção pelo veneno, como meio de pôr fim à vida e ainda a queda propositada de uma local alto, conforme podemos ver pelos dois exemplos abaixo transcritos:

²²⁵ Tác. *Ann.* VI. v8: o cinzel era um instrumento de escrita, porém aqui também serve para a incisão nas artérias.

²²⁶ Tác. *Ann.* III. 15.

²²⁷ Tác. *Ann.* VI. 48: O suicídio através do jejum forçado apresenta contornos algo dúbios, já que a ausência de alimentação poderia ser, também, uma situação imposta por coacção, cf. *Ann.* VI. 23, de modo a que, como Tácito refere no caso de Agripina, a morte do indivíduo se assemelhasse a um suicídio cf. *Ann.* VI. 25; Tác. *Ann.* VI. 14.

“Eo anno neque quod L. Aruseius ... morte adfecti forent, adsuetudine malorum ut atrox aduertebatur, sed exterruit quod Vibulenus Agrippa eques Romanus cum perorassent accusatores, in ipsa curia depromptum sinu uenenum hausit, prolapsusque ac moribundus festinatis lictorum manibus in carcerem raptus est, faucesque iam exanimis laqueo uexatae.”

*“Isdem diebus Sex. Papinius consulari familia repentinum et informem exitum delegit, iacto in praeceps corpore.”*²²⁸.

O conhecimento de Tácito relativamente ao modo como os suicidas decidiam terminar a vida, não é apenas graças às provas existentes; a verdade é que se havia alguns que preferiam fazê-lo sozinhos, outros não se coíbiavam de o fazer em público, reunindo os seus amigos mais próximos, como já vimos ter acontecido no caso de um amigo de Sejano, ou na presença dos escravos da casa que, como os de Libão, assistiam ao processo:

*“Cingebatur interim milite domus, strepebant etiam in uestibulo ut audiri, ut aspici possent, cum Libo, ipsis quas in nouissimam uoluptatem adhibuerat epulis excruciatas, uocare percussorem, prensare seruorum dextras, inserere gladium.”*²²⁹.

Face a todos estes exemplos de gente que desiste de viver, somos levados a pensar que os ideais morais prezados pelos romanos dos primeiros anos do séc. I d. C., não se coadunariam com a realidade que os rodeava. A corrupção, o clima de suspeição, vividos em Roma, ganhavam terreno à *Fides*, à *Honor*, à *Dignitas* e à *Virtus* fazendo com que, como refere Tácito, conversas e encontros fossem evitados:

*“Non alias magis anxia et pauens ciuitas, sui tegens aduersum proximos; congressus conloquia, notae ignotaeque aures uitari; etiam muta atque inanima, tectum et parietes circumspectabantur.”*²³⁰.

²²⁸ Tác. *Ann.* VI. 40; Tác. *Ann.* VI. 49.

²²⁹ Relativamente ao amigo de Sejano que se suicida, cf. o passo já por nós enunciado de Tác. *Ann.* VI.v7.; Tác. *Ann.* II. 31.

²³⁰ Tác. *Ann.* IV.69.

Porém, como é óbvio, estas não eram as únicas mortes com que Roma se deparava, nem o estoicismo, a corrupção e a desconfiança os únicos responsáveis por elas.

As condições de vida a que estavam sujeitos os habitantes de Roma, como a pobreza, as catástrofes naturais, os acidentes provocados pela precariedade das construções, como referimos no anterior capítulo, ou pelos fogos frequentes; a existência de guerras que ceifavam inúmeras vidas, contribuíram para que a esperança de vida da população da Roma imperial fosse bastante mais reduzida do que a que conhecemos nos nossos dias e nas sociedades do mundo desenvolvido.

Entre estas condicionantes, encontramos também actividades profissionais de risco, como eram, entre outras, as dos militares e, sobretudo, as dos gladiadores. Fixamo-nos nestes últimos porque eles são um dos nossos pontos de ligação entre a morte e os espectáculos.

Depois de já termos visto como a origem dos espectáculos se desprende da realização dos rituais fúnebres, e de como ambos apresentam aspectos semelhantes, voltamos a apresentar um ponto em que estes dois aspectos do quotidiano, espectáculos e morte, se fundem. Os jogos de gladiadores são, por excelência, o cenário de morte de Roma, visto que o objectivo final seria sempre a morte do gladiador, quer ele fosse um escravo recrutado para esta profissão, quer fosse um cidadão condenado “*ad gladium*” pela justiça.

A crueldade das lutas, o desprezo pela integridade física não apenas do ser humano mas, sobretudo no caso dos gladiadores, das “*res*”, os escravos que engrossavam os números de gladiadores em exibição, tornava este espectáculo num fornecedor de vítimas para inumar ou cremar. Porém, devido à condição social mais baixa daquelas vítimas, estes funerais eram desprovidos da pompa que lhes conhecemos para outras figuras de maior destaque.

Em suma, daquilo que observámos acerca da morte, enquanto elemento do quotidiano da Roma dos anos que vão desde 14 a 37 d.C, podemos presumir que, em Roma, se vivia um ambiente de instabilidade e insegurança, que para os elementos das classes mais elevadas implicava uma preocupação constante com os jogos de influências e de poder, com a fidelidade demonstrada para com o Imperador e a existente entre os seus pares.

Para um cidadão proeminente nenhum cargo era permanente ou isento de mácula,

as inimizades, os rumores e as conspirações eram uma constante nesta Roma Imperial, como consequência última, a morte (por assassinato, por condenação ou por suicídio) espreitava a cada esquina, à espera de um passo em falso.

Para os menos favorecidos socialmente as preocupações relacionavam-se sobretudo com a aquisição de alimento, e a manutenção da sua pessoa não só ao nível da saúde, mas também ao nível da segurança. Roma era uma cidade com muitos habitantes de classes desfavorecidas, cujas necessidades básicas para uma vida com o mínimo de qualidade não eram satisfeitas. A redução da longevidade dos elementos destas classes é portanto uma consequência inevitável.

O modo como a morte é encarada pela sociedade romana da época de Tibério, é também um ponto de partida para uma reflexão acerca da visão que os romanos tinham do ser humano.

Através do relato de Tácito, podemos ver como para os homens desta época conceitos como a honra e virtude se sobrepunham à integridade física e ao sofrimento pessoal; como a morte era encarada de forma tão enfática que merecia ser solenizada, juntamente com o morto e com todos os antepassados da família daquele. É como se o ser humano, numa corrente de pensamento influenciada sobretudo pelos ideais estóicos, apenas se superasse verdadeiramente através da morte, passando a ser mais louvado após a passagem dessa barreira.

Finalmente, os relatos de Tácito, acerca do modo como era vivido pelos romanos este aspecto do quotidiano, demonstram-nos como as políticas de Tibério se reflectiam mesmo em aspectos tão indiscutíveis para a mentalidade romana, como era o proporcionar aos seus entes mortos um funeral adequado. A austeridade, que já aqui dissemos ser uma das linhas de governo deste Imperador, impede os romanos mais abastados de poderem exequiar os seus mortos com toda a solenidade a que estavam habituados, obrigando às necessárias adaptações, que a longo prazo estariam na origem de novas formas de vivenciar este elemento do quotidiano.

O quotidiano militar, um outro aspecto da vida romana, na época de Tibério

Depois de termos verificado como são os quotidianos de alguns elementos da sociedade romana e como são vividos alguns dos momentos desse quotidiano, ocuparmo-nos-emos, em seguida, do quotidiano de um outro elemento que, pertencendo a essa mesma sociedade, conhece realidades bastante diferentes daquelas a que a maior parte da população romana está habituada.

Referimo-nos ao quotidiano dos militares ao serviço do exército romano, durante a época em que Tibério era Imperador.

A pertinência de uma abordagem ao quotidiano dos militares romanos no presente trabalho justifica-se não só pela importância que o exército romano tem na constituição do Império de Roma, mas também pelo modo como poderá influenciar uma caracterização geral da vida quotidiana desta época.

1. Contexto epocal e espacial em que se movem os militares romanos.

Quando Tibério chegou ao poder, o Império Romano já se havia expandido, pelas mãos de Augusto, pelo Egipto, Galácia, Judeia, tinha avançado para os Alpes, Danúbio e para o Reno, anexando ainda a Récia, a Panónia e a Moésia.

Augusto havia deixado um importante documento, que foi lido aquando da sua morte e que catalogava os recursos nacionais em termos de território, bens militares e monetários; este Imperador deixava, ainda, ordens no sentido da manutenção das fronteiras do Império, sem que se procedesse a um aumento do mesmo:

*“Opes publicae continebantur, quantum ciuium sociorumque in armis, quot classis, regna, prouinciae, tributa aut uectigalia, et necessitates ac largitiones.”*²³¹

Desta forma, Tibério herda o território que Augusto havia fixado e o exército que este Imperador tinha reorganizado. O primeiro Imperador foi o responsável por uma reforma do exército romano, que até aí mantinha as características que lhe tinham sido atribuídas por Júlio César. É a este exército reelaborado que associamos a ideia do

ambiente militar romano, que nos foi induzida pelas grandes produções cinematográficas.

Face à herança deixada por Augusto, a dificuldade de Tibério estava em mantê-la tal qual a tinha recebido, ou seja, um grupo de forças militares no Império, que zelavam pela segurança do território romano.

Itália estava, de acordo com o relato que Tácito faz do documento deixado por Augusto, protegida não só por terra, mas também por mar:

*“Italiam utroque mari duae classes, Misenum apud et Rauennam, proximumque Galliae litus rostratae naues praesidebant, quas Actiaca uictoria captas Augustus in oppidum Foroiuliense miserat ualido cum remige.”*²³².

Para além desta protecção, havia ainda em Roma um corpo de militares, recrutados por Augusto, considerados os melhores de Roma. Tratava-se da “fina-flor” das tropas Germanas, utilizada como uma milícia privada na guarda imperial, mas que também podia ser enviada para resolver os motins iminentes entre os legionários, como o que sucedeu junto à fronteira com a Panónia, no ano 14 d. C:

*“Et cohortes delecto milite supra solitum firmatae. Additur magna pars praetoriani equitis et robora Germanorum, qui tum custodes imperatori aderant;”*²³³.

Juntamente com este grupo de tropas Germanas, que se dirigiam para a Panónia, ia parte da cavalaria pretoriana, uma outra força militar proveniente de coortes existentes em Roma.

Estes militares concentrados em Roma, depois de terem sido recrutados da Etrúria, da Úmbria, do velho Lácio e das primeiras colónias romanas, encontravam-se agrupados em três coortes urbanas e nove coortes pretoriais; um dos seus principais deveres era a prontidão que deveriam apresentar no caso de qualquer necessidade de segurança da cidade, como também refere o, já citado, documento de Augusto:

“(…) ac si repentinum auxilium Italia posceret, haud procul accirentur, quamquam

²³¹ Tác. *Ann.* I.11.

²³² Tác. *Ann.* IV.5.

insideret urbem proprius miles, tres urbanae, nouem praetoriae cohortes, Etruria ferme Vmbriaeque delectae aut uetere Latium et coloniis antiquitus Romanis.”²³⁴.

Para além do referido estado de alerta permanente, a estas coortes estavam também atribuídas funções de guarda da casa imperial, da guarda dos escravos de cidadãos que, como Lépida, se encontravam sob julgamento; ou ainda o transporte do correio oficial, como podemos verificar em diferentes momentos do relato de Tácito:

“Idemque seruos Laepidae, cum militari custodia haberentur, transtulit ad consules neque per tormenta interrogari passus est de iis quae ad domum suam pertinerent.” ²³⁵;

*“(…) sua in manu aditus litterarumque magna ex parte se arbitrum fore, cum per milites commearent,”*²³⁶.

Estes grupos de militares encontravam-se, até ao ano 23 d. C., espalhados pela cidade. Mas Sejano, designado por Tibério para assumir o seu comando, decide nesse ano fazer alterações de fundo na organização das nove coortes pretoriais.

De acordo com o que nos diz Tácito, Sejano agrupa estas coortes, que até aí eram independentes umas das outras, num único acampamento, o *castra praetoria*. Deste modo, as nove coortes haviam-se transformado em algo, que em termos numéricos estaria muito próximo de uma legião, o que, de acordo com Sejano, traria vantagens ao nível da distribuição de ordens, que passaria a ser em simultâneo para todas as nove coortes, e do controlo dos grupos que, quando confrontados com o seu número e força, sentiriam maior confiança e temor relativamente uns aos outros:

“Vim praefecturae modicam antea intendit, dispersas per urbem cohortis una in castra conducendo, ut simul imperia acciperent, numeroque et robore et uisu inter se fiducia ipsis, in ceteros metus oreretur. Praetendebat lasciuires militem diductum; si quid

²³³ Tác. *Ann.* I.24.

²³⁴ Tác. *Ann.* IV.5.

²³⁵ Tác. *Ann.* III.22.

²³⁶ Tác. *Ann.* IV.41.

subitum ingruat, maiore auxilio pariter subueniri; et seuerius acturos, si uallum statuatur procul urbis inlecebris.”²³⁷.

Estas medidas resultaram da ideia, que Sejano tinha, de que as tropas dispersas geravam rebeldia mais facilmente, de que haveria mais eficácia se, numa emergência, estas estivessem todas juntas e de que, num acampamento, longe das atracções da cidade, os grupos teriam melhor conduta.

Tendo em conta a justificação de Sejano, parece-nos claro que a vida dos militares das coortes, que prestavam serviço em Roma, seria bastante mais fácil do que a das legiões que protegiam as fronteiras do Império, cujas condições de vida e de trabalho seriam mais duras e com menos regalias, dada a distância a que se encontravam da opulência da capital²³⁸.

Vinte e cinco era o número de legiões, disciplinadas e exercitadas, a quem Augusto havia deixado a protecção das fronteiras do Império, aquando da sua morte. Durante o principado de Tibério, em 23 d. C., sabemos que ainda se podiam encontrar estas legiões dispersas um pouco por todo o Império, como nos enumera o autor de *Annales*, dando-nos também a conhecer o cenário onde se movimentava parte da força militar romana:

*“Sed praecipuum robur Rhenum iuxta, commune in Germanos Gallosque subsidium octo legiones erant. Hispaniae recens perdomitae tribus habebantur. (...) Cetera Africa per duas legiones parique numero Aegyptus, deinque initio ab Suriae usque ad flumen Euphraten, quantum ingenti terrarum sine ambitur, quattuor legionibus coercita, accolis Hiberno Albanoque et aliis regibus, qui magnitudine nostra proteguntur aduersum externa imperia. Et Thraeciam Rhoemetalcis ac liberi Cotyis, ripamque Danuuii legionum duae in Pannonia, duae in Moesia attinebant, totidem apud Delmatiam locatis, quae positu regionis a tergo illis, (...)”*²³⁹.

²³⁷ Tác. *Ann.* IV.2.

²³⁸ Em Roma, para além destas coortes a que acabámos de nos referir, existia um outro grupo designado por coortes *uigiles*, às quais pertenciam os homens que zelavam pela vigilância nocturna da cidade e pelo serviço de bombeiros e que, talvez pelo facto de os recrutamentos serem feitos entre os escravos (como já referimos no capítulo dedicado ao quotidiano dos escravos) e libertos não eram considerados como verdadeiros soldados, não sendo por isso, contabilizados como força militar.

²³⁹ Tác. *Ann.* IV.5.

Oito legiões no Reno, três legiões na Hispânia, duas legiões na África, outras duas no Egito, quatro legiões, desde a Síria ao Eufrates; duas a vigiar as margens do Danúbio, outras duas na Moesia e ainda mais duas na Dalmácia perfazem o total de 25 legiões, distribuídas ao longo do Império, em acampamentos.

1.1 Acampamentos

O primeiro contacto que temos com a palavra acampamento, durante o discurso de Tácito, é a propósito do relato que o historiador faz da revolta dos militares, que se encontram junto da fronteira com a Panónia, um episódio já aqui referido e ao qual voltaremos posteriormente.

“(...) *cum Pannonicas legiones seditio incessit* (...). *Castris aestiuis tres simul legiones habebantur, praesidente Iunio Blaeso*.(...)”²⁴⁰.

Ao falar do acampamento que acolhe os militares, Tácito caracteriza-o com o adjectivo “*aestiuis*”. Desta forma, ficamos desde logo a saber da existência de acampamentos de Verão, para o acolhimento dos militares. Porém, a utilização do adjectivo conduz-nos também à ideia da existência de outros acampamentos para além dos de Verão, os acampamentos de Inverno.

Esta ideia é atestada por um relato do historiador, quando este nos mostra o modo como Gneu Léntulo, homem respeitado entre os soldados pela fama militar e idade avançada, a propósito desta revolta, se tinha unido a Druso contra os protestos dos militares e juntamente com o príncipe, enviado por Tibério para aplacar a fúria militar, se preparava para sair do acampamento amotinado e dirigir-se a um acampamento de Inverno:

“*Nec multo post digredientem cum Caesare ac prouisu periculi hiberna castra* (...)”²⁴¹.

²⁴⁰ Tác. *Ann.* I.16.

²⁴¹ Tác. *Ann.* I.27.

Estes acampamentos de Inverno tinham um carácter permanente, estavam sempre operacionais e era para lá que os militares se dirigiam, com o intuito de passar aquela estação do ano. Durante o Inverno, salvo se se estivesse no decurso de alguma batalha, raramente havia actividade bélica devido às condições atmosféricas pouco favoráveis, sobretudo em regiões mais a Norte como a Panónia, onde os rigores do Inverno não seriam comparáveis aos que se viviam no Inverno romano, certamente mais ameno pelas influências do clima mediterrânico, às quais os soldados estariam mais habituados.

Os combates travados durante o Inverno, com resultados menos bem sucedidos do que se fossem realizados no Verão, e a falta de condições oferecida pelos acampamentos de Verão levariam os militares a um refúgio nos referidos acampamentos de Inverno, onde homens e equipamento estariam a salvo:

*“Auxerat militum curas praematura hiems imbribus continuis adeoque saevis, ut non egredi tentoria, congregari inter se, uix tutari signa possent, quae turbine atque unda raptabantur.(...) non aliud malorum leuamentum, quam si linquerent castra infausta temerataque et, soluti piaculo, suis quisque hibernis redderentur.”*²⁴².

Ao contrário dos de Inverno, sempre prontos a receber os militares, como podemos depreender dos exemplos já apresentados, os acampamentos de Verão tinham um carácter de maior efemeridade, eram construídos somente no final de cada campanha e poderiam, por vezes, ter apenas a duração de uma noite, se levarmos em conta que a maioria dos combates eram travados durante o dia, como Tácito nos faz crer:

*“Iamque sero diei subducit ex acie legionem faciendis castris: ceterae ad noctem cruore hostium satiatæ sunt.”*²⁴³.

O imediatismo da construção de um acampamento pode também ser apreciado no exemplo seguinte, em que os soldados erguem um acampamento no limite da fronteira com

²⁴² Tác. *Ann.* I.30.

²⁴³ Tác. *Ann.* II.21. Durante o relato de Tácito há ainda outro comentário (*Ann.* I.64), que refere como os soldados, assim que caía a noite, se afastavam do campo de batalha e se dirigiam ao acampamento. Relativamente a este assunto dos acampamentos de Verão, com carácter efêmero, cf. BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 139.

o inimigo, nas vésperas do ataque que pretendem levar a cabo; do mesmo modo, é possível ver a preocupação que os soldados tinham em proteger o seu acampamento com árvores abatidas, uma matéria-prima, que também denuncia o, já referido, carácter temporário destas estruturas:

*“At Romanus agmine propero siluam Caesiam limitemque a Tiberio coeptum scindit, castra in limite locat, frontem ac tergum uallo, latera concaedibus munitus.”*²⁴⁴.

O erguer de uma infra-estrutura com as dimensões essenciais às necessidades básicas dos militares, ou seja, tendas e postos de vigia para que todos pudessem passar a noite sem sobressaltos, implicava em primeiro lugar, a procura de uma localização favorável, que facilitasse aos militares as entradas e saídas do acampamento, sem que fossem surpreendidos pelas investidas dos inimigos. Desta forma, de acordo com as palavras de Tácito, seria necessário cortar a erva e escavar, de modo a ser construída a muralha (*uallum*) sobre uma porção de terra amontoada e terraplanada (*agger*), que, pela sua elevação, serviria de posto de vigia:

*“Struendum uallum, petendus agger; amissa magna ex parte per quae egeritur humus aut exciditur caespes;”*²⁴⁵.

Contudo, para lá da muralha, os soldados teriam, ainda, de abrir trincheiras (*fossae*), o primeiro dos obstáculos com os quais se deparariam os inimigos, em caso de ataque.

Só depois da passagem por estas fortificações exteriores e pelos seus portões, guardados com sentinelas, se chegava ao interior do acampamento, como podemos ver aquando da descrição da chegada de Druso ao acampamento fixado na Panónia:

*“Postquam uallum introiit, portas stationibus firmant, globos armatorum certis castrorum locis opperiri iubent;”*²⁴⁶.

²⁴⁴ Tác. *Ann.* I.50.

²⁴⁵ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 140; Tác. *Ann.* I.65.

Ao entrar no acampamento, Druso não se surpreenderia com a organização do acampamento e, do mesmo modo, saberia exactamente para onde e por onde se dirigir, uma vez que os acampamentos romanos partilhavam um mesmo plano de construção, adoptando, de acordo com Yann Le Bohec, uma forma rectangular. Dividido longitudinalmente por duas ruas, a Quintana e a Principal, que mantinham o nome de acampamento para acampamento, este espaço rectangular era, em parte, atravessado por uma outra via, a Decumana²⁴⁷.

Outros elementos há, que são presença constante nos acampamentos de Verão, como podemos ver, por exemplo, através da referência que Tácito faz ao acampamento abandonado de Varo:

*“Prima Vari castra lato ambitu et dimensis principiis trium legionum manus ostentabant;”*²⁴⁸.

De acordo com o historiador, no interior do acampamento, haveria um espaço calculado para o quartel-general (*principia*); a descrição do acampamento de Germânico é também uma forma de vermos como havia tendas para os generais, cujas características se apresentavam distintas das tendas dos restantes militares:

*“Nocte coepta egressus augurali per occulta et uigilibus ignara, comite uno, contectus umeros, ferina pelle, adit castrorum uias, adsistit tabernaculis fruiturque fama sui, cum hic nobilitatem ducis, decorem alius, plurimi patientiam, comitatem, per seria, per iocos eundem in animum laudibus ferrent reddendamque gratiam in acie faterentur;”*²⁴⁹.

Neste exemplo vemos como a entrada da tenda do general, fixada junto à Via Principal, estava guardada por sentinelas e como, no seu interior, havia um espaço

²⁴⁶ Tác. *Ann.* I.25.

²⁴⁷ BOHEC, Yann Le *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 140 e XXVII.

²⁴⁸ A nossa afirmação de que o acampamento de Varo seria temporário está baseada na caracterização que o historiador faz da estrutura, quando diz ser a primeira deste general; e no facto de, no capítulo anterior (*Ann.* I.60), Tácito identificar a Floresta Teutoburguense, como a localização possível deste acampamento, ou seja, se o acampamento fosse permanente, a sua localização seria mais bem conhecida do que se de um acampamento temporário se tratasse, como acreditamos ser o caso. Tác. *Ann.* I.61.

destinado exclusivamente à tomada de auspícios, (*augurarium*), o que, quanto a nós, fazia dela o edifício mais importante do acampamento, não só a nível simbólico, mas também a nível da importância do seu ocupante, justificando a segurança de que era alvo, como veremos adiante²⁵⁰. Para além da tenda do general, podemos também verificar que as tendas (*contubernia*) dos restantes militares (centuriões e soldados), com arruamentos entre si, estavam agrupadas e albergavam vários homens, em simultâneo, como nos diz Tácito:

*“Non proelio, non aduersis e castris, sed isdem e cubilibus, quos simul uescentis dies, simul quietos nox habuerat, discedunt in partis, ingerunt tela.”*²⁵¹.

Este relato do historiador elucida-nos acerca das condições em que se encontravam os soldados. Ao fazer referência à partilha das refeições e ao local onde passavam a noite, Tácito conduz-nos à ideia de que as tendas seriam casernas militares, que os soldados partilhavam com outros companheiros para passarem a noite e para tomarem as suas refeições²⁵².

No entanto, militares e generais não seriam os únicos a povoar aquele espaço, uma vez que Tácito também faz referência à presença de mulheres e crianças nos acampamentos militares:

*“Feminas inlustris, non centurionem ad tutelam, non militem, nihil imperatoriae uxoris aut comitatus soliti: (...); iam infans in castris genitus, in contubernio legionum eductus, quem militari uocabulo Caligulam appellabant, quia plerumque ad concilianda uulgi studia eo tegmine pedum induebatur.”*²⁵³.

²⁴⁹ Tác. *Ann.* II.13.

²⁵⁰ Cf. p. 149 deste capítulo.

²⁵¹ Tác. *Ann.* I. 49.

²⁵² A utilização do termo “*cubile*”, com o significado de “quarto”, não anula a designação acima apresentada de “*contubernium*”, que significa “tenda comum”. Tácito atribui à primeira palavra o significado da segunda, quando lhe anexa o pronome demonstrativo “*idem, eadem, idem*”, conseguindo uma ideia de partilha. Já quando comparado o termo “*contubernium*” com “*tabernaculum*”, utilizado na designação das tendas dos generais, a diferença apresenta-se de imediato, quer na ausência do prefixo “*cum*”, que traz consigo a ideia de comunhão, quer no significado da palavra em si, que designa a tenda utilizada pelos arúspices para a realização dos auspícios.

²⁵³ Tác. *Ann.* I.41.

Assim, apesar das oposições claras, já por nós referidas neste trabalho²⁵⁴, por parte do Senado à presença das mulheres dos comandantes nos acampamentos, e da lei que proibia que os soldados casassem, a utilização das palavras “*castra*” e “*contubernium*” pelo historiador, no exemplo acima apresentado, faz-nos crer que estas mulheres estavam acomodadas precisamente no acampamento romano e não nos pequenos aglomerados, que se fixavam junto daqueles e aos quais, de acordo com Yahn Le Boec, era dado o nome de “*canabae*”²⁵⁵.

As referências do historiador vão, no excerto acima citado, apenas para a mulher, para o filho de Germânico e para as mulheres de outros generais²⁵⁶. No entanto, a presença destas mulheres implicava também que, juntamente com elas, houvesse um pequeno séquito de escravas pessoais e, sobretudo para Agripina, que se encontrava em avançado estado de gravidez, meios de assistência médica:

*“Incedebat muliebre et miserabile agmen, profuga duxis uxor, paruulum sinu filium gerens, lamentantes circum amicorum coniuges, quae simul trahebantur;”*²⁵⁷.

Desta forma, encontrar elementos do sexo feminino a percorrer os arruamentos dos acampamentos romanos seria talvez mais frequente do que, à partida, se poderia imaginar.

Relativamente às condições em que viviam estas mulheres, não só por estarem excluídas dos combates, mas também em resultado do modo como, numa sociedade dominada por homens, a condição feminina era vista, o mais natural seria que fossem diferentes daquelas em que se encontravam os soldados, tendo em consideração as tendas onde estes últimos passavam a noite e o número de soldados que pernoitava num acampamento, quer ele fosse temporário ou permanente.

Para melhor nos apercebermos das consequências que o número de militares existentes num acampamento tem nas condições de vida dos mesmos, podemos tomar como exemplo o acampamento dos militares parados junto da fronteira com a Panónia,

²⁵⁴ Cf. capítulo deste trabalho, dedicado ao quotidiano feminino, p. 33 e 34.

²⁵⁵ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 242.

²⁵⁶ Tendo em conta que era exigido aos soldados, à entrada para as legiões, que não fossem casados, estas mulheres referidas pelo historiador não poderiam ser esposas legítimas dos militares; supondo também que estas mulheres estavam relacionadas com os militares, através de uniões ilegais, elas encontrar-se-iam nas referidas “*canabae*” e não nos “*castra*”, como é referido por Tácito.

²⁵⁷ Tác. *Ann.* I.40.

onde se encontravam três legiões. O que significa, em termos numéricos, ter três legiões acampadas, é algo de que apenas conseguimos ter uma noção mais concreta quando temos em conta o modo como é composta cada legião.

A legião romana da época de Tibério tem características que vêm já desde o cônsul Mário²⁵⁸, como por exemplo, a organização em dez coortes, apresentando a primeira delas características um pouco diferentes do que era usual para cada coorte.

Assim, enquanto uma coorte normal teria cerca de 480 homens, esta coorte especial, designada por “Primeira Coorte”, tinha quase o dobro dos homens de cada coorte, ou seja, cerca de 800 soldados. Desta forma, se somarmos o número de homens de nove coortes (4320) aos cerca de 800 da coorte especial, ficamos com 5120 militares, aos quais ainda se juntavam os homens da cavalaria, que eram cerca de 120, e um grupo de homens, que, embora não combatesse, permanecia no acampamento sem que se conheça qual o seu número exacto. Avalia-se, então, que cada legião teria à volta de 6000 legionários, número passível de ser aumentado com as tropas auxiliares, que poderiam atingir aproximadamente o mesmo número que uma legião, como podemos ver através do relato que Tácito faz do grupo de militares reunidos por Germânico:

*“Igitur Germanicus quattuor legiones, quinque auxiliarium milia et tumultuarias cateruas Germanorum cis Rhenum colentium Caecinae tradit,”*²⁵⁹.

Tendo então em conta as características da legião romana da época de Tibério, conseguimos apurar que o referido acampamento junto da Panónia teria cerca de 18 mil homens, um número bastante próximo do número de habitantes de uma cidade romana, como por exemplo Pompeios, ou mesmo de uma pequena cidade portuguesa dos nossos dias, com as necessidades de administração inerentes.

A quantidade de militares existente num acampamento como este implicava, como já vimos, uma boa organização do espaço disponível, com uma estrutura rígida de

²⁵⁸ Gaio Mário (157-86 a. C.) foi cônsul entre 107, ano em que realizou a mais importante reforma militar que se conheceu em Roma, e 86 a. C., o ano da sua morte.

²⁵⁹ Os números apresentados são sugeridos por Yann Le BOHEC, *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, e HACQUARD, Georges. *Guía de la Roma Antigua* – Trad. Matilde R. Saler – Madrid: Palas Atena Ediciones S. L., 1995, 176-177; Tác. *Ann.*I.56.

arruamentos e locais bem definidos, que poderiam ser identificados por qualquer militar em qualquer acampamento.

Para além desta disposição espacial, num acampamento era também necessário haver uma estrutura logística, e hierárquica bastante sólida, caso contrário, o resultado seria a desordem e, em último grau, o motim como foi o caso das legiões acampadas na Germânia e na Panónia.

O episódio do motim na Panónia, já várias vezes aqui enunciado e a que agora regressamos com maior pormenor, coloca-nos frente a uma situação inesperada de revolta militar entre homens usualmente caracterizados por serem irrepreensivelmente disciplinados. Os motivos da revolta são sugeridos por Tácito:

*“Hic rerum urbanarum status erat, cum Pannonicas legiones seditio incessit, nullis nouis causis, nisi quod mutatus princeps licentiam turbarum et ex ciuili bello spem praemiorum ostendebat.”*²⁶⁰.

De acordo com o historiador, estes homens, ao saberem da morte de Augusto e da ascensão de Tibério, esperavam que a mudança de Imperador lhes trouxesse os prémios de guerra, prometidos pelo primeiro Imperador aquando da guerra civil e que ainda lhes não tinham sido pagos. Mas a gota de água geradora de motim foi a ordem de Júnio Bleso, o comandante das legiões (*legatus*), para que se interrompesse a rotina de trabalho do acampamento, de modo a se poder dar início ao período de luto pela morte de Augusto, e aos festejos pelo novo Imperador:

*“Castris aestiuis tres simul legiones habebantur, praesidente Iunio Blaeso, qui, fine Augusti et initiis Tiberii auditis, ob iustitium aut gaudium intermiserat solita munia. Eo principio lasciuire miles,”*²⁶¹.

O comportamento de rebelião por parte dos militares, mostra-nos como o sucesso de Tibério no que respeita a manutenção do número de legiões não implica que o

²⁶⁰ Tác. *Ann.* I.16.

²⁶¹ Idem.

Imperador tivesse conseguido manter esta força militar sempre com as mesmas características, sobretudo as que dizem respeito à disciplina.

Sentindo-se lesados nos seus direitos, os militares quebram toda a ordem a partir do momento da tomada de posse de Tibério e é sob o signo dos motins que se desenvolve a maior parte da vida dos militares ao serviço das legiões durante este período do reinado do sucessor de Augusto.

O relato de Tácito, acerca do motim ocorrido nestas legiões, é um ponto de partida para apurarmos o modo como se desenvolvia o quotidiano dos homens ao serviço de Roma, nas fronteiras do Império, e das competências logísticas essenciais, que iam desde a alimentação dos militares ao armamento e fornecimento de outros materiais complementares, essenciais ao bom funcionamento dos acampamentos e dos exércitos que faziam parte da complexa estrutura da máquina de guerra romana.

2. A vida quotidiana nos acampamentos

A entrada no exército, na época de Tibério, tinha já um carácter parcialmente voluntário. No entanto a baixa adesão à vida militar, talvez em consequência do desgaste a nível físico e da desmotivação para o dever cívico, que as guerras civis do tempo de Augusto tinham provocado nos militares, levava à necessidade de realização de recrutamentos entre provinciais latinos e peregrinos. Esta medida tornava utópico o pré-requisito estabelecido como essencial para a entrada de homens nas legiões, isto é, o de os recrutados serem cidadãos livres, pois como já vimos no capítulo dedicado à vida quotidiana dos escravos muitos dos elementos destas classes, onde agora se iam recrutar militares, não tinham conquistado a cidadania romana:

*“Multitudinem ueteranorum praetexebat imperator et dilectibus supplendos exercitus: nam uoluntarium militem deesse, ac si suppeditet, non eadem uirtute ac modestia agere, quia plerumque inopes ac uagi sponte militia sumant. Percensuitque cursim numerum legionum et quas prouincias tutarentur.”*²⁶².

²⁶² Cf. p. 49 deste trabalho; Tác. *Ann.* IV.4.

Os requisitos pedidos nos recrutamentos, e as reduzidas taxas de voluntariado, resultaram, durante o principado de Tibério, num aumento do tempo real ao serviço do exército para trinta ou quarenta anos e, conseqüentemente, num envelhecimento natural dos militares no activo, como denuncia Percénio aquando do discurso instigador ao motim do acampamento junto da Panónia:

*“Satis per tot annos ignavia peccatum, quod tricena aut quadragena stipendia senes et plerique truncato ex uulneribus corpore tolerant.”*²⁶³.

Durante todos esses anos, os militares eram responsáveis não só pela sua alimentação, mas também pela sua roupa, pelo armamento e pelas tendas do acampamento. Para além disso, também vimos que lhes cabe a construção de todas as infra-estruturas dos acampamentos com os materiais disponíveis.

Para a satisfação destas necessidades básicas, os soldados contavam apenas com um soldo de 10 Asses diários, uma quantia que teria de ser gerida a pensar também no suborno do centuriões, com vista à obtenção de dias de dispensa, como podemos ver pelo discurso proferido por Percénio:

*“Enimuero militiam ipsam grauem, infructuosam: denis in diem assibus animam et corpus aestimari; hinc uestem, arma, tentoria; hinc saeuitiam centurionum et uacationes munerum redimi.”*²⁶⁴.

Um soldo pouco elevado para o número de despesas seria um motivo justo de insatisfação, porém as queixas não se ficavam por aqui. A verdadeira injustiça apresentava-se aos olhos dos soldados, quando comprovavam como outras forças militares, como as coortes pretoriais, estando apenas 16 anos ao serviço, desconhecendo os perigos da guerra, da vida junto à fronteira e a dureza de trabalho, familiar aos homens das legiões, recebiam por soldo 2 Denários diários, ou seja, mais do dobro do que era recebido pelos soldados das legiões.

²⁶³ Tác. *Ann.* I.17.

²⁶⁴ Tác. *Ann.* I.17.

*“An praetorias cohortis, quae binos denarios acceperint, quae post sedecim annos penatibus suis reddantur, plus periculorum suscipere? Non obtrectari a se urbanas excubias: sibi tamen apud horridas gentis e contuberniis hostem aspici.”*²⁶⁵.

Apresentadas por Percénio a Júnio Bleso, estas queixas em tom de exigência não vinham apenas dos militares no activo, mas também partiam dos veteranos que, após os 25 anos prestados às legiões, se viam obrigados a permanecer no acampamento durante mais cinco anos para, caso fosse necessário, poderem intervir, sendo então designados de “*uexilarii*”²⁶⁶. A estes homens, Augusto teria prometido no final das guerras civis que, lhes seria dado um prémio de guerra em dinheiro e um terreno, porém as promessas revelaram-se falsas, como acusa Percénio:

*“Ac si quis tot casus uita superauerit, trahi adhuc diuersas in terras, ubi per nomen agrorum uligines paludum uel inculta montium accipiant.”*²⁶⁷.

Se os terrenos atribuídos eram apenas pântanos ou terrenos pouco férteis, desiludindo as esperanças dos velhos soldados, no que diz respeito aos prémios, os soldados ainda estavam à espera deles aquando da morte de Augusto, como já referimos no início deste capítulo²⁶⁸.

Pelos anos de serviço, pelos gastos que tinham de fazer com os seus mantimentos e pela qualidade de vida a que eram sujeitos, os militares exigiram que a duração do tempo de serviço às legiões fosse reduzido para 16 anos, durante os quais o soldo seria metade do valor que era recebido pelos homens das coortes pretoriais, ou seja, 1 Denário:

“At hercule uerbera et uulnera, duram hiemem, exercitas aestates, bellum atrox aut sterilem pacem sempiterna. Nec aliud leuamentum quam si certis sub legibus militia

²⁶⁵ Idem.

²⁶⁶ Antes de Augusto ter decidido, em 5 d.C, aumentar o tempo de serviço e de reserva dos militares para, respectivamente, 25 e 5 anos, os militares tinham de servir as legiões durante 16 anos e ficar mais 4 de reserva. “*Vexilarii*” cf. BOHEC, Yann Le. *L’Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 239.

²⁶⁷ Tác. *Ann.* I.17.

²⁶⁸ Vd. p. 126 deste trabalho.

*iniretur, ut singulos denarios mererent, sextus decumus stipendii annus finem adferret, ne ultra sub uexillis tenerentur, sed isdem in castris praemium pecunia solueretur.”*²⁶⁹.

Quanto ao dinheiro, foi apenas com motins, mas ainda em 14 d. C., que as legiões conseguiram extrair dos cofres itinerantes de Germânico a remuneração exigida, paga de imediato e a dobrar:

*“Igitur, uolutatis inter se rationibus, placitum ut epistulae nomine principis scriberentur: missionem dari uicena stipendia meritis, exauctorari qui sena dena fecissent ac retineri sub uexillo ceterorum immunes nisi propulsandi hostis, legata quae petiuerant exsolui duplicarique. (...) Non abscessere quintani unetuicesimanique, donec isdem in aestiuis contracta ex uiatico amicorum ipsiusque Caesaris pecunia persolueretur.”*²⁷⁰.

No que diz respeito aos anos de serviço, também em resultado das exigências dos amotinados, foram diminuídos pelo Imperador, passando para 16 anos o tempo activo de serviço dos militares às legiões:

*“Igitur, uolutatis inter se rationibus, placitum ut epistulae nomine principis scriberentur: missionem dari uicena stipendia meritis, exauctorari qui sena dena fecissent ac retineri sub uexillo ceterorum immunes nisi propulsandi hostis, legata quae petiuerant exsolui duplicarique.”*²⁷¹.

Contudo, no ano seguinte (15 d. C.) , a conjuntura económica do Império exigia o regresso ao tempo de serviço já previsto no tempo de Augusto, ou seja, os 20 anos de serviço:

*“(…) simul imparem oneri rem publicam, nisi uicesimo militiae anno ueterani dimitterentur. Ita proximae seditionis male consulta, quibus sedecim stipendiorum finem expresserant, abolita in posterum.”*²⁷².

²⁶⁹ Tác. *Ann.* I.17.

²⁷⁰ Tác. *Ann.* I.36 e 37.

²⁷¹ Tác. *Ann.* I.36.

²⁷² Tác. *Ann.* I.78.

Este recuar das medidas, anteriormente apresentadas às legiões como modo de aplacar a fúria amotinadora destas e satisfazer as reclamações face às promessas de Augusto, estava relacionado com as dificuldades de manutenção em que o erário militar se encontrava durante a época de Tibério, como justifica o próprio, em discurso directo, nos *Annales*:

*“Centessimam rerum uenaliū, post bella ciuilia institutam, deprecante populo, edixit Tiberius militare aerarium eo subsidio niti; simul imparem oneri rem publicam, nisi uicesimo militiae anno ueterani dimitterentur. Ita proximae seditionis male consulta, quibus sedecim stipendiorum finem expresserant, abolita in posterum.”*²⁷³.

A viabilidade das reformas militares, encetadas por Tibério de modo a agradar aos homens enfurecidos, dependia da manutenção sem dificuldades deste tesouro militar, criado também por Augusto em 6 d. C., e que se mantinha com fundos constituídos pelos impostos sobre as heranças e as vendas em leilão, respectivamente um vigésimo (5%) e um centésimo (1%) sobre os valores ou lucros dos beneficiários das heranças e das vendas.

Quando decide poupar os cidadãos da percentagem sobre o que vendiam ou herdavam, Tibério estava, paulatinamente, a reduzir o fundo do erário militar. Confrontado com a impossibilidade de atender a todas as recompensas de guerra prometidas, o Imperador resolve, como já dissemos, voltar a aumentar o tempo de serviço militar.

Os soldados viram-se novamente confrontados com todas as dificuldades da vida em acampamento, sobretudo os mais velhos que viviam mal, tinham pouca roupa e eram, por vezes, maltratados:

*“Adstrepebat uulgus, diuersis incitamentis, hi uerberum notas, illi canitiem, plurimi detrita tegmina et nudum corpus exprobantes.”*²⁷⁴.

Novos e velhos teriam de gerir o seu soldo consoante as necessidades e a oferta do acampamento, que estava logisticamente preparado e dotado de estruturas essenciais para guarnecer todos estes homens.

²⁷³ Tác. *Ann.* I.78.

²⁷⁴ Tác. *Ann.* I.18.

A logística dos acampamentos começava na edificação, uma vez que os romanos não se limitavam a construí-los, planeavam-nos de modo a que estes pudessem corresponder a todas as suas exigências.

No que respeita às exigências alimentares, os acampamentos permanentes tinham, para além das já referidas tendas destinadas aos militares, meios de armazenamento de víveres, considerados essenciais para o sustento dos soldados, isto é, celeiros e cisternas para o trigo, a água, o vinho e o azeite, zelando desta forma para que o guarnecimento das legiões estivesse não só controlado, mas também em condições de acondicionamento que permitiam uma maior rentabilização dos víveres disponíveis²⁷⁵.

Sabemos já, através de Tácito, que estes homens faziam as suas refeições em conjunto, porém o historiador não faz referência ao tipo de dieta seguida pelos militares. Estamos em crer, contudo, que em acampamentos permanentes, face aos meios de armazenamento de mantimentos que possuíam, a base da alimentação seriam os cereais e as leguminosas secas, sem desprezar o azeite, um dos elementos base mais importantes da alimentação dos romanos. Mas não devemos também esquecermo-nos de que, nos acampamentos, havia animais destinados aos rituais religiosos, cuja prática entre os militares é atestada pela presença de “*augurarii*”. Esses animais, após terem sido imolados e extraída deles a parte que cabia ao deus, em honra do qual se realizava o sacrifício, seriam distribuídos pelos militares, proporcionando, desta forma, momentos de abundância e de diversidade na dieta quotidiana militar²⁷⁶.

Para além destes géneros alimentícios, a proximidade dos militares com as populações das províncias, ou de aglomerações que se haviam avizinhado dos acampamentos como forma de garantir a sua segurança, traria aos militares vantagens a nível de fornecimento de produtos agrícolas²⁷⁷.

No que diz respeito aos acampamentos temporários, o mais natural seria que fosse o trigo o meio de sustento escolhido para a alimentar as legiões, dada a facilidade de acondicionamento e a durabilidade deste alimento, tendo em conta as condições que, por vezes, os militares teriam de enfrentar, assim como as grandes distâncias que teriam de percorrer.

²⁷⁵ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 170.

²⁷⁶ ELIDE, Mircea. *História das Ideias e das Crenças religiosas, Vol II* – Trad. de Daniela Carvalho e Paulo Ferreira da Cunha – Porto: RÊS-Editora, Lda., 107.

²⁷⁷ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 241-242.

Sempre que houvesse necessidade de se deslocarem, os militares transportavam consigo o essencial para uma estadia longe do acampamento permanente. Teriam de estar preparados para se fixarem durante alguns dias em locais imprevistos, o que implicava levarem consigo tudo o que necessitavam, ou seja, roupa, armas para enfrentarem o inimigo, materiais de construção para poderem construir estradas e pontes, facilitando a sua deslocação; materiais para a armação das tendas e também mantimentos:

“(...) *L. Apronio ad munitiones uiarum et fluminum relictis. Nam (rarum illi caelo) siccitate et amnibus modicis inoffensum iter properauerat, imbresque et fluminum auctus regredienti metuebantur.*”²⁷⁸.

Este rol de bens essenciais poderia ser transportado pelos próprios soldados que, ao suportarem a onerosa carga, prejudicavam a rapidez da deslocação, expondo a legião a maiores perigos, como aconteceu com os militares conduzidos por Cécina:

“(...) *circum siluae paulatim adcliues, quas tum Arminius impleuit, compendiis uiarum et cito agmine onustum sarcinis armisque militem cum anteuenisset.*”²⁷⁹.

Mas também era possível ver os animais de carga, com os quais os militares viajavam, transportar todas as provisões, cuja importância era assumida de tal forma pelas legiões, que se encontravam em jornada pelo Império, que tinham um lugar cativo na coluna de marcha dos militares. Como podemos ver através da descrição que Tácito faz da deslocação das legiões sob o comando de Germânico, as carruagens das bagagens iam ao centro, de forma que estariam mais protegidas contra os eventuais inesperados ataques inimigos por colunas laterais de militares que, ao protegerem este bloco central da coluna de marcha, zelavam pela sobrevivência de toda a legião e, conseqüentemente, por parte do sucesso bélico da mesma:

²⁷⁸ Tác. *Ann.* I.56.

²⁷⁹ Tác. *Ann.* I.63.

*“Pars equitum et auxiliae cohortes ducebant, mox prima legio, et mediis impedimentis sinistrum latus unetuicesimani, dextrum quintani clausere; uicesima legio terga firmauit, post ceteri sociorum.”*²⁸⁰.

Contudo, as precauções tomadas nem sempre eram suficientes ou eficazes e os ataques poderiam surgir, pondo em perigo todos os mantimentos dos legionários, pela destruição ou pelo roubo, como foi o caso da I.^a, V.^a, XX.^a e XXI.^a legiões que, roubadas por uma tribo sob o comando de Armínio, perderam tendas, roupa e alimentos:

*“(…) non tentoria manipulis, non fomenta sauciis; infectos caeno aut cruore cibos diuidentes, funestas tenebras et tot hominum milibus unum iam reliquum diem lamentabantur.”*²⁸¹.

Previendo dificuldades como estes encontros inesperados com os inimigos, ou a passagem por trilhos pouco seguros e conhecidos dos inimigos, o comandante das legiões tinha outra possibilidade, a de transportar os mantimentos por via marítima, como veio a suceder com os homens que Germânico quis deslocar até à Ilha da Batávia:

*“Iamque classis aduenerat, cum praemisso commeatu et distributis in legiones ac socios nauibus fossam, cui Drusianae nomen, ingressus precatusque Drusum patrem ut se eadem ausum libens placatusque exemplo ac memoria consiliorum atque operum iuuaret, lacus inde et Oceanum usque ad Amisiam flumen secunda nauigatione peruehitur.”*²⁸².

Ocasionalmente, porém, também estas viagens por mar poderiam não chegar a bom porto e os militares viam-se confrontados com a perda dos seus mantimentos, devido a naufrágios, como o que Germânico enfrentou:

“Pars nauium haustae sunt, plures apud insulas longius sitas eiectae; milesque nullo illic hominum cultu fame absumptus, nisi quos corpora equorum eodem elisa

²⁸⁰ Tác. *Ann.* I.51.

²⁸¹ Tác. *Ann.* I.65.

²⁸² Tác. *Ann.* II.8.

*tolerauerant (...) Tandem relabente aestu et secundante uento claudae naues raro remigio aut intentis uestibus, et quaedam a ualidioribus tractae, reuertere;*²⁸³.

O que acontecia relativamente à sobrevivência dos militares, após desastres como este, não sabemos. Os comandados por Germânico, quando confrontados com a morte por falta de alimento, viram-se na necessidade de se alimentarem da carne dos seus próprios cavalos mortos no naufrágio.

Porém, é possível que a caça, a pesca ou a flora do local onde se encontravam fossem uma opção para se manterem alimentados enquanto não voltassem ao acampamento. Uma viagem de regresso ao acampamento sem mantimentos implicaria não só um grande desgaste das tropas, mas também uma perda de tempo relativamente aos avanços do inimigo, levando-nos a crer que esta não seria a opção escolhida.

O regresso ao acampamento seria, contudo, inevitável, quer pela possível falta de mantimentos, quer para a preparação do combate seguinte.

Como já vimos, os homens ficavam ao serviço das legiões demasiado tempo e com a paz, iniciada com Augusto, os acampamentos tinham-se tornado semi-fixos ou fixos, exigindo uma gestão organizada a vários níveis. Assim, após uma abordagem relativa à organização das exigências alimentares das legiões romanas, cabe agora explorar o modo como as exigências de segurança e manutenção dos acampamentos e do material bélico romano se inseriam no quotidiano dos homens ao serviço das legiões.

Ao contrário do que se poderia imaginar, o regresso ao acampamento (ao temporário ou ao permanente) não era o descanso dos guerreiros; a vida quotidiana num acampamento, quer ele fosse de Inverno, quer fosse de Verão, não tinha facilidades, uma vez que havia inúmeras tarefas para serem feitas, como dizem, em tom de queixa, os soldados do acampamento de Verão, junto ao rio Reno, a Germânico:

*“(...) mox indiscertis uocibus pretia uacationum, angustias stipendii, duritiam operum ac propriis nominibus incusant uallum, fossas, pabuli, materiae, lignorum adgestus, et si qua alia ex necessitate aut aduersus otium castrorum quaeruntur.”*²⁸⁴.

²⁸³ Tác. *Ann.* II.24.

²⁸⁴ Tác. *Ann.* I.35.

Fazer taludes, abrir trincheiras; recolher saques, material de construção e combustível; estar de vigia não eram tarefas únicas nos acampamentos de Verão.

Adaptando-se às necessidades reais dos militares em questão, como por exemplo, os soldados estacionados na Germânia, os acampamentos poderiam assumir-se como estaleiros de fabrico de pequenas frotas:

*“Silius et Caecina fabricandae classi praeponuntur. Mille naues sufficere uisae properataeque, aliae breues, angusta puppi proraque et lato utero, quo facilius fluctus tolerarent;”*²⁸⁵.

A edificação de um acampamento poderia, portanto, ser encarada, não apenas como um local para passar a noite, mas também como um estaleiro de construção, ou reconstrução de estradas e pontes, que facilitariam uma retirada repentina, ou o acesso aos inimigos, como podemos ver no exemplo seguinte:

*“(...) totidem legiones, duplicem sociorum numerum ipse ducit, positoque castello super uestigia paterni praesidii in monte Tauno, expeditum exercitum in Chattos rapit, L. Apronio ad munitiones uiarum et fluminum relicto.”*²⁸⁶.

Tratando-se de locais vulneráveis pela proximidade com povos hostis, a segurança dos acampamentos era uma das principais preocupações das legiões.

Face a estas preocupações, tarefas relacionadas com a defesa das fronteiras e do acampamento, como as que já vimos enunciadas pelas legiões em motim, bem como a presença de guardas-nocturnos (*uigilias*) e de sentinelas (*stationes*) eram, de acordo com Tácito, serviços e elementos vitais a um acampamento:

²⁸⁵ Tác. *Ann.* II.6.

²⁸⁶ Tác. *Ann.* I.56. Neste exemplo é de salientar a utilização, por parte de Tácito, da palavra “*castellum, i*” com o significado de “acampamento”, em vez da comum “*castra, orum*”. Ambas as palavras têm o mesmo significado, isto é, uma fortificação. Contudo, a primeira daquelas palavras refere-se a uma fortaleza de dimensões mais reduzidas do que a segunda. A utilização da palavra “*castellum, i*” fica, quanto a nós, justificada pelas características do acampamento a que Tácito se refere, ou seja, um acampamento de Verão, cujas dimensões seriam, à partida, menores do que as de um verdadeiro acampamento: “*castra hiberna*”.

*“(...) uigilias, stationes, et si qua alia praesens usus indixerat, ipsi partiebantur.”*²⁸⁷.

Entre as funções destes elementos estava a guarda dos portões do acampamento e a guarda nocturna à porta da tenda do general, como a que tinha Germânico:

*“Nocte coepta egressus augurali per occulta et uigilibus ignara (...)”*²⁸⁸.

Para além da guarda à porta do general, os militares faziam, pelo menos três vezes durante a noite, uma ronda geral ao acampamento, segundo nos conta o historiador:

*“Tertia ferme uigilia adsultatum est castris sine coniectu teli, postquam crebras pro munimentis cohortes et nihil remissum sensere.”*²⁸⁹.

Estas tarefas eram atribuídas aos militares pelos prefeitos dos acampamentos e pelos tribunos. No entanto, desde o início do principado de Tibério e com a rebelião instalada entre as legiões, o desacato à autoridade daqueles superiores pelos soldados parece ter-se tornado num lugar comum, como parece ser evidente através do relato que Tácito faz de um motim, em que as legiões desautorizaram as ordens de tribunos e prefeitos, distribuindo as sentinelas e os vigilantes segundo os seus próprios interesses:

*“Non tribunus ultra non castrorum praefectus ius obtinuit: uigilias, stationes, et si qua alia praesens usus indixerat, ipsi partiebantur.”*²⁹⁰.

Quer fossem realizadas de um modo desordenado, quer de acordo com as ordens dos superiores, para que estas tarefas de vigia ou ataques repentinos e eficazes, assim houvesse necessidade, pudessem ser levados a cabo com sucesso, era necessário haver militares, cuja função fosse manter o material bélico em bom estado de conservação e sempre pronto a usar.

²⁸⁷ Tác. *Ann.* I.32.

²⁸⁸ Tác. *Ann.* II.13.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Tác. *Ann.* I.32.

Do mesmo modo, seria também necessário reestabelecer os animais utilizados nos combates, recuperar o restante material, como por exemplo as tendas que, devido ao uso a que estavam sujeitas e às condições atmosféricas (no caso dos acampamentos de Inverno), teriam necessidade de ser substituídas ou reparadas.

A realização destas actividades de conserto e manutenção de material, e preparação para futuras batalhas implicava também as, já por nós referidas, construções de estradas, pontes, meios de transporte e inclusive máquinas militares, que ocupavam o tempo de homens cuja função seria idealizar e projectar estas obras e engenhos sem se aventurarem no campo de batalha. Portanto, era certo que durante as 24 horas do dia, um acampamento seria um local de trabalho constante, onde cada militar exercia uma função de acordo com a sua competência e com as exigências do acampamento.

No que diz respeito aos acampamentos de Inverno, também a urgência de segurança e manutenção dos materiais seriam uma imposição permanente, embora a pressão e rapidez com que se encaravam estas tarefas fossem necessariamente diferentes, quando comparadas com os acampamentos temporários, onde os perigos da guerra e dos ataques inimigo eram constantes e tinham uma presença mais marcante.

Quando se fala do dia-a-dia dos militares e da sua vida nos acampamentos, não é possível ignorar as necessidades ao nível dos cuidados de saúde. Qualquer homem estaria sujeito às doenças epidémicas que a época em questão conhecia, como por exemplo a malária ou a cólera²⁹¹. Porém, dada a ausência de relatos de Tácito que confirmem ter havido, durante as primeiras décadas do séc. I d. C., surtos destas epidemias às legiões romanas, somos levados a crer que nos acampamentos militares os problemas de saúde que exigiam maiores cuidados se relacionariam com os feridos de guerra.

Fica desta forma justificada a urgência e a presença de indivíduos capazes de se ocuparem dos referidos feridos de guerra, ou mesmo de edifícios hospitalares (*ualetudinaria*) nos acampamentos, como Werner Müller e Gunther Vogel atestam ter existido²⁹².

²⁹¹ A existência de doenças epidémicas durante a época em questão é atestada na obra *De Medicina*, da autoria de Celso, o autor nascido por volta de 25 d. C. e terá vivido durante o principado de Tibério. Dedicou-se ao estudo dos problemas de saúde dos romanos e das curas para os mesmos. Cf. Celsus, *De Medicina* - The Loeb Classical Medicine, Vol I - Cambridge: Harvard University Press, 1971, 37, 125, 141, 183 e 325.

²⁹² MÜLLER, Werner y VOGEL, Gunther. *Atlas de arquitectura I. Generalidades. De Mesopotamia a Bizancio* - Trad. María Teresa Pumarega y Miguel Angel Cano – Madrid: Alianza Editorial, ²1992, 214-215.

Nos *Annales*, contudo, o único relato de Tácito relativamente ao exercício dos cuidados de saúde prestados aos soldados relaciona-se não com a existência de hospitais nos acampamentos, mas com a actuação individual de uma mulher, Agripina. A mulher de Germânico é a única pessoa que, no decurso da narrativa de Tácito, presta os cuidados básicos aos militares feridos após um combate, assumindo um papel de enfermeira:

“ *Sed femina ingens animi munia ducis per eos dies induit, militibusque, ut quis inops aut saucius, uestem et fomenta diargita est.*”²⁹³.

Esta é uma situação que aparenta ser imprevista, por dois motivos: primeiro porque surge na sequência de um ataque do inimigo, cuja consequência foi o saque dos mantimentos romanos, explicando-se assim a ausência de condições no acampamento provisório; segundo porque Augusto havia, durante o seu tempo no poder, atribuído um médico a cada coorte, não sendo natural que estes tivessem sido substituídos pela mulher do general. Talvez por este último motivo o relato, que Tácito apresenta acerca dos ecos das atitudes de Agripina, sugira que a administração desses cuidados básicos por uma mulher não seria um procedimento desejável. O principal porta-voz desta opinião desfavorável é Sejano, cujos motivos estarão mais relacionados com intrigas junto de Tibério para afastar Agripina, Germânico e os descendentes de ambos do poder, do que aliados à ideia, generalizada na época, de que a presença de mulheres no acampamento não era favorável ao sucesso militar.

Apesar deste desvio ao curso normal da incumbência da responsabilidade relativamente à saúde dos militares, os cuidados médicos eram um factor e uma infra-estrutura imprescindível nos acampamentos.

Para além de todas estas exigências ao nível do quotidiano dos militares acampados, era também fundamental que houvesse nos acampamentos homens capazes de exercer funções administrativas, impostas por todos estes componentes da organização dos acampamentos e pela dependência dos mesmos em relação à capital do Império.

A Roma, ou melhor, ao Imperador, comandante supremo de todas as legiões, e ao Senado, entidades a quem cabia, em última análise, a responsabilidade pela gestão das

²⁹³ Tác. *Ann.* I. 69.

legiões, interessavam aspectos dessa gestão, como por exemplo, as listagens informativas acerca dos centuriões de cada legião, como nos relata o historiador:

*“Centurionatum inde egit. Citatus ab imperatore nomen, ordinem, patriam, numerum stipendiorum, quae strenue in proeliis fecisset, et cui erant dona militaria, edebat. Si tribuni, si legio industriam innocentiamque adprobauerant, retinebat ordinem; ubi auaritiam aut crudelitatem consensu obiectauissent, soluebatur militia.”*²⁹⁴.

Estes e outros documentos seriam, de acordo com Le Bohec, da responsabilidade dos (*exacti/summi curatores*), dos (*officia/tabularii*), homens com capacidades certamente mais elevadas do que o comum dos soldados, de modo a que se pudessem ocupar da contabilidade, do registo de todos os acontecimentos passados no acampamento, ou ainda do secretariado exigido por alguns oficiais²⁹⁵.

Assim, através destas listagens informativas, estava encontrada uma forma de controlar a administração dos acampamentos, pois o documento em questão revia a situação dos centuriões de modo a serem, ou não, mantidos na sua posição, exigindo, em simultâneo, declarações dos tribunos e das legiões relativamente ao comportamento daqueles. Em questão estava, caso as declarações da restante legião fossem desfavoráveis, a demissão dos centuriões visados pelas listagens.

Mas o alcance das referidas listagens era maior do que à partida se imaginava, uma vez que não era apenas o comportamento dos centuriões que se avaliava, mas também a eficácia com que estes estariam a gerir o acampamento em questões como a atribuição de pagamentos aos militares, ou o aprovisionamento de abastecimentos às legiões. Para os soldados, as listas funcionavam como uma garantia de que ao serviço estariam centuriões competentes e capazes de fazer chegar os seus pedidos junto do Imperador.

Contudo, este como qualquer sistema tinha falhas, não causando espanto as queixas de Percénio relativamente ao incumprimento das funções dos centuriões, nomeadamente no que respeita aos pedidos dos soldados, que desde a época de Augusto até à data em que Tibério assumiu o poder, não eram transmitidos:

²⁹⁴ Tác. *Ann.* I.44.

²⁹⁵ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, ²1998, 55.

*“Postremo promptis iam et aliis seditionis ministris uelut contionabundus interrogabat cur paucis centurionibus, paucioribus tribunis in modum seruorum oboedirent. Quando ausuros exposcere remedia, nisi nouum et nutantem adhuc principem precibus uel armis adirent?”*²⁹⁶.

A esta juntam-se outras reclamações, como o excesso de trabalho nos acampamentos e os maus-tratos aplicados pelos centuriões e tribunos aos militares. De tal forma estas acusações eram reais e faziam parte do dia-a-dia dos soldados que a ridicularização dos superiores se tornava também frequente, como verificamos através da piada, que nos conta Tácito correr entre os soldados, acerca do centurião Lucílio “dá cá outra”:

*“Tribunos tamen ac praefectum castrorum extrudere, sarcinae fugientium direptae, et centurio Lucilius interficitur, cui militaribus facetiis uocabulum “cedo alteram” indiderant, quia, fracta uite in tergo militis, alteram clara uoce ac rursus aliam poscebat.”*²⁹⁷.

A ridicularização é, contudo, a mais inofensiva das consequências do excesso de autoridade, que estes superiores hierárquicos exerciam sobre os soldados e apenas mais uma prova da deficiência do sistema estabelecido por Roma para controlar os acampamentos.

Confrontados com a necessidade de apresentar declarações favoráveis nas listagens informativas, os centuriões e os tribunos tornavam-se num alvo fácil de corrupção por parte dos soldados, que queriam obter dispensas do serviço, como é assumido por Percénio, durante o motim da Panónia:

*“Enimuero militiam ipsam grauem, infructuosam: denis in diem assibus animam et corpus aestimari; hinc uestem, arma, tentoria; hinc saeuitiam centurionum et uacationes munerum redimi.”*²⁹⁸.

²⁹⁶ Tác. *Ann.* I.17.

²⁹⁷ Tác. *Ann.* I.23.

Toda a atitude de descontentamento dos soldados, posteriormente transformada em revolta, era um indicador claro de que nem sempre a organização dos acampamentos era eficaz, do tipo de condições em que viviam os militares e do modo como eram encaradas as ocupações, que eram obrigados a executar. Mas é também um exemplo da ausência do valor que deveria caracterizar qualquer legião romana, ou seja, a disciplina.

Aos romanos convinha que os seus soldados fossem disciplinados, caso contrário tornar-se-iam difíceis de controlar, como se veio a confirmar com as legiões mentoras dos motins, decorridos na Panónia e na Germânia, acerca dos quais temos vindo a falar:

*“Vt seditionem attigit, ubi modestia militaris, ubi ueteris disciplinae decus, quonam tribunos, quo centuriones exegissent, rogitant, nudant uniuersi corpora, cicatrices ex uulneribus, uerberum notas exprobrant;”*²⁹⁹.

Estas legiões queixam-se do excessivo trabalho existente no acampamento, e elas próprias justificam que se por vezes há necessidade deste trabalho, em outras ocasiões apenas trata de uma forma para combater o ócio³⁰⁰. Porém, a verdade é que o segredo da disciplina, em que Roma consegue manter os seus militares se baseia na atribuição permanente de trabalho, tornando-se evidente aos olhos de Tácito que, a ausência de trabalho é um sinal claro do distúrbio:

*“(...) discordare, pessimi cuiusque sermonibus praeberere auris denique luxum et otium cupere, disciplinam et laborem aspernari.”*³⁰¹.

A convicção de Tácito fica fortalecida quando se torna visível que a corrupção e a licenciosidade são consequências inevitáveis de comportamentos dissolutos, de ausência de rigor e disciplina e de facilitismos para com as legiões, como por exemplo as que Gneu Pisão comandava.

²⁹⁸ Tác. *Ann.* I.17.

²⁹⁹ Tác. *Ann.* I.35.

³⁰⁰ Tác. *Ann.* I.35.

³⁰¹ Tác. *Ann.* I.16.

*“Et postquam Suriam ac legiones attigit, largitione, ambitu, infimos manipularium iuuando, cum ueteres centuriones, seueros tribunos demoueret locaque eorum clientibus suis uel deterrimo cuique attribueret, desidiam in castris, licentiam in urbibus, uagum ac lasciuiem per agros militem sineret, eo usque corruptionis prouectus est, ut sermone uulgi parens legionum haberetur.”*³⁰².

O resultado de atitudes indisciplinadas, como a corrupção relatada no excerto textual anterior, poderia ser algo grave para alguns soldados. Os que pela sua conduta indisciplinada ou corruptível haviam desonrado a legião e também Roma, não descartavam a possibilidade de serem conduzidos a julgamento e sofrerem os consequentes castigos. Ainda que o comportamento das tropas de Pisão não lhes tivesse valido serem julgadas num destes tribunais, outras há que, de acordo com o relato de Tácito, passaram por essa experiência e servem de documento para que saibamos como se processa um julgamento num acampamento e quais alguns dos castigos a que se podiam sujeitar os militares, na sequência desses julgamentos.

Assim, verificamos como alguns dos militares mais proeminentes no motim, que decorreu nas legiões acampadas junto da Germânia, em 14 d. C., foram levados ao tribunal do acampamento por outros soldados:

*“Discurrunt mutati et seditiosissimum quemque uinctos trahunt ad legatum legionis primae C. Caetronium, qui iudicium et poenas de singulis in hunc modum exercuit.”*³⁰³.

No tribunal, encontramos um legado das legiões, Gaio Caetrônio, a assumir as funções de juiz e a decidir quais as penas a aplicar, embora a responsabilidade pelo julgamento dos militares amotinadores não tivesse sido totalmente sua.

Neste caso, o acusado foi exibido numa plataforma e a sentença de culpa foi deixada ao arbítrio dos restantes elementos da legião, que a gritaram em uníssono, como relata o historiador:

³⁰² Tác. *Ann.* II.55.

³⁰³ Tác. *Ann.* I.44.

*“Stabant pro contione legiones destrictis gladiis: reus in suggestu per tribunum ostendebatur; si nocentem adclamauerant, praeceps datus trucidabatur.”*³⁰⁴.

De seguida, os militares executaram de forma implacável o acusado, mutilando-o até à morte e justificando a crueldade do castigo com um acto de purificação, através do qual excluía da legião elementos, que não se mostravam suficientemente dignos de representar Roma.

Um outro castigo, que já se encontrava em desuso na época, mas que foi recuperado por Lúcio Aprónio, vem demonstrar uma atitude de semelhante implacabilidade, que é possível ser observada entre as legiões. Trata-se da aplicação do castigo da dizimação a uma coorte inteira, ou seja, a cerca de 480 homens.

O castigo é descrito pelo historiador, como uma prática que consistia em sortear, entre os militares de um grupo desonroso, cada décimo homem para o matar, num processo contínuo até à dizimação completa do grupo:

*“Quae postquam L. Apronio (nam Camillo successerat) comperta, magis dedecore suorum quam gloria hostis anxius, raro ea tempestate et e uetere memoria facinore decumum quemque ignominiosae cohortis sorte ductos fusti necat.”*³⁰⁵.

No caso referido por Tácito e verificado na legião que, em 20 d. C, se encontrava em África a lutar contra Tacfarinas, a dizimação foi aplicada a homens, que não se mostraram suficientemente corajosos para enfrentar o inimigo, voltando-lhes as costas, quebrando, dessa forma, o juramento (*sacramentum*) de servir Roma até à morte, feito aquando da sua admissão no exército³⁰⁶. O desrespeito por este julgamento, implicando sobretudo ofensas à disciplina das legiões, valeria aos soldados castigos que poderiam ir desde a simples redução do soldo à pena de morte, passando também, de acordo com Yann

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ Tác. *Ann.* III.21.

³⁰⁶ De acordo com Yann Le Bohec, o *sacramentum*, evoluiu de um juramento sacramental, que ligava o soldado ao general e ao Imperador na presença de deuses, para a prestação de uma simples afirmação sob juramento (*iusiurandum*), perdendo um pouco o seu carácter sagrado, cf. BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 255.

Le Bohec, por penas de prisão, tortura e açoites, para os quais havia elementos exclusivamente encarregados de as executar, sob as ordens de um tribuno³⁰⁷.

Por oposição ao mau exemplo dado às legiões por Gneu Pisão, apresenta-se o exemplo de Germânico, como o general que consegue liderar as suas legiões de forma ordeira e bem sucedida.

De uma comparação a Alexandre o Grande, Germânico sai claramente mais favorecido pelo historiador não só relativamente aos valores pessoais, mas também quanto aos valores militares³⁰⁸. É neste equilíbrio entre superioridade militar, autodomínio (*temperantia*) e clemência (*clementia*) que se funda o segredo do sucesso de Germânico relativamente ao comando das legiões. O exemplo de competência e a motivação que injecta nas tropas, aproximando-se delas, preocupando-se com o seu estado de saúde após os combates, mostrando a sua humanidade com o consolo, a preocupação e o estímulo, como podemos ver no exemplo seguinte, fazem de Germânico o melhor líder, transformando-o no protótipo do general:

*“Quorum laudato studio Germanicus, armis modo et equis ad bellum sumptis, propria pecunia militem iuvit. Vtque cladis memoriam etiam comitate leniret, circumire saucios, facta singulorum extollere, uulnera intuens, alium spe, alium gloria, cunctos adloquio et cura sibi et proelio firmabat.”*³⁰⁹.

A disciplina e a simultânea motivação dos soldados aparentam ser os meios mais eficazes para a condução das legiões, sem provocar quaisquer problemas de sedição, mesmo quando são atingidas pelos ferimentos, pela fome e pela ausência de roupa, como veio a suceder com as tropas de Germânico, que superaram estas dificuldades com a vontade de perseguir o inimigo e obter a vitória:

*“Nocte demum reuersae legiones, quamuis plus uulnerum, eadem ciborum egestas fatigaret, uim, sanitatem, copias, cuncta in uictoria habuere.”*³¹⁰.

³⁰⁷ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 57.

³⁰⁸ Tác. *Ann.* II.73.

³⁰⁹ Tác. *Ann.* I.71.

³¹⁰ Tác. *Ann.* I.68.

Apesar da exemplaridade e do benefício com que é apresentado, Germânico não é o único capaz de inflamar nas tropas o ímpeto vencedor, como podemos ver através do exemplo das duas legiões, conduzidas por Sílio, que competem entre si para chegar mais rapidamente junto do inimigo e da vitória:

*“Mox Augustodunum petit propero agmine, certantibus inter se signiferis, fremente etiam gregario milite, ne suetam requiem, ne spatia noctium opperiretur; uiderent modo aduersos et aspicerentur: id satis ad uictoriam.”*³¹¹.

Aliada a esta motivação e à disciplina militar, que deveria pautar o comportamento dos soldados, está uma outra actividade, cuja importância não deverá ser relegada para segundo plano, no que respeita a formação dos militares ao serviço de Roma. Trata-se do exercício físico, que tinha um lugar e tempo próprios no âmbito das tarefas quotidianas dos militares.

Não podemos esquecer que as grandes caminhadas, a que podiam estar sujeitos os soldados, enfrentando condições geográficas e meteorológicas adversas, exigiam alguma resistência física. Para além das dificuldades a enfrentar durante as possíveis deslocações, sem uma preparação física adequada, tornar-se-ia difícil para os militares suportar não só a pesada armadura que envergavam, mas também os instrumentos necessários a edificação de um acampamento, como sejam os materiais para as tendas, para a preparação do terreno do acampamento, e ainda as suas armas. Os militares, que tinham sido encurralados por Armínio, chefe das tribos Germânicas, em terrenos pantanosos, são um exemplo de como o peso que transportavam se poderia tornar numa dificuldade:

*“Et cuncta pariter Romanis aduersa: locus uligine profunda; idem ad gradum instabilis, procedentibus lubricus; corpora grauia loriceis; neque librare pila inter undas poterant.”*³¹².

Mas, as exigências físicas não acabavam aqui, a armadura (*loriceis*), os dardos (*pila*) e os punhais (*gladia*) não podiam ser descartados na altura de enfrentar o inimigo num

³¹¹ Tác. *Ann.* III.45.

³¹² Tác. *Ann.* I. 64.

combate, de modo que apenas uma rigorosa preparação física permitiria a estes homens estar à altura do exercício de guerra, com a violência e intensidade inerentes, em todos os tempos.

No que dizia respeito à formação dos soldados das legiões, motivação, disciplina e exercício físico eram características que não deveriam ser dissociadas, tendo em conta todas as vantagens apresentadas, relativamente ao controlo das legiões, aos sucessos militares das mesmas e, como veremos adiante, à obtenção de recompensas.

Assim, no acampamento, a ausência das agruras da guerra deveria ser compensada, em termos de exigência física, pelos exercícios árduos que ocupavam grande parte do quotidiano dos militares e que começavam na edificação de obras públicas, como a rede viária ou pontes, ou de infra-estruturas essenciais ao acampamento, e iam até aos exercícios de combate entre os militares das legiões acampadas.

Os objectivos não imediatos destas ocupações eram claros, ou seja, no primeiro caso, para além de serem úteis na manutenção do acampamento, os militares mantinham-se disciplinados, e transformavam-se nos principais intervenientes da Romanização (ao construirem edifícios públicos espalhavam a cultura romana); no segundo caso, para além das claras vantagens na sua preparação das tácticas de guerra e do confronto com o inimigo, os militares proporcionavam momentos de diversão uns aos outros.

A sensibilidade e grau de intelectualidade dos militares, recrutados de entre as classes sociais mais baixas e demonstrando preferências para espectáculos mais grosseiros, de acordo com Yann Le Bohec, são um factor decisivo para que sejam os combates de gladiadores os preferidos dos militares³¹³.

Oferecer este género de espectáculos não seria difícil, uma vez que, para além dos referidos exercícios entre soldados, se podiam encontrar gladiadores inclusive ao serviço de alguns comandantes das legiões, como era o caso de Júnio Bleso:

*“(...) ut pars militum gladiatores, qui e seruitio Blaesi erant, pars ceteram eiusdem familiam uincirent, alii ad quaerendum corpus effunderentur.”*³¹⁴.

³¹³ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 251.

³¹⁴ Tác. *Ann.* I.23.

O modo como os gladiadores nos são apresentados por Tácito faz-nos crer que, para além de estarem ao serviço de um comandante de legiões, como dissemos, estariam também alojados no acampamento juntamente com os restantes soldados. Um hábito que, de acordo com Alison Futrell, vem já do final do séc. II a. C., quando os gladiadores eram chamados para treinar os legionários na forma de manejar a espada, e que evoluiu até ao ponto de estes profissionais serem chamados para o exército romano, sempre que houvesse necessidade³¹⁵.

Sendo assim, seria possível ver, com alguma frequência, combates gladiatoriais nos acampamentos, ainda que a um nível menos elaborado do que os que se realizavam em Roma.

Quanto ao espaço para a realização destes jogos, é necessário ter em conta o relato já por nós considerado, no capítulo dedicado aos espectáculos em Roma³¹⁶. De facto, ficámos a saber que havia anfiteatros provisórios espalhados um pouco por todo o Império, de modo a proporcionar divertimento às populações. Porém, estes edifícios também faziam parte dos planos de construção dos exércitos não apenas como edifícios públicos que eram, mas também como locais mais efémeros e modestos, anexados aos acampamentos, onde o treino militar era prioritário, como refere Alison Futrell³¹⁷. Outro estudioso do exército romano, Yann Le Bohec, refere também a possibilidade de as infra-estruturas dos anfiteatros provisórios, destinados ao divertimento civil, serem aproveitadas pelos militares para que estes se exercitem³¹⁸.

As duas opiniões não se excluem, quanto a nós, uma vez que era aos militares que cabia a construção dos recintos; e era aceitável que anfiteatros destinados aos militares, inicialmente provisórios, viessem a funcionar como anfiteatros abertos aos civis das cidades, aos poucos estabelecidas em torno de um acampamento tornado permanente, tornando-se também eles edifícios permanentes, onde os materiais efémeros se substituiriam por materiais de construção mais duradouros.

³¹⁵ FUTRELL, Alison. *Blood in the Arena: The Spectacle of Roman Power*, Austin: University of Texas Press, 2000, 150.

³¹⁶ A alusão ao capítulo dos espectáculos em Roma refere-se à existência de anfiteatros provisórios para espectáculos itinerantes de gladiadores, em vários locais do Império.

³¹⁷ FUTRELL, Alison. *Blood in the Arena: The Spectacle of Roman Power*, Austin: University of Texas Press, 2000, 151.

³¹⁸ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 251.

Desta forma, no quotidiano dos militares acampados, exercício e divertimento misturam-se, ainda que não seja de excluir a possibilidade de estes se tornarem distintos e acontecerem em diferentes momentos, sobretudo porque os espectáculos que proporcionam divertimento aos homens das legiões poderão surgir no âmbito do religioso, uma vez que são as cerimónias religiosas que estão na origem dos vários espectáculos que proporcionam aos romanos momentos de diversão.

Os militares deveriam também ocupar-se, durante os seus tempos de lazer, com tarefas que se prendiam com o seu dever moral, sobretudo porque estavam ao serviço de Roma e eram romanos.

Tratando-se de legiões romanas, caracterizadas por um pragmatismo quase sempre aliado a uma noção de dever moral para com os deuses, não causa estranheza que muito deste tempo fosse dedicado à realização de sacrifícios às divindades escolhidas para propiciarem a campanha, justificando desta forma a presença de locais de culto no acampamento, como o “*augurarium*” no interior da tenda do general, ou o local onde eram depositadas as insígnias, juntamente com a imagem do Imperador, a *aedes signorum*, que ficava nos *principia*, mesmo no centro do acampamento.

Como os restantes romanos, os militares confiavam não apenas nas divindades antropomórficas, mas também naquelas que representavam conceitos abstractos e nos génios protectores. A importância que estas divindades tinham para os homens das legiões era, contudo, um tanto diferente da que lhe atribuíam os restantes cidadãos. As divindades dos militares tinham características próprias adaptadas às necessidades das legiões³¹⁹, o que se revia no modo e nas ocasiões em que estas divindades eram celebradas.

Como homens que estavam destinados a combater, as suas principais orientações religiosas iriam no sentido de celebrar entidades divinas, que lhes garantissem sucessos nas batalhas e protecção nos acampamentos. Desta forma, os momentos mais importantes de comemoração religiosa teriam lugar, sobretudo, durante as épocas de guerra, e consistiriam

³¹⁹ Cf. BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 255-262 antropomórficas, como Júpiter, que adquiria vários epítetos consoante a função que as legiões lhe atribuissem (se fosse para afastar o inimigo teria um epíteto diferente do que tinha quando tinha por função manter o inimigo perto); nas divindades, cujo culto era baseado em abstracções, como a *Victoria*, a *Fortuna*, a *Virtus*, a *Pietas* ou a *Honor*, símbolos do poder dos deuses (as duas primeiras), e do dever dos militares (as segundas), enaltecendo o que era necessário cultivar no espírito de cada militar; e ainda nos “génios”, que protegiam os vários agrupamentos em que se reuniam os soldados, desde as centurias às legiões, e os espaços onde se movimentavam as legiões, dando-lhes uma dimensão sagrada.

numa série de rituais de purificação e propiciação a realizar como preparação e consequência dos combates realizados.

Não fazia sentido para os militares a entrada num combate sem que se tivessem tomado auspícios, sem que se tivesse realizado um sacrifício, que se tivessem purificado as armas, as insígnias das legiões, ou mesmo o acampamento. Do mesmo modo, também não fazia sentido que, após uma batalha ganha, os militares não honrassem os seus deuses com ofertas de agradecimento e cerimónias, que também beneficiavam os generais vencedores.

Durante o relato de Tácito não nos é dado a conhecer todo o tipo de cerimónias propiciadoras realizadas pelos militares romanos, o que por um lado, possivelmente se deverá ao facto de, após Augusto, o número de guerras travadas ter decrescido significativamente e, por conseguinte, estas cerimónias não se terem efectivamente realizado; por outro lado, mais do que pelas guerras e grandes vitórias, a nível militar, este período do principado de Tibério é mais marcado pelas revoltas dos homens ao serviço das legiões.

Na verdade, a única vitória que, durante este período, é celebrada não só em Roma, mas também nos *Annales*, é a de Germânico e de Druso sobre os Germanos, a 18 d. C.. A cerimónia de celebração da vitória, consistiu numa ovação aos generais vencedores, aquando da sua chegada a Roma, e numa associação das efígies de ambos ao templo de Marte o Vingador, evocando-se o religioso e, ao mesmo tempo, enaltecendo-se o humano³²⁰.

Pelo contrário, no que respeita a outras cerimónias que vão além dos rituais de propiciação aos deuses antes da realização de batalhas, o relato que Tácito nos oferece é revelador da importância dada pelas legiões à religiosidade.

Um dos exemplos em que podemos confirmar a presença dessa noção de religiosidade junto das legiões é o papel que ocupam as insígnias dos militares na sua vida quotidiana. Estes símbolos sagrados das legiões têm lugares cativos no centro do acampamento romano, onde eram depositados e protegidos de quaisquer agressões, como podemos ver no excerto textual seguinte, em que a preocupação dos militares vai

³²⁰ Esta cerimónia, desde Augusto, apenas se destinava ao Imperador ou aos generais que pertenciam à família imperial, uma vez que com o advento do regime Imperial, o Imperador tinha-se tornado no comandante supremo dos exércitos, e a aclamação de “imperator” antes proferida para louvar qualquer general vencedor, agora apenas a ele (ou excepcionalmente a membros da sua família) poderia ser dirigida.

exactamente para o facto de, com um imprevisto mau tempo, no acampamento de Verão, não haver local para depositar as insígnias em segurança:

*“Auxerat militum curas praematura hiems imbribus continuis adeoque saevis, ut non egredi tentoria, congregari inter se, uix tutari signa possent, quae turbine atque unda raptabantur.”*³²¹.

Como veremos adiante, a importância das insígnias não é apenas presenciada nos acampamentos, elas são uma preocupação constante dos militares, sobretudo daquele que está encarregado da sua segurança, o *primipilarius*, o primeiro de todos os centuriões em termos de hierarquia e de importância, uma vez que era o que comandava a primeira centúria do primeiro manípulo, da primeira coorte.

Ainda ao nível dos deveres morais dos militares está uma tarefa que, tratando-se de homens em combate, seria algo frequente: trata-se da realização de rituais fúnebres aos homens que haviam sucumbido nas batalhas travadas.

A importância desta atitude para com os mortos é atestada aquando do relato que Tácito faz da confirmação das suspeitas da existência dos restos mortais das legiões de Varo³²², aparentando uma certa indignação, visível pelo uso prepositado do adjectivo *“insepultus, a, um”*, pelo facto de não ter sido realizado o sepultamento dos homens mortos:

*“Ductum inde agmen ad ultimos Bructerorum, quantumque Amisiam et Lupiam amnis inter uastatum, haud procul Teutoburgiensi saltu, in quo reliquiae Vari legionumque insepultae dicebantur.”*³²³.

A confirmação das suspeitas, a descoberta do acampamento chacinado e dos cadáveres dos militares incute, de imediato, em Germânico e nas legiões, que sob o seu comando descobriram o acampamento de Varo, o desejo de prestar as últimas homenagens àqueles homens, no próprio local onde tinham sido chacinados:

³²¹ Tác. *Ann.* I.30.

³²² Quintílio Varo foi o general Romano que, em 9 d. C., juntamente com as legiões que o acompanhavam, desapareceu após uma emboscada de Armínio, chefe de uma tribo germana inimiga.

³²³ Tác. *Ann.* I.60.

*“Igitur cupido Caesarem inuadit soluendi suprema militibus ducique, permoto ad miserationem omni qui aderat exercitu ob propinquos, amicos, denique ob casus bellorum et sortem hominum.”*³²⁴.

Ao contrário dos rituais fúnebres que havíamos visto no capítulo dedicado a esse assunto, aqui os rituais consistiam apenas na edificação de um túmulo e enterro dos restos mortais dos homens em questão. Não havia procissão de *imagines*, nem comemorações durante vários dias, nem mesmo uma preocupação em levar os cadáveres para um local próprio, uma vez que os homens eram enterrados no local exacto onde haviam sido mortos e todos os rituais religiosos eram realizados nesse mesmo local.

A excepção para estes rituais fúnebres menos pomposos era feita para aqueles que se tinham notabilizado na vida militar, a quem o Imperador decidia atribuir um funeral público com panegírico, como foi o caso de Sulpício Quirino:

*“(…) sed impiger militiaeque et acribus ministeriis consulatum sub diuo Augusto, mox expugnatis super Ciliciam Homonadensium castellis insignia triumphi adeptus, datusque rector C. Caesari Armeniam obtinenti.”*³²⁵.

Estas formas de experienciar a religiosidade colocam os militares, quando comparados com os restantes cidadãos romanos, num outro patamar, no que respeita o sentimento de *pietas*. Tal como os cidadãos, os militares relegavam para segundo plano a sua individualidade, valorizando de modo pragmático o colectivo em que estavam inseridos, ou seja a pátria. Porém, entre a individualidade e a pátria ficava um colectivo mais restrito.

Desta forma, pelo facto de venerarem os deuses do panteão romano, atribuindo-lhes características adequadas às realidades inerentes à sua actividade e por terem cultivado entidades divinas, que os acompanhavam na interpretação de todo o tipo de acontecimentos pressagiosos e protegiam o acampamento, os militares dirigiam a sua *pietas* mais para a legião em que estavam inseridos do que à sua *gens*, como acontecia com os cidadãos. Esta vivência da religião leva-nos a concluir, ainda que de forma demasiado

³²⁴ Tác. *Ann.* I.61.

³²⁵ Tác. *Ann.* III.48.

genérica, que a legião é a religião de um militar, uma vez que é sobretudo através do culto e dedicação prestados à insígnia (a representação divina da legião) que os militares honram o Estado.

Ainda que, pelo envelhecimento, pela ausência de riqueza, por toda a dureza da profissão, e por muitos outros aspectos, a actividade militar não fosse favorável aos soldados, para muitos destes homens, a base da motivação demonstrada para enfrentar o inimigo no campo de batalha seria esta crença no divino, no dever de *pietas* e em todos os sinais, encontrados para justificar a acção do exército romano.

2.1. O quotidiano dos militares em combate

Embora com menos frequência do que em anos anteriores, as legiões que estavam ao serviço de Tibério tiveram de investir toda a sua *pietas* para enfrentar algumas situações de combate com inimigos: na altura as tribos de territórios ainda não subjugados ao poder do Império Romano.

A experiência de guerra trazia grandes dificuldades, começando pelas distâncias que os militares teriam de percorrer com o peso da sua armadura e os restantes apetrechos necessários, como já aqui referimos.

Armados com pesadas couraças agarradas ao corpo, “*corpora grauiā loriciis*”, que lhes dificultavam a agilidade para lutar, mas também lhes davam a protecção que outros guerreiros não possuíam, os militares contavam ainda com dardos (*pila*) e punhais (*gladia*), armas relativamente leves, quando comparadas com as que os inimigos usavam, e que davam vantagem aos romanos por serem mais facilmente manejadas, como nos diz Tácito:

“(…) *nec enim immensa barbarorum scuta, enormis hastas inter truncos arborum et enata humo uirgulta perinde haberi quam pila et gladios et haerentia corpori tegmina.*”³²⁶.

Para além destas vantagens, é clara a superioridade dos romanos no que respeita ao seu armamento, quando comparado com o dos inimigos, ainda rudimentar e, podemos até dizer, primitivo, como vemos no exemplo seguinte:

*“Interea barbari cateruis decurrentes nunc in uallum manualia saxa, praeustas sudes, decisa robora iacere, (...). Miles contra deturbare telis, pellere umbonibus, muralia pila, congestas lapidum moles prouoluere.”*³²⁷.

Parecem inofensivos os ataques inimigos com este tipo de armas, sobretudo quando confrontados com as máquinas de guerra que os fundibulários (*funditores*) faziam funcionar:

*“Sensit dux inparem comminus pugnam remotisque paulum legionibus funditores libritoresque excutere tela et proturbare hostem iubet.”*³²⁸.

Ajudados pela cavalaria e pelos grupos auxiliares, que constituiriam um número semelhante ao das legiões, os romanos formavam colunas ordenadas e coesas, como a que ajudou Germânico no ataque às tribos da Germânia:

*“Sequitur ardorem militum Caesar iunctoque ponte tramittit duodecim milia e legionibus, sex et uiginti socias cohortis, octo equitum alas, quarum ea seditione intemerata modestia fuit.”*³²⁹.

Com um número elevado de homens à disposição, o general romano preocupava-se em encontrar um local onde o terreno permitisse enfrentar o inimigo, ou seja, um local em que as condições do terreno não constituíssem obstáculo à vitória romana. Os responsáveis por esta tarefa seriam os exploradores, que também investigariam qual a posição do inimigo:

*“(...) etenim attulerant exploratores festam eam Germanis noctem ac sollemnibus epulis ludicram.”*³³⁰.

³²⁶ Tác. *Ann.* I. 64, III.43 e II.14.

³²⁷ Tác. *Ann.* IV.51.

³²⁸ Tác. *Ann.* II.20.

³²⁹ Tác. *Ann.* I. 49.

³³⁰ Tác. *Ann.* I.50.

Este elemento, que assume a função de explorador, é de grande importância no exército romano, uma vez que é a partir de um conhecimento das tropas inimigas e da estratégia destas que o general poderá basear o ataque das tropas romanas, como aconteceu para vencer o líder africano, Tacfarinas:

*“Nam, quia ille robore exercitus impar, furandi melior, pluris per globos incursaret eluderetque et insidias simul temptaret, tres incessus, totidem agmina parantur.”*³³¹.

Quando estivesse estabelecida a estratégia e o general tivesse encontrado o momento certo para o ataque, o sinal seria dado por tubas e trompetes, como refere Tácito:

*“Postquam haesere munimentis, datur cohortibus signum cornuaque ac tubae concinuere.”*³³².

Estes instrumentos musicais também serviriam para anunciar aos soldados que, era tempo de reunir os materiais de guerra na trincheira:

*“(…) adeoque commouerat ut signifer legionis sextae signum ad eum transtulerit, cum Sentius occanere cornua tubasque et peti aggerem, erigi scalas iussit ac promptissimum quemque succedere, alios tormentis hastas, saxa et faces ingerere.”*³³³.

A recolha dos materiais seria feita já ao anoitecer, depois de uma parte dos soldados se ter retirado do combate, de modo a poder trabalhar no acampamento onde passariam a noite, como podemos ver no exemplo seguinte:

*“Iamque sero diei subducit ex acie legionem faciendis castris: ceterae ad noctem cruore hostium satiatæ sunt.”*³³⁴.

³³¹ Tác. *Ann.* III.74.

³³² Tác. *Ann.* I.68.

³³³ Tác. *Ann.* II.81.

³³⁴ Tác. *Ann.* II.21.

Uma preocupação permanente dos soldados, quer estes estivessem no campo de batalha, quer estivessem no acampamento, eram os símbolos que as caracterizavam e que as acompanhavam constantemente.

Já vimos anteriormente a deferência com que estes símbolos eram tratados no acampamento romano. No campo de batalha, esta consideração não era menor, uma vez que era necessário zelar pela segurança daqueles elementos.

Assim, em cada legião havia alguém, o “*aquilifer*”, que cuidava para que nada acontecesse à “águia” e às insígnias da legião, ganhando, por isso uma proeminência em relação aos restantes soldados.

A águia era o símbolo escolhido para representar as legiões por ser o espírito guardião das legiões romanas. Os romanos acreditavam de tal forma nesta protecção que, a visão desta ave era tomada pelos militares como um bom presságio, tal como podemos verificar através de uma narrativa de Tácito, em que Germânico se inspira e confia nesta visão para atacar o inimigo:

*“Interea pulcherrimum augurium, octo aquilae petere siluas et intrare uisae imperatorem aduertere. Exclamat irent, sequerentur Romanas auis, propria legionum numina.”*³³⁵.

Cada legião tinha também, para além da “águia”, um símbolo próprio que a caracterizava por oposição às outras legiões e que lhe havia sido atribuído, aquando da sua formação pelo general, como o fez Tibério, quando criou a primeira e vigésima legiões:

*“Primane et uicesima legiones, illa signis a Tiberio acceptis, (...)”*³³⁶.

Desta forma, emblemas como o capricórnio, o centauro, ou o touro são assumidos pelas legiões como insígnias que, juntamente com as “águias”, as protegem e que devem ser respeitadas e protegidas³³⁷.

Estes cuidados com os símbolos tornam difíceis alguns momentos das campanhas militares, uma vez que a sua segurança é tida como uma preocupação permanente, que

³³⁵ Tác. *Ann.* II.17.

³³⁶ Tác. *Ann.* I.42.

podemos observar nas legiões que se encontravam a combater Armínio, o chefe de uma tribo inimiga:

*“Plurimus circa aquilas labor, quae neque ferri aduersum ingruentia tela neque figi limosa humo poterant.”*³³⁸.

O cuidado em não expor as insígnias ao ataque inimigo, nem as depositar em locais onde havia perigo era uma constante entre os homens das legiões. Perder ou abandonar estes símbolos era tomado como uma atitude desrespeitosa por parte dos seus portadores, que as deveriam manter sempre no local correcto, de acordo com a ordem estabelecida.

A desordem das insígnias militares significava desordem entre os militares, provocada ou por motins, ou pelo mau tempo com que eram surpreendidas algumas legiões.

*« (...) sed ut haesere caeno fossisque impedimenta, turbati circum milites, incertus signorum ordo, utque tali in tempore sibi quisque properus et lentae aduersum imperia aures, inrumpere Germanos iubet, clamitans: “En Varus eodemque iterum fato uinctae legiones!” (...)»*³³⁹.

No entanto, assim que a ordem era reestabelecida, as insígnias voltavam a ocupar o local que lhes tinha sido atribuído, como vemos ter acontecido após Druso ter acalmado os amotinados do acampamento junto à Panónia:

*“Tum redire paulatim amor obsequii: omittunt portas, signa unum in locum principio seditionis congregata suas in sedes referunt.”*³⁴⁰.

Acontecia também que, por vezes, em resultado de derrotas militares, as insígnias se perdiam, tornando-se difícil encontrá-las e reavê-las, como aconteceu com as que eram transportadas pelas legiões derrotadas de Varo.

³³⁷ Cf. BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 262-263.

³³⁸ Tác. *Ann.* I.65.

³³⁹ Tác. *Ann.* I.65.

³⁴⁰ Tác. *Ann.* I.28.

Tratava-se de reabilitar a dignidade da legião romana, que havia sucumbido ao ataque inimigo. Não sendo, portanto, de admirar que, ao longo dos anos em que Tibério foi Imperador, se tivessem feito várias tentativas para encontrar as “águias” das três legiões que acompanhavam Varo, à altura do ataque sofrido.

Encontrar estas insígnias perdidas, tornava-se um estímulo e quase uma obrigação para outras legiões, que desejavam reaver as insígnias injuriadas, de tal forma que ao combater contra os Bructeros, Lúcio Estertínio encontra a “águia” de uma das legiões que acompanhavam Varo, a XIX^a. Esta descoberta foi suficiente para que os soldados mudassem a sua posição no terreno, de modo a encontrar as “águias” em falta:

*“(...)interque caedem et praedam repperit undeicesimae legionis aquilam cum Varo amissam. Ductum inde agmen ad ultimos Bructerorum, quantumque Amisiam et Lupiam amnis inter uastatum, haud procul Teutoburgiensi saltu, in quo reliquiae Vari legionumque insepultae dicebantur.”*³⁴¹.

A descoberta de duas das “águias” das legiões de Varo assumiu importância tal que, em Roma, foram edificadas arcos comemorativos ao feito.

Para além deste exemplo de perseverança, as tropas comandadas por Lúcio Estertínio demonstram como homens, disciplinados e motivados para a vitória, poderão obter recompensas pela sua dedicação ao Império e pelos exemplos de coragem que apresentam, justificando todo o investimento feito na disciplina dos militares.

Entre as recompensas recebidas, encontram-se os prémios militares, atribuídos por Augusto após as guerras civis, o aumento do ordenado e a atribuição de uma coroa, como enumera Flavo, que servia no exército romano, ao irmão, Armínio, o chefe da tribo dos Cheruscos responsável pela derrota de Varo e das suas três legiões:

*“Flauus aucta stipendia, torquem et coronam aliaque militaria dona memorat, inridente Arminio uilia seruitii pretia.”*³⁴².

³⁴¹ Tác. *Ann.*I.60.

³⁴² Tác. *Ann.* II.9.

Esta coroa de que fala Flavo, feita de folhas de carvalho, podia ser atribuída a qualquer soldado raso, desde que este fosse um cidadão romano ou tivesse morto o inimigo, ou salvo uma vida romana no campo de batalha, tal como o fez Rufo Hélvio, que recebeu também uma lança e um colar:

*“Quo proelio, Rufus Heluius gregarius miles seruati ciuis decus rettulit donatusque est ab Apronio torquibus et hasta. Caesar addidit ciuicam coronam, quod non eam quoque Apronius iure proconsulis tribuisset questus magis quam offensus.”*³⁴³.

As recompensas não eram apenas atribuídas para louvar casos como este, nem se cingiam aos símbolos; o general de uma legião poderia, caso o entendesse, retribuir o esforço dos seus homens, atentando aos seus pedidos, como o fez Germânico aos militares que haviam derrotado uma tribo germânica, mesmo após a perda de parte da frota, de armas e de homens, em 16 d. C.:

*“Addidit munificentiam Caesar, quantum quis damni professus erat exsoluendo.”*³⁴⁴.

Ainda assim, os mais ansiados louvores não se prendiam com simples recompensas atribuídas pelo general. Mais do que os soldados rasos (*miles*), cujos únicos desejos eram um aumento do ordenado e a redução dos anos de trabalho, os legados e os tribunos eram os mais ansiosos pelos louvores militares, que eram atribuídos pelo Imperador e pelo Senado.

Os generais eram aclamados *imperatores*, aquando de uma vitória militar, como foi Tibério:

*“Miles in loco proelii Tiberium imperatorem salutauit struxitque aggerem et in modum tropaeorum arma subscriptis uictarum gentium nominibus imposuit.”*³⁴⁵.

³⁴³ Tác. *Ann.* III.21.

³⁴⁴ Tác. *Ann.* II.26.

³⁴⁵ Tác. *Ann.* II.18.

A época imperial, contudo, apenas permitia esta saudação ao Imperador, já que ele era o comandante supremo de todas as legiões. Os generais, que combatiam agora ao serviço do Império, eram aclamados desta forma apenas pelas suas legiões, como sucedeu com Bleso:

*“Sed Tiberius pro confecto interpretatus id quoque Blaeso tribuit ut imperator a legionibus salutaretur, prisco erga duces honore qui bene gesta re publica gaudio et impetu uictoris exercitus conclamabantur,”*³⁴⁶.

Ainda que pudessem ser publicamente ovacionados à chegada à capital, como foi Druso:

*“Atque interim Drusus rediens Illyrico, quamquam patres censuissent ob receptum Maroboduum et res priore aestate gestas ut ouans iniret, prolato honore urbem intrauit.”*³⁴⁷.

Oficialmente, também lhes eram votadas estátuas laureadas, apenas pelo simples facto de terem participado nas campanhas militares³⁴⁸, louvores que Tácito sugere não serem devidamente merecidas, mas o resultado de uma busca incessante por condecorações e pela fama:

*“Nam priores duces, ubi impetrando triumphalium insigni sufficere res suas crediderant, hostem omittebant; iamque tres laureatae in urbe statuae, et adhuc raptabat Africam Tacfarinas, auctus Maurorum auxiliis, qui, Ptolomaeo Iubae filio iuuenta incurioso, libertos regios et seruilia imperia bello mutauerant.”*³⁴⁹.

A responsabilidade da atribuição destas honras triunfais, constituídas não só por estátuas laureadas, mas também pela atribuição de coroas, lanças e estandartes de cavalaria³⁵⁰, estava ao cargo do senado:

³⁴⁶ Tác. *Ann.* III.74.

³⁴⁷ Tác. *Ann.* III.11.

³⁴⁸ Cf. BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 64.

³⁴⁹ Tác. *Ann.* IV.23.

³⁵⁰ Cf. BOHEC, Yann Le. *Op cit.*

*“Eo prouior Tiberius res gestas apud senatum celebrauit: et decreuere patres triumphalia insignia, quod Camillo ob modestiam uitae impune fuit.”*³⁵¹.

O Senado podia, para além destas honras, atribuir louvores a um homem que, pela sua condição social, poderia nunca os ter obtido, caso não se mostrasse suficientemente corajoso na guerra. Sulpício Quirínio é o exemplo, que Tácito dá de alguém que, não pertencendo a famílias patrícias, tem direito a um funeral público e panegírico graças à sua prestação militar:

*“Nihil ad ueterem et patriciam Sulpiciorum familiam Quirinius pertinuit, ortus apud municipium Lanuuium; sed impiger militiaeque et acribus ministeriis consulatum ubi diuo Augusto, mox expugnatis super Ciliciam Homonadensium castellis insignia triumphis adeptus, datusque rector C. Caesari Armeniam obtinenti.”*³⁵².

3. As implicações que a vida militar poderá ter na vida civil dos romanos

Ao longo deste capítulo, temos vindo a observar como a vida militar, sobretudo a que decorre nos acampamentos longe de Roma, se situa à margem da vida da restante sociedade imperial, sobretudo a que frequenta a capital, uma vez que os modos de vida dos elementos que constituem estes dois grupos diferem claramente.

No entanto, é possível descobrir alterações nos quotidianos civis como consequência do modo de vida dos militares.

O exemplo mais concreto que podemos dar desta afirmação é a transmissão de elementos da cultura romana a povos distantes de Roma, com a necessária adaptação feita pelos militares, os principais responsáveis por essa transmissão, a que chamamos romanização. No entanto, outros exemplos há de alterações na vida civil motivadas pela vida militar, durante os anos em que Tibério foi o comandante supremo das legiões romanas.

³⁵¹ Tác. *Ann.* II.52.

³⁵² Tác. *Ann.* III.48.

Assim, uma das primeiras consequências resultantes do exército que Tibério herda de Augusto é a avançada idade de muitos dos seus homens, alguns deles, incluindo generais, ao serviço há já 30 ou 40 anos, como é o caso de Cécina:

*“Quadragesimum id stipendium Caecina parendi aut imperitandi habebat, secundarum ambiguarumque rerum sciens eoque interritus.”*³⁵³.

O envelhecimento do exército, exigia um maior recrutamento de novos homens; contudo, Tibério deparou-se com um descrédito da actividade militar, que se verificava na ausência de voluntários para liderar exércitos, tal como nos relata Tácito:

*“Exim Flacco Pomponio Suriae pro praetore defuncto recitantur Caesaris litterae, quis incusabat egregium quemque et regendis exercitibus idoneum abnuere id munus, seque ea necessitudine ad preces cogi, per quas consularium aliqui capessere provincias adigerentur, oblitus Arruntium, ne in Hispaniam pergeret, decumum iam annumattineri.”*³⁵⁴.

Mas este descrédito na actividade militar não se restringia aos civis, passíveis de se voluntariar, era também visível ao nível dos soldados, que devido à baixa remuneração e aos anos de serviço, eram cada vez mais difíceis de recrutar. Em consequência, Tibério decide fazer novos recrutamentos; no entanto, os candidatos não mostram as mesmas características de outrora, evidenciando-se agora pela falta de coragem, de disciplina e pela indolência:

*“Multitudinem ueteranorum praetexebat imperator et dilectibus supplendos exercitus: nam uoluntarium militem deesse, ac si suppeditet, non eadem uirtute ac modestia agere, quia plerumque inopes ac uagi sponte militia sumant. Percensuitque cursim numerum legionum et quas provincias tutarentur.”*³⁵⁵.

³⁵³ Tác. *Ann.* I.64.

³⁵⁴ Tác. *Ann.* VI.27.

³⁵⁵ Tác. *Ann.* IV.4.

Em anos anteriores a Tibério, era necessário ter-se cidadania romana, de modo a poder ser-se recrutado para o exército. Contudo, Augusto tinha aberto o exército aos escravos nascidos em Roma:

*“Igitur, audito fine Augusti, uernacula multitudo, nuper acto in urbe dilectu, lasciuias sueta, laborum intolerans, implere ceterorum rudes animos:(...)”*³⁵⁶.

A desordem e indisciplina tinham-se tornado constantes, e o número de candidatos cada vez menor implicava que se recrutassem jovens das tribos anexadas:

*“Causa motus super hominum ingenium, quod pati dilectus et ualidissimum quemque militiae nostrae dare aspernabantur, ne regibus quidem parere nisi ex libidine soliti, aut si mitterent auxilia, suos ductores praeficere nec nisi aduersum accolae belligerare.”*³⁵⁷.

Desta forma, por um lado, havia-se comprometido a qualidade dos soldados ao serviço de Roma e, ao mesmo tempo, a segurança do Império; por outro lado, este exército com menor qualidade trouxe outro tipo de estabilidade aos territórios fronteiriços, bem como contrapartidas a nível económico e de expansão romana.

Fizemos já uma breve referência, no início deste capítulo, ao modo como os acampamentos, que se haviam tornado fixos, tinham atraído a si pequenas aglomerações populacionais, designadas por “*canabae*”.

De acordo com o que refere Yann Le Bohec, estas aglomerações funcionavam a vários níveis.

Por um lado, eram motivo de fixação de tribos nómadas, que poderiam trazer dificuldades aos romanos, desta forma, as “*canabae*” tinham ganho, ainda que indirectamente, uma função pacificadora. Por outro lado, os acampamentos fixos permitiam que, juntamente com eles, se desenvolvessem pequenas trocas comerciais entre os militares e essas populações, de modo a suprir as necessidades alimentares destes, não contempladas no abastecimento fornecido pelo poder central, em Roma, encorajando não

³⁵⁶ Tác. *Ann.* I.31.

³⁵⁷ Tác. *Ann.* IV.46.

só o desenvolvimento de explorações agrícolas, pecuárias junto das fronteiras, mas também o desenvolvimento de pequenas indústrias artesanais, como era o caso da cerâmica utilitária.

Este desenvolvimento natural viria a ser útil para a economia Romana, uma vez que, a longo termo, a importação de alimentos para o aprovisionamento militar diminuiria e a produção vinda destas populações seria também uma mais valia em termos de impostos a recolher. Mas também as referidas populações beneficiariam com a proximidade dos militares e com os seus efeitos colaterais, uma vez que todo este despoletar da economia das pequenas populações, ao mesmo tempo que ia fixando populações, contribuía para o crescimento da rede viária ou do abastecimento de água. Enfim, uma série de infra-estruturas que, directa e indirectamente, davam a conhecer o Império e a cultura Romana³⁵⁸.

Porém, o reverso da medalha poderia oferecer uma face mais obscura da romanização, ou seja, a possibilidade de opressão das populações próximas dos acampamentos pelos militares, através da violência. Acreditamos, contudo, que nem sempre a violência seria um hábito, uma vez que era com estas populações mais próximas que os militares estabeleciam também ligações mais próximas, também elas importantes no processo da romanização.

Quanto às alterações que a vida dos legionários, espalhados pelas fronteiras do Império, gerava em Roma, para além das económicas, já por nós referidas sumariamente, haveria também a considerar aspectos sociais.

Em virtude dos anos de serviço a que os soldados estavam obrigados e das dificuldades de recrutamento sentidas nesta época, a vida quotidiana em Roma estaria lentamente a alterar-se.

Assim, em consequência da recruta de homens que não possuíam a cidadania romana, tornava-se necessário atribuir cidadania a estes homens, de modo a que o seu processo de alistamento estivesse correcto. Este procedimento deu lugar a um aumento do número de cidadãos romanos de origem servil, contribuindo com novas características para a demografia de Roma e do Império, já que juntamente com os soldados, de acordo com Yann Le Bohec, também gozariam dos benefícios da cidadania romana eventuais descendentes daqueles e respectivas progenitoras.

Casar era, desde Augusto, um direito proibido aos soldados. Porém, seria ingênuo pensar que, em 25 anos de serviço ao exército, os soldados se manteriam celibatários, continuando a realizar-se uniões ilegais, cuja descendência era considerada ilegítima, até à data do terminus do serviço paterno. Chegada essa altura, os militares escolheriam com mais facilidade a permanência junto desta família “ilegal”, do que a partida solitária para um terreno oferecido por Roma.

Roma perdia escravos e ganhava cidadãos, contudo, o tempo de serviço exigido às legiões era tão extenso que a cidade se ressentiria. Este aumento de cidadãos juntamente com o decréscimo de fornecimento servil, oriundo de povos conquistados, resultava num enfraquecimento do número da mais significativa força de trabalho em Roma, levando-nos a colocar em dúvida se, não estaria aqui um dos problemas causadores de falta de receitas públicas com que Tibério se debateu.

Porém, os homens das legiões iam, sem talvez se aperceberem, granjeando para Roma novas vantagens, sobretudo ao nível da expansão cultural, arrastando consigo formas de vida e de pensamento, semelhantes aos que eram conhecidos no quotidiano da capital. Assim mais do que a alteração dos aspectos da vida quotidiana em Roma, as implicações dos quotidianos militares centram-se na exportação daqueles aspectos desde Roma para o Império.

³⁵⁸ BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998, 238 – 246.

Considerações finais

No decurso deste trabalho vimos como os *Annales* de Tácito poderão funcionar como um guia na descoberta dos diferentes modos de vida, que a sociedade imperial romana do séc. I d. C. conheceu.

Os inúmeros episódios narrados por este historiador estão marcados pela diversidade e heterogeneidade de contextos sociais que Roma conhecia. Porém, a nossa escolha, dirigida para apenas alguns quadros da vida quotidiana, condicionou um retrato completo da sociedade imperial, dando-nos apenas alguns contornos dessa realidade do primeiro século da nossa era, descrito por Tácito.

No que diz respeito à análise da totalidade da obra do historiador, ou seja, a inclusão neste trabalho de referências a aspectos do quotidiano dos romanos durante as épocas subsequentes ao Imperador Tibério, também foi decidido que não o faríamos.

Porém, utilizaremos esta secção, dedicada às considerações finais, para efectuarmos uma incursão pelas características da sociedade romana dos anos 41 a 66 d. C., no âmbito das conclusões a realizar, relativamente ao modo como se poderão caracterizar e como evoluíram os vários quadros da vida quotidiana dos anos 14 a 37 d. C., apresentados e analisados ao longo deste trabalho.

Desta forma, proporcionar-se-ão breves comparações, baseadas sobretudo no papel desempenhado pelos Imperadores Cláudio e Nero (os dois únicos Imperadores subsequentes a Tibério, cujo relato de governação realizado por Tácito conseguiu sobreviver ao tempo) na evolução desses aspectos sociais.

Os quotidianos femininos, servis, as vivências quotidianas dos espectáculos, da morte e, por fim, os quotidianos militares são, então, o objecto da nossa análise.

Relativamente aos quotidianos femininos, verificámos que as mulheres romanas que viveram durante os anos de governação do Imperador Tibério traziam consigo, desde a nascença, responsabilidades para com a *domus*, para com a família e para com o marido.

A aparente simplicidade desta premissa não representava facilidades, nem valorizava a posição da mulher na sociedade, uma vez que aquelas responsabilidades se centravam numa finalidade implícita: o reforço de todas as características, que remetiam a mulher para uma condição de ser inferior e submisso.

A fuga a este estereótipo de inferioridade e submissão dependia, em muito, do

carácter da mulher, ou seja, da ambição, hipoteticamente, velada para obter maior influência junto do marido, ou junto de alguém com mais poder; e da determinação com que eram executadas as suas tarefas. Porém, ainda que fosse atingido um patamar de maior respeitabilidade, é necessário ter em conta que estas características apenas rendiam à mulher efeitos positivos, caso o seu comportamento beneficiasse o marido, a família, ou revelasse uma atitude puramente altruísta.

Assim, fundamentalmente, era a visão que os homens da época tinham da mulher, que angariava a esta a visibilidade e o respeito desejados. Consoante o comportamento feminino, os homens, género dominante, alargavam ou reduziam o espaço que a mulher tinha para crescer nos seus direitos, nas suas liberdades e, sobretudo, na forma como a sua imagem ia sendo construída na sociedade.

Com Tibério no poder, as mulheres puderam sentir alguma esperança no que respeita o seu reconhecimento público. Referimo-nos aqui, sobretudo, às mulheres de classes elevadas, mais concretamente às da casa imperial, uma vez que foi este Imperador que conseguiu para Lívía o título de “Mãe da Pátria”, honrando-a, também, com um lugar junto das Vestais, aquando da presença nos Jogos públicos, e permitindo que fosse transportada, na cidade, num *carpentum*³⁵⁹.

Mas as honras prestadas a Lívía não tinham começado apenas com Tibério, Augusto já lhes havia dado início, quando lhe atribuiu o título de Augusta. Pela primeira vez, uma mulher, ainda viva, recebia este título, ainda que apenas lhe tivesse sido atribuído aquando da morte do marido. A atitude, pelo que representa na transformação gradual do quotidiano feminino, merece todo o nosso destaque.

Tibério, no entanto, não seguiu sempre o exemplo de Augusto, uma vez que nem todas as suas atitudes relativamente às mulheres iam no sentido de as honrar, não nos esqueçamos de que o apelidámos de misógino. Tibério falha no enaltecimento da figura feminina quando, por exemplo, não soleniza plenamente o funeral da mãe, nem a diviniza, ao contrário do Senado, que demonstra não ter qualquer preconceito na atribuição de honras a Lívía.

A atitude de Tibério para com as mulheres passa também por muitas restrições, sobretudo no que respeita ao comportamento moral daquelas e às consequências que daí advinham. Os tempos não se apresentavam fáceis para os defensores da moralidade:

o número de casamentos havia diminuído, os adultérios e a prostituição pareciam práticas comuns, mesmo entre as mulheres das classes mais elevadas.

Em consequência destas situações, Tibério endurece as penas de exílio por adultério, impõe a perda das propriedades dos adúlteros e limita a prostituição às classes mais baixas.

Esta última medida é um dos indícios da desigualdade entre as mulheres das diferentes classes, com ela, o Imperador desenhava o limite não só entre classes, mas também entre códigos comportamentais, clarificando a ideia da existência de diferentes quotidianos femininos, de acordo com diferentes ambientes sociais. Torna-se também mais clara a ideia de que as mulheres apresentadas no relato de Tácito são apenas uma parte do todo feminino, que habitava em Roma, ainda que todas elas fossem objecto da tal visão masculina, em que a mulher era relegada para um plano inferior.

Relativamente ao papel desempenhado pelos sucessores (presentes na obra de Tácito) de Tibério em prol da valorização do papel da mulher na sociedade, podemos dizer que ambos mantiveram a atitude de Tibério relativamente aos comportamentos imorais, castigando duramente as adúlteras. Os motivos desta intolerância imperial encontravam justificação no aumento da promiscuidade e imoralidade, dos divórcios, da concubinação, dos adultérios e das conspirações femininas.

As mulheres continuaram a ser vistas como o sexo fraco, cuja vaidade e excessiva ambição eram prejudiciais ao homem, para quem as únicas virtudes femininas se continuavam a relacionar com atributos físicos, como a beleza; fisiológicos, como a fertilidade; e morais, como a castidade e a cumplicidade conjugal.

Contudo, graças a Cláudio e a Nero, as mulheres romanas conquistaram alguns direitos, que lhes permitiam sobretudo uma projecção social mais favorável.

Cláudio, para além de alterar as leis do casamento, permitindo o casamento de cidadãs romanas com estrangeiros, até então não permitido, legisla para que o casamento entre tios e sobrinhos, até aí considerado incestuoso, seja permitido. Sabemos, contudo, que a motivação desta atitude é mais em benefício do próprio Imperador, que se preparava para casar com a sua sobrinha, Agripina, do que com o intuito de beneficiar a restante população.

A favor de Cláudio está, também, a atribuição do título de Augusta à sua mulher,

³⁵⁹ O *carpentum* era um meio de transporte, que estava reservado apenas a sacerdotes e a objectos sagrados.

Agripina (mãe de Nero). Um acontecimento que poderá simbolizar uma primeira aproximação entre homens e mulheres no que respeita o merecimento de honras, já que esta foi a primeira vez que tal título foi atribuído a uma mulher, ainda durante a vida do marido.

Relativamente a Nero, sabemos que, durante a sua governação, as mulheres puderam participar em actividades que até aí lhes eram vedadas, como gladiadoras e actrizes, nos Jogos públicos. Contudo, através dos *Annales*, temos conhecimento de que as atitudes de Nero para com a sua mãe e para com a sua mulher, Octávia, (e também Popeia) são um exemplo de crueldade e desrespeito pelo sexo feminino, representando não uma evolução do modo como a mulher era vista pelo homem, o género dominante na sociedade romana, mas um retrocesso.

Ao longo destes anos do séc. I d. C., a legislação romana e a visão masculina não favorecem o quotidiano feminino, remetendo a mulher para tarefas elementares e conotando-a com futilidades e atitudes prejudiciais aos homens e à sociedade. Contudo, a mulher foi, paulatinamente, ganhando um papel activo em muitos aspectos da sociedade, aplicando o seu poder persuasivo de modo a conseguir intervir em assuntos públicos, como conseguiram Livia e ambas as Agripinas.

Desta forma, a existência, ou não, de um perfil e carácter vinculados era um elemento crucial para que o rótulo atribuído fosse favorável e não pejorativo e para que houvesse um reconhecimento do valor feminino. O carácter distinguia a mulher e traçava, quanto a nós, o modo como o quotidiano dessa mulher era enfrentado, ainda que com as devidas diferenças impostas pelos condicionalismos sociais, ou seja, mesmo sendo considerada um género inferior, o quotidiano das cidadãs romanas não se podia comparar ao das mulheres de classe inferior, muito menos se estas fossem escravas.

Os escravos conheciam, durante o principado de Tibério, tal como em muitas outras épocas da cultura romana, um quotidiano baseado na satisfação de grande parte das necessidades dos cidadãos romanos. Estes tinham-se habituado a olhar os seus escravos como uma propriedade, cuja principal característica a ser valorizada era a capacidade de execução dos trabalhos para os quais tinham sido adquiridos.

Desta forma, não seria de esperar que a qualidade de vida dos escravos fosse relegada para segundo plano e que estes fossem ignorados, enquanto seres humanos.

Porém, o quotidiano servil poderia ser influenciado pelo relacionamento existente

entre o escravo e o seu amo. Uma relação baseada na confiança mútua seria benéfica tanto para o amo, como para o escravo. O primeiro passava a cativar a fidelidade do escravo, algo que numa cidade como Roma, em que a corrupção e a intriga espreitavam a todo o instante, era uma mais valia e uma garantia de vida. Quanto ao escravo, o exemplo de fidelidade para com o amo poderia trazer-lhe vantagens quanto à sua qualidade de vida, enquanto *res* sob a tutela do seu *dominus*, mas podia também levá-lo à esperança da libertação.

Enquanto Tibério esteve no poder, pouco foi feito para que o quotidiano dos escravos se alterasse, chegando a verificar-se um certo retrocesso relativamente aos direitos de asilo, que os escravos tinham conquistado durante a época de Augusto, com a *Lex Petronia*.

Assim, pode mesmo dizer-se que foram nulas as atitudes de Tibério em prol de alterações qualitativas no quotidiano servil. A legislação emitida por este Imperador relativamente aos escravos limitou-se ao estabelecimento limites para libertações e consequente atribuição de cidadania.

Para os cidadãos romanos dos primeiros anos do séc. I d. C. o aumento de libertos, que se estava a verificar, implicava um receio permanente de rebelião e, possivelmente, um receio de perda de identidade. Roma não esquecia que um liberto já havia sido um escravo e, para um povo que considerava os escravos coisas sem valor e lhes infligia maus-tratos, seria difícil encarar um ex-escravo a desempenhar, por exemplo, uma magistratura urbana, ou não pensar que uma revolta poderia ser preparada.

A verdade, porém, é que os escravos e os libertos são um dos principais motores que fazem Roma avançar, graças à quantidade e qualidade do seu trabalho. Desta forma, o quotidiano da sociedade romana entre 14 d. C. e 37 d. C. era inevitavelmente invadido pelo quotidiano servil, influenciando o modo como se vivia e também o que se pensava acerca da escravatura.

Tendo em conta que a época em questão era dominada por vários ideais filosóficos, sobretudo os do estoicismo, como temos vindo a referir ao longo deste trabalho, que são, quanto a nós, os responsáveis pelo aumento de libertos, torna-se contraditório que, numa sociedade influenciada por valores que proclamavam a igualdade entre os homens, os escravos fossem vítimas de agressões e maus-tratos.

Assim, para que não só os comportamentos, mas também as leis romanas se

alterassem em benefício dos escravos e para que estes não fossem catalogados como intrinsecamente maus, independentemente das suas atitudes na sociedade, faltaria percorrer um longo caminho.

Quanto ao modo como dois Imperadores, que se sucedem a Tibério, percorrem esse caminho, podemos dizer que Cláudio representa uma melhoria na atitude para com os escravos e o seu quotidiano, uma vez que, decide acusar de assassinato os que abandonam escravos doentes.

Os dados que Tácito nos dá, relativamente a Cláudio, não nos deixam informações acerca de outras medidas, tomadas em prol da população servil. No entanto, relativamente aos libertos, fica implícita a ideia de que estes influenciam bastante o Imperador e têm um papel importante na tomada de posições do mesmo; um facto que representa uma alteração comportamental significativa relativamente ao que acontecia nos anos de Tibério.

Quando chegamos aos anos de governação de Nero, verificamos que toda a confiança que havia sido dada aos libertos é traída em muitos aspectos, ou seja, após uma torrente de libertações, volta a haver preocupações quanto ao merecimento ou não da libertação, uma vez que os libertos aparecem como fomentadores de intrigas e objecto de suborno fácil, através do clientelismo e da cumplicidade inerente; torna-se também preocupante, para os romanos, o facto de nos diversos estratos sociais se encontrarem libertos, ou descendentes destes.

Podemos então dizer que, com Nero, se começa a retroceder em muito do que tinha sido conquistado com Cláudio e que, apesar de algumas alterações, nos quotidianos servis não se deram transformações suficientes de modo a que a mentalidade dos *domini*, ou a qualidade de vida dos *serui* evoluísse de forma positiva para os escravos.

Passamos agora a uma abordagem relativamente ao modo como os habitantes de Roma, inclusive os que acabámos de referir, conviviam com dois dos momentos presentes no quotidiano da *Vrbs*: os espectáculos e a morte.

Vividos com grande entusiasmo, havia três tipos de espectáculos à escolha de todos os habitantes de Roma. Os espectáculos eram, talvez, o único momento do quotidiano de Roma em que todos os elementos da população, inclusive mulheres e escravos, se reuniam para um fim comum, o divertimento.

Assim, os diversos espectáculos assumiam um papel preponderante no quotidiano de Roma, uma vez que a sua promoção era uma forma de propaganda política fácil, válida

não só para o Imperador, mas para muitos dos pretores, que patrocinavam os eventos.

Com esta promoção, os Imperadores esperavam que a população, sobretudo a mais desfavorecida, desviasse a sua atenção dos problemas do quotidiano, como a fome, e se concentrasse exclusivamente no divertimento, de modo a angariar apoio e a evitar revoltas populares.

Tibério, contudo, foi um Imperador avesso a este tipo de propaganda imperial, influenciado pelos ideais estóicos de contenção e de renúncia ao prazer, mas também, condicionado pela situação económica de Roma.

Esses condicionalismos levam o Imperador à tomada de posições pouco benéficas para o desenvolvimento dos espectáculos, como a redução dos salários dos actores, passando pela sua expulsão, por motivos de decoro e das excessivas liberdades que protagonizavam e inspiravam nos espectadores; até à ausência de construções de edifícios destinados aos jogos públicos.

No entanto, Tibério não reprime todos os espectáculos, uma vez que muitos deles funcionam como um complemento às inúmeras cerimónias religiosas, que havia em Roma. Assim, apesar de não promover o desenvolvimento do fenómeno espectáculos, apresenta preocupações legítimas com a segurança dos espectadores e toma várias as medidas, para que o povo não seja vítima da ambição de poder e de riqueza dos que produzem os jogos, sem terem em atenção as condições mínimas de segurança.

Mas, se com Tibério os jogos públicos não beneficiaram de transformações suficientes, para que se possa dizer que estes alteraram significativamente o quotidiano dos romanos, o mesmo não se poderá dizer acerca do Imperador Nero, cujo declarado gosto pelos espectáculos o levou a inúmeras inovações e à promoção dos espectáculos.

O gosto de Nero ia ao encontro do da população, por isso, o Imperador sente-se incentivado e à vontade para instituir dois novos jogos, os *ludi Iuvenales* e os *Neronia*, estes últimos com características muito semelhantes às dos concursos gregos; constrói também um novo anfiteatro e aumenta a lotação do Circo Máximo. Todas estas medidas têm um efeito de delírio nos espectadores, a tal ponto que entre eles se geram conflitos, prontamente aproveitados por Nero para proporcionar novos combates, premiados ou penalizados consoante o resultado do combate.

Agora, com Nero, todas as classes eram mais do que espectadores, homens e mulheres podiam participar activamente nos espectáculos, como histriões ou como

gladiadores.

Assim, através dos espectáculos, Nero havia alterado de modo bastante ousado e evidente o quotidiano dos romanos, dando-lhe um pendor mais desregrado e de maior proximidade com um Imperador, que também exigia participar nas corridas de cavalos ou nos concursos de música e de poesia. Esta era uma realidade nova, a que até aí os Imperadores anteriores não tinham habituado a população romana.

Para além da austeridade de Tibério no que respeita este aspecto, também Cláudio demonstrara ser um Imperador moderado quanto às políticas dos divertimentos. Este Imperador mantém as preocupações do seu antecessor, apesar de ter mandado construir, no Circo Máximo, os primeiros lugares de pedra para os senadores.

Apreensivo quanto aos custos que os espectáculos tinham para Roma, Cláudio utiliza o ordenado dos actores para os custos da edição dos espectáculos. Mas os custos não são a única preocupação deste Imperador, que continua com as tentativas para reprimir a “*Theatralis lasciuia*”, característica dos espectáculos teatrais, emitindo éditos contra a mesma. Uma atitude que poderá não ter rendido ao Imperador uma opinião favorável por parte de um público sem filtro de qualidade e sedento de um divertimento com cada vez maior imoralidade e cada vez mais atroz e mortífero.

Assim, os espectáculos uniam-se a um outro acontecimento do quotidiano romano: a morte, que estava presente em mais momentos do que aqueles em que, naturalmente, se esperava. A arena era palco de morte; a morte e o conjunto de rituais, realizados à sua volta, traziam consigo toda uma envolvente de espectacularidade.

Vimos como, ao longo do quotidiano dos romanos, que viveram sob o governo do Imperador Tibério, a morte para além de um acontecimento natural, que merecia ser solenizado com tanto mais circunstância quanto importante fosse o defunto, era um meio de libertação da realidade quotidiana da *Vrbs*, que pouco tinha a ver com o ideal propagandeado pelos estóicos, de uma vida virtuosa, honrada e sem paixões humanas, como a violência ou vingança.

Assim, o carácter inevitável da morte transforma-se, ganhando contornos de imprescindibilidade, quando o romano vê no suicídio a última saída; de má sorte, quando os seus motivos deixam de ser naturais e, em consequência dos modos de vida, passam a ser a fome ou o assassinato, por motivos tão díspares como o exílio, uma condenação legal, ou mesmo ódios nutridos até ao limite.

Todos estes modos de enfrentar a morte não se alteraram ao longo dos 52 anos relatados por Tácito. Durante os anos de poder de Cláudio e de Nero a situação de instabilidade e insegurança, motivada por conspirações e traições atingia grande parte da população romana, que continuava a ver no suicídio uma saída nobre.

A honorabilidade que estava ligada à morte ou à pessoa morta ganhava visibilidade com todo o ritual cerimonioso, que se efectuava em torno dos funerais, sobretudo daqueles elementos de classes com maior poder económico, uma vez que para a população de baixo poder económico, a vala comum, uma inumação ou uma cremação eram providenciadas sem qualquer procissão fúnebre ou sem elogios públicos.

No entanto, vimos como, mesmo a pompa vivida em torno das exéquias dos mais abastados se foi alterando graças à austeridade defendida por Tibério, que, em algumas ocasiões, proibiu os lamentos públicos e honrou com menor fervor elementos da família imperial. Tibério agia, relativamente à prestação de honras fúnebres, como em muitos outros momentos do seu poder, ou seja, com uma distância e frieza que causavam estranheza.

Os motivos do Imperador podem ter sido vários, desde motivações filosóficas, até motivações de reserva de sentimentos pessoais, quer fossem positivos ou negativos. A verdade é que Tácito nos apresenta um Tibério pouco complacente com os sentimentos, que a morte provoca, com a *pietas* (tipicamente romana) de honrar os mortos e indiferente a todos os rituais em volta do *funus*.

Assim, ainda que não tenhamos qualquer informação do modo como decorriam os rituais fúnebres durante o principado de Cláudio, sabemos que, com Nero, o ritual não se perde. Logo no início do seu principado Nero atribui a Cláudio, no dia do funeral deste, um panegírico onde sublinha os feitos, os talentos, o modo como reinou e o carácter do anterior Imperador, estabelecendo assim a diferença relativamente a Tibério. Porém, o futuro de Nero como Imperador vem esbater esta diferença, uma vez que, nos vários funerais públicos a que assistimos durante o principado deste Imperador, toda a solenidade com que caracterizámos estes acontecimentos se desvanece.

Aquando da morte de Britânico, Nero declara que as procissões e os panegíricos votados ao morto não devem ser públicos e, de acordo com esta atitude de menor exposição pública das exéquias da família imperial, aquando da morte da mãe é também de notar a humildade do túmulo e dos rituais votados a esta. Contudo, posteriormente,

aquando da morte da mulher, Popeia, Nero permite que aquela tenha um funeral público e louva-a na Rostra, ainda que o corpo não tivesse sido cremado, como era costume entre os romanos, mas embalsamado.

Os motivos para esta discrepância de atitudes prender-se-iam, quanto a nós, sobretudo com motivos sentimentais, dado que o relacionamento de Nero com a mãe e com Britânico não era tão afectuoso como com Popeia. Na verdade, ainda que a causa de morte de Popeia tivesse sido um pontapé de Nero, estando ela grávida, justificamos a nossa interpretação com o relato de Tácito, que descreve o Imperador como um apaixonado, submetido ao amor da mulher³⁶⁰.

Assim, podemos concluir que, ao longo dos governos dos Imperadores que se seguiram a Tibério, todo o ritual em torno das exéquias fúnebres dos cidadãos romanos foi perdendo grande parte da sumptuosidade que o caracterizava no início do principado.

Porém, para um número significativo da população romana (escravos e habitantes de classes mais baixas) o retrocesso relativamente ao cerimonial fúnebre poucas alterações traria aos seus quotidianos, uma vez que a sumptuosidade de que temos vindo a falar, dificilmente seria vivida, já que as condições económicas e sociais, muitas vezes, não lhes permitiam a aquisição de túmulos³⁶¹, nem o luxo das cerimónias fúnebres das figuras de destaque da sociedade romana.

Por fim, resta-nos referir o modo como se pode caracterizar o quotidiano dos militares durante o principado de Tibério, qual o papel deste Imperador no modo como esse quotidiano era vivido e de que forma ele interfere no quotidiano dos civis.

A vida quotidiana dos militares, durante este período de tempo, foi bastante condicionada pela política expansionista de Tibério e pelo incumprimento das promessas de Augusto, relativamente à atribuição de prémios de guerra.

Tibério herda um exército, que reclama os direitos não atribuídos, as más condições de vida nos acampamentos, a extensão do tempo de serviço e os baixos ordenados. No acampamento, em marcha para um combate, ou no campo de batalha as condições de vida não eram favoráveis; o trabalho, o exercício físico, os maus-tratos, as doenças e o perigo do inimigo eram uma constante.

³⁶⁰ Tác. *Ann.* XVI.6.

³⁶¹ A existência de túmulos para os mortos, embora não estivesse ao alcance de todos, poderia ser possível, sobretudo se se tratasse de um escravo, ou de um liberto, uma vez que o amo ou patrono, poderiam providenciar a realização do funeral, para além disso, em Roma, como já referimos, era possível fazer parte

Assim, o Imperador é confrontado com reclamações e motins, que nascem entre os militares descontentes e que têm por consequência uma subversão total da disciplina, um dos principais factores de sucesso do exército romano.

Estas reclamações tiveram um breve eco junto do Imperador, que vendo-se confrontado com dificuldades económicas retrocede na diminuição dos anos de serviço dos militares.

O resultado é um grupo militar envelhecido, com reduzida motivação para defender o Império. Esta falta de motivação estende-se à restante sociedade que, ao contrário de épocas anteriores, se afasta do serviço militar, tornando-se necessário recorrer a candidatos vindos de tribos anexadas a Roma, com um reduzido sentido de disciplina, coragem e entrega à causa militar.

Esta recente urgência de recrutamento implicava alterações demográficas em Roma, uma vez que o necessário alistamento de não cidadãos, implicava a atribuição de cidadania a estes homens, de modo a que pudessem fazer parte do exército. Por conseguinte, assiste-se a um aumento de cidadãos romanos de origem servil, que passariam a usufruir dos benefícios da cidadania romana, juntamente com os seus eventuais descendentes e respectivas progenitoras.

Assim, Roma perdia escravos, ganhava cidadãos e, com o afastamento dos homens, a natalidade decrescia, implicando alterações sociais, económicas e consequentemente no quotidiano da população.

Quanto às alterações verificadas no restante Império, sublinha-se a fixação dos militares nas províncias, onde haviam completado os seus anos de serviço, e a expansão dos quotidianos e cultura romanos por todo o Império. Justifica-se, desta forma, a presença de aspectos da civilização romana na nossa sociedade em áreas tão diferentes como a língua, a arquitectura e mesmo alguns aspectos do quotidiano que permanecem nos dias de hoje.

Todos estes aspectos do quotidiano militar se acentuam durante os anos posteriores ao principado de Tibério, uma vez que a paz é um denominador comum durante os principados de Cláudio e de Nero, como Tácito afirma mais do que uma vez³⁶².

Destes dois Imperadores apenas Cláudio se aventura na conquista de mais um

de *collegia*, alguns dos quais tinham por objectivo proporcionar um *funus* digno aos seus membros.

³⁶² Tác. *Ann.* XII.12, XIII.35.

território para o Império Romano, a Britânia, a 43 d. C.. Porém, devido ao lapso do relato de Tácito relativo ao principado de Cláudio, apenas iniciado em 47 d. C., não nos é possível conhecer a realidade militar dos anos da guerra com a Britânia.

Assim, as informações que temos acerca dos quotidianos militares, vividos sob o Império de Cláudio, permitem-nos dizer que o período de paz vivido continua a ser um estímulo para o sentimento de letargia das legiões relativamente aos deveres³⁶³.

As queixas dos militares quanto aos trabalhos pesados mantêm-se, tal como se mantém a prática de exercícios com intensidade semelhante a dos combates. A disciplina continua a ser uma necessidade, que leva Cássio a reabilitar um velho código de disciplina para as suas legiões, de acordo com o qual seria proibido desertar durante a marcha ou agir sem ter recebido ordens para isso.

Embora não tenhamos total conhecimento do conteúdo desse código, supomos qual a rigidez da disciplina e dos castigos aplicados às legiões, tendo em conta que, durante os anos de governo de Cláudio, são ainda aplicadas punições de morte aos militares.

Nos anos posteriores ao principado de Cláudio, a letargia militar acentua-se em virtude dos grandes períodos de inactividade bélica.

No que respeita a qualidade de vida, os quotidianos dos homens que serviram o exército durante o principado de Nero sofreram poucas alterações. Embora o Imperador promova algumas reformas, tais como a recruta de novos militares para substituição dos mais velhos e dos doentes, o quotidiano dos homens das legiões continua a ser abundante em dificuldades, rigor e aplicação de castigos cruéis, como a dizimação (ainda praticada neste período). Para além das dificuldades sentidas em anos anteriores, os militares tinham de suportar o trabalho nos acampamentos sob os rigores do Inverno, e as marchas sob o calor do Verão, mas a pior das dificuldades sentidas prendia-se com a falta de mantimentos essenciais como a água e alimento, condições que dificultavam a manutenção da ordem e da disciplina de qualquer legião, cabendo ao comandante a difícil tarefa de conciliar as queixas dos seus homens.

Assim, embora muito do mérito da disciplina e ordem pertencesse aos comandantes das legiões, parte da responsabilidade pela manutenção da disciplina das legiões recaía também no Imperador, o comandante supremo do exército romano e principal promotor de leis, que garantissem o bem-estar dos seus militares.

A este propósito, e quando comparado com os Imperadores que o sucederam, a experiência positiva de Tibério, reconhecida por Tácito quando se refere ao Imperador como alguém com experiência e sucesso militar na conquista da paz³⁶⁴.

Embora as medidas de Tibério em benefício dos militares não tivessem sido suficientemente eficazes de modo a conseguir satisfazer os militares e melhorar o quotidiano destes, de acordo com o que nos diz Tácito, nenhum dos seus sucessores apresenta medidas mais favoráveis do que as tomadas por ele, sobretudo as relativas ao aumento do soldo. Porém, nenhum dos três Imperadores consegue melhorar efectivamente o quotidiano dos militares, nem agir de modo a alterar ou a circunscrever as consequências que a vida militar tinha, como já vimos, no quotidiano civil de Roma.

Em suma, é certo que durante os cerca de cinquenta anos, que decorrem entre início do governo de Tibério e o final do de Nero, as alterações de comportamento, que se verificam relativamente às mulheres, aos escravos, ao modo de viver os espectáculos e a morte, ao quotidiano militar e às suas consequências no quotidiano civil romano, não são alterações radicais.

Porém, não podemos negar que na sociedade romana, em virtude do predomínio do pensamento estóico, em grande parte inspirador e transformador dos modos de agir dos romanos, estes aspectos da vida quotidiana por nós abordados estariam num processo de mutação.

A sociedade romana, à semelhança de qualquer outra sociedade não é imutável; sempre que uma das partes do seu todo se altera, ainda que de modo imperceptível, todas as outras partes sofrem alterações. No entanto, a base dos valores e da cultura dessa civilização perpetua-se ao longo das gerações, de modo a que com milénios de distância essa matriz ainda seja perceptível em sociedades, com quotidianos totalmente díspares.

³⁶³ Tác. *Ann.* XI.18.

³⁶⁴ Tác. *Ann.* I.4, 12.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia Activa:

TACITO. *Annales*, Trad. John Jackson - The Loeb Classical Library, Vol III, IV e V – Cambridge: Harvard University Press, 1986.

Bibliografia Passiva:

BENOIST, Stéphane. *La Fête à Rome au Premier Siècle de L'Empire - Recherches sur L'univers Festif Sous Les Regnes d'Auguste et des Julio-Claudiens*, Bruxelles: Latomus-
Revue d'Études Latines, 1999.

BLANCO, M. A. Lopez. La pérdida de la dignidad: la prostitución femenina en la Roma imperial in *Actas del Primer Seminario de Estudios sobre La Mujer en La Antigüedad*, coord. Carmen Alfaro Giner, Alejandro Noguera Borel, Valencia: SEMA, 1998.

BOHEC, Yann Le. *L'Armée Romaine Sous Le Haut-Empire*, Paris: Picard, 1998.

CARCOPINO, Jérôme. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*, Lisboa: Livros do Brasil, 1979.

CAVALLARO, M. Adele. *Spese e spettacoli - Aspetti economici - strutturali degli spettacoli nella Roma giulio-claudia*: Bonn: Dr. Rudolph Habelt GmbH, 1984.

CÁSSIO, Dião. *Roman History*, Trad. de Earnest Cary - Loeb Classical Library - Vol 1- Cambridge: Harvard University Press, ⁶1990.

CELSO. *De Medicina* - The Loeb Classical Library, Vol. I – Cambridge: Harvard University Press, 1971.

CHRISTOL, Michel et NONY. *Rome et son Empire - Des origines aux Invasions Barbares*, Paris: Hachette, 1990.

CONTE, Gian Biagio. *Latin Literature, a History* - Trad. Joseph B. Solodow – Baltimore: The Johns Hopkins University Press. 1987.

DIAS, Paula Barata. “A influência do Cristianismo no conceito de casamento e de vida privada na Antiguidade Tardia” in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate* 6 (2004).

DUBY, Georges et PERROT, Michelle. *História das mulheres no Ocidente: A Antiguidade* - Vol. I – Porto: Edições Afrontamento, ⁴⁷⁰1993.

- DUPOND, Florence, *I Ludi Scenici in Teatri Romani – Gli spettacoli nell’antica Roma*, Bologna: Il Mulino, 1996.
- ELIDE, Mircea. *História das Ideias e das Crenças religiosas, Vol II* – Trad. de Daniela Carvalho e Paulo Ferreira da Cunha – Porto: RÉS-Editora, Lda.
- FLOWER, Harriet I. *Ancestor Masks and Aristocratic Power in Roman Culture*, Oxford: Clarendon Press, 1996.
- FREDOUILLE, Jean-Claude. *Diccionario de la Civilización Romana*. Barcelona: Larousse, 1996.
- FUTRELL, Alison. *Blood in the Arena: The Spectacle of Roman Power*, Austin: University of Texas Press, 2000.
- GÉZA, Alföldy. *A História Social de Roma*, Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- GINER, Carmen Alfaro et BOREL, Alejandro Noguera. *Actas del primer seminario de Estudios sobre la Mujer en la Antigüedad*, Valencia: SEMA, 1998.
- GLAY, Marcel Le, et alii. *Histoire Romaine*, Paris: Presses Universitaires de France, 1991.
- HACQUARD, Georges. *Guía de la Roma Antigua* - Trad. Matilde R. Saler - Madrid: Palas Atena Ediciones, 1995.
- HOPKINS, Keith. *Conquerors And Slaves: Sociological Studies in Roman History* - Vol. I – Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- JOSHEL, Sandra R. & MURNAGHAN, Sheila. *Women and Salves in Greco-Roman Culture. Differential Equations*, London: Routledge, 1998.
- KEITH, Bradley. *Key Themes in Ancient History: Slavery and Society at Rome*, Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KYLE, Donald G.. *Spectacles of Death in Ancient Rome*, London: Routledge, 2001.
- MANCIOLI, Danila. *Giochi e Spettacoli - Vita e Costumi dei Romani Antichi / Museo della Civiltà Romana* - Vol. 4 – Roma: Edizioni Quasar, 1987.
- MASSEY, Michael. *As mulheres na Grécia e Roma antigas* - Trad. M. C. Cadavez – Lisboa: Publicações Europa-América, 1988.
- MASSEY, Michael & MORELAND, Paul. *Slavery in Ancient Rome*, Walton-on-Thames: Nelson, 1992.
- MELLOR, Ronald. *Tacitus*, London: Routledge, 1994.
- MÜLLER, Werner y VOGEL, Gunther. *Atlas de arquitectura I. Generalidades. De Mesopotamia a Bizancio* - Trad. María Teresa Pumarega y Miguel Angel Cano – Madrid:

Alianza Editorial, ²1992

PATTERSON, Orlando. *Slavery and Social Death: A Comparative Study*, Cambridge: Harvard University Press, 1982

SMITH, William. *A Dictionary of Greek and Roman Antiquities*. London: John Murray, 1875.

TOYNBEE, J. M. C.. *Death and Burial in the Roman World*, Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1996.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Augusto, 10, 17, 18, 22, 27, 29, 30, 35, 36, 38, 44, 45, 52, 53, 61, 62, 64, 74, 77, 79, 81, 87, 89, 90, 91, 95, 98, 100, 101, 115, 116, 118, 126, 127, 129, 130, 131, 135, 139, 140, 149, 158, 161, 162, 164, 168, 171, 176

B

BOHEC, Yann Le, 49, 120, 122, 124, 125, 129, 132, 140, 144, 147, 148, 149, 156, 160, 163, 164
BRADLEY, Keith, 43, 44, 54, 56, 57

C

Calígula, 9, 10, 23, 103
CARCOPINO, Jérôme, 15, 21, 39, 72, 81, 87
CÁSSIO, Dião, 83
CAVALLARO, M. Adele, 87, 91
CELSO, Aulo Cornélio, 138
Cláudio, 9, 10, 23, 167, 169, 172, 174, 175, 177, 178
CONTE, Gian Biagio, 9

D

DIAS, Paula Barata, 21
DUBY, Georges, 19, 21, 26
DUPOND, Florence, 76

E

ELIDE, Mircea, 132

F

FLOWER, Harriet I., 99, 100, 103, 104, 105
FREDOUILLE, Jean-Claude, 101, 106
FUTRELL, Alison, 147, 148

G

GLAY, Marcel Le, 49

H

HACQUARD, Georges, 125
HOPKINS, Keith, 43

J

JUVENAL, Décimo Júnio, 74, 77, 92

K

KYLE, Donald G., 105

M

MANCIOLI, Danila, 74, 82, 85
MARCIAL, Marco Valério, 44, 57
MASSEY, Michael, 44, 61, 65
MATTINGLY, D.J., 72

MELLOR, Ronald, 95, 96
MORELAND, Paul, 44, 61, 65
MÜLLER, Werner, 138, 182

N

Nero, 9, 10, 23, 52, 67, 87, 95, 96, 167, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179

P

PATTERSON, Orlando, 43, 183
PEREIRA, Maria Helena da Rocha, 108
PERROT, Michelle, 19, 26
PLAUTO, Tito Mácio, 57
POTTER, D.S., 72

R

ROUSSELLE, Aline, 19, 26

S

SAVARESE, Nicola, 71, 72, 76, 80, 83, 97
SHELTON, Jo-Ann, 35
SUETÓNIO TRANQUILO, Gaio, 29, 30, 48, 76, 78, 90, 92

T

TÁCITO, Públio Cornélio, 9, 10, 15, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 44, 48, 52, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 67, 68, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 103, 104, 105, 106, 108, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 144, 147, 149, 150, 151, 153, 154, 156, 160, 161, 167, 169, 172, 175, 176, 177, 178, 179

TENNEY, Frank, 80
TERÊNCIO AFRICANO, Públio, 57
THOMAS, Yan, 21

Tibério, 9, 10, 11, 13, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 40, 44, 45, 47, 48, 51, 52, 54, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 74, 75, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 103, 106, 107, 110, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 125, 126, 127, 131, 137, 139, 140, 150, 153, 156, 157, 159, 161, 162, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179

TOYNBEE, J. M. C., 97, 183

V

VOGEL, Gunther, 138, 182

W

WOOD, Susan Elliott, 31

